

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO
TERRITÓRIO – IGOT



**REGENERAÇÃO URBANA E
PATRIMÓNIO INDUSTRIAL:
UMA PROPOSTA PARA O MONTIJO**

ALEXANDRE BARRAS BAPTISTA

MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

2012

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – IGOT



**REGENERAÇÃO URBANA E PATRIMÓNIO
INDUSTRIAL:
UMA PROPOSTA PARA O MONTIJO**

ALEXANDRE BARRAS BAPTISTA

RELATÓRIO DE ESTÁGIO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM GESTÃO
DO TERRITÓRIO E URBANISMO

ORIENTADO POR **PROFESSORA DOUTORA EDUARDA MARQUES DA COSTA**

CO-ORIENTADO POR **DOUTOR ARNALDO GONÇALVES**

INSTITUIÇÃO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO: **CÂMARA MUNICIPAL DO MONTIJO**

MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

2012

RESUMO

Várias cidades, principalmente na Europa Ocidental e Estados Unidos da América, têm atravessado nas últimas décadas um processo de declínio causado pela desindustrialização. De facto este fenómeno tem levado a um aumento do desemprego (levando ao aparecimento de vários problemas sociais), envelhecimento da população e crescimento de áreas degradadas na cidade.

O Montijo apesar de registar um crescimento populacional devido aos excelentes acessos a Lisboa, apresenta no entanto sinais evidentes de declínio urbano causado pela desindustrialização. Um desses sinais é a proliferação de armazéns e edifícios industriais no centro da cidade e área ribeirinha. Estes espaços encontram-se no geral em razoáveis condições de conservação, mas devido à falta de actividade acabam por tornar a área em redor pouco atractiva e de certo modo decadente.

Tendo em conta o contexto, o presente relatório é resultado de um estágio realizado na Câmara Municipal do Montijo, onde as actividades se prenderam com o diagnóstico e posterior análise do fenómeno descrito acima. É de destacar que a sua localização geográfica no centro da cidade, foi também fundamental para compreender a dinâmica do Montijo. Para melhor compreender as implicações deste tipo de declínio urbano foram analisados exemplos semelhantes na Europa e principais soluções apresentadas. O “caminho” apontado era o desenvolvimento das indústrias criativas, pelo que este conceito passou a ser a base para o desenvolvimento de uma proposta para a cidade.

O Montijo reúne um conjunto de condições no que concerne ao ambiente natural do Estuário do Tejo e excelentes acessibilidades que poderão ser o suporte para o desenvolvimento de novas actividades económicas que poderão afastar-se das indústrias tradicionais em declínio da cidade, abate e transformação de carnes e sobretudo produção de cortiça.

Palavras-Chave: Montijo, regeneração urbana, criatividade, declínio urbano e desindustrialização

ABSTRACT

Several cities, mainly in Western Europe and United States, have gone over the last decades through a process of decline caused by deindustrialization. In fact this phenomenon has led to an increase of unemployment (leading to the emergence of several social problems), population aging and growth of degraded areas in the city.

The city of Montijo despite showing a population growth due to excellent accesses to Lisbon, has obvious signs of urban decline caused by deindustrialization. One of these signs is the spread of warehouses and industrial buildings in the city center and waterfront. These spaces are in general in reasonable conditions, but due to lack of activity they may render the area around unattractive and at some point decadent.

In this context, this report is the result of an academic training held in Montijo's City Hall, where activities held were related with the diagnosis and subsequent analysis of the phenomenon described above. It is noteworthy that its geographical location in the city center was also critical to understand Montijo's dynamics. To better understand the implications of this type of urban decline, were analyzed similar examples in Europe and its key solutions. The "path" to follow was the development of creative industries, so this concept became the basis for the development of a proposal for the city.

Montijo hosts a set of conditions in relation to the natural environment of the Tagus Estuary and excellent accessibilities that could be the basis for the development of new economic activities that may diverge from the traditional industries in decline in the city: slaughtering and meat processing and especially cork production.

Keywords: Montijo, urban regeneration, creativity, urban decline and deindustrialization

AGRADECIMENTOS

Este relatório resultou de modo directo ou indirecto, do auxílio e apoio de todas as pessoas que foram essenciais para a sua concretização, a quem endereço os meus sinceros agradecimentos:

Ao Instituto de Geografia e Ordenamento do Território que desde 2003 (ainda como parte integrante da Faculdade de Letras) tem sido a minha Universidade e onde me tornei Geógrafo. Este agradecimento é também estendido aos docentes, funcionários e alunos do IGOT.

À Professora Doutora Eduarda Marques da Costa, orientadora científica do presente estudo a quem endereço um enorme agradecimento pela sabedoria, generosidade, disponibilidade e paciência que foram determinantes para a execução do relatório.

Ao Dr. Arnaldo Gonçalves que desde a primeira hora me apoiou no trabalho de campo ao longo do estágio na Câmara Municipal do Montijo, tendo sido uma força motivadora e incansável transmitindo uma energia contagiante que tentei reflectir neste trabalho.

Ao Instituto Superior de Estatística e de Gestão da Informação da Universidade Nova de Lisboa, que nos últimos dois anos tem sido o local onde desempenho a minha actividade profissional como Assistente de Investigação e Desenvolvimento.

Ao Professor Doutor Marco Painho pela sabedoria e generosidade que o caracterizam e também pela confiança depositada em mim e nas minhas capacidades.

Aos meus colegas e sobretudo amigos do Laboratório de Novas Tecnologias e por quem tenho muita estima e orgulho: Hugo Martins, João Blasques, Marco Neves, Óscar Calbet, Otávio Sian, Roberto Henriques, Tiago Oliveira e Tiago Ribeiro.

Aos meus amigos que me têm acompanhado ao longo deste caminho: Ana Sousa, António Pereira, Herlander Pires, Hugo Matado e João Dinis.

Aos meus Tios, António Nabarrete e Monika Weissler e ao meu Primo, Miguel Nabarrete pela amizade e boa disposição que sempre partilhámos.

Aos Pais da Belinha, Luís Varela Cid e Zélia Varela Cid e também ao seu irmão Luís Varela Cid pela amizade, carinho e apoio nos bons e maus momentos.

À minha Avó, Antónia Ganhão pelo carinho e pelo elo especial que nos une.

Um especial agradecimento para a Belinha, pelo amor e por ser a minha companheira de várias batalhas passadas e futuras, pois sem o seu apoio tudo seria mais difícil.

Um especial agradecimento com muito carinho e amor aos meus Pais, Carlos Baptista e Gertrudes Barras, pois sem eles nada seria possível e por me transmitirem confiança nos momentos difíceis.

ÍNDICE GERAL

PARTE I

1 – INTRODUÇÃO	14
2 – AS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO URBANA	16
2.1 – Breve Apontamento Sobre Conceitos Chave	16
2.2 – Territórios Alvo de Intervenções Urbanas.....	18
2.2.1 – Centros Históricos	19
2.2.2 –Áreas Industriais em Declínio.....	20
2.3 - O Exemplo Britânico em Intervenções em Antigas Áreas Industriais	22
2.3.1 – Leeds.....	22
2.3.2 – Sheffield.....	24
3 - INTERVENÇÃO URBANA E CRIATIVIDADE	26
3.1 – Enquadramento Sobre as Indústrias Criativas	26
3.2 – Experiências Europeias – Os Exemplos de Barcelona, Bilbao e Manchester	28
4– DA REABILITAÇÃO ÀS INICIATIVAS DE REGENERAÇÃO E CRIATIVIDADE EM PORTUGAL.....	31
4.1– Panorama Urbano em Portugal: Problemática	31
4.2- Políticas Urbanas em Portugal	34
4.3 - Exemplos de Regeneração Urbana em Portugal.....	44
4.3.1 – Quimiparque.....	44
4.3.2 – LX Factory	47

PARTE II

5 – O CONCELHO DO MONTIJO: ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E CARACTERIZAÇÃO.....	49
5.1– População e Outros Indicadores Demográficos	51
5.2 – Breve Caracterização Social e Cultural	57
5.3– Ocupação do Solo e Habitação.....	60
5.4 - Caracterização Económica	72
5.4.1 – Emprego, Qualificação e Dimensão Económica das Empresas	74
5.5 - Acessibilidades e Transportes	77
6 – O CASO DE ESTUDO	79
6.1 - Apresentação da Área de Estudo	79
6.2 - Levantamento Funcional e Caracterização do Espaço	83

6.3 – Análise SWOT	89
6.3.1 – Análise à Freguesia do Montijo	89
7 – O FUTURO DO ESPAÇO	91
7.1 – Planos com Referências Directas/Indirectas à Área de Estudo.....	91
8 - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	104
9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
10 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
ANEXOS	122

ANEXOS

Estutura etária dos concelhos da Península de Setúbal em 2001.....	123
Estutura etária dos concelhos da Península de Setúbal em 2008.....	123
Distribuição da ocupação do solo por área (ha) no concelho do Montijo – 2000.....	124
Distribuição da ocupação do solo por área (ha) no concelho do Montijo – 2006.....	125
Número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos do concelho do Montijo por actividade económica em 1999.....	126
Número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos do concelho do Montijo por actividade económica em 2009.....	133
Número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos do concelho do Montijo, segundo o nível de qualificação em 1999.....	142
Número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos do concelho do Montijo, segundo o nível de qualificação em 2004.....	146
Número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos do concelho do Montijo, segundo o nível de qualificação em 2009.....	150
Número de empresas segundo o escalão de volume de negócios da empresa no ano de 1999	156
Número de empresas segundo o escalão de volume de negócios da empresa no ano de 2004	161
Número de empresas segundo o escalão de volume de negócios da empresa no ano de 2009	165
Número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos por actividade, segundo a dimensão do estabelecimento no concelho do Montijo em 2000.....	169

Número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos por actividade, segundo a dimensão do estabelecimento no concelho do Montijo em 2009.....	171
Ficha 1	173
Ficha 2.....	174
Ficha 3	175
Ficha 4	176
Ficha 5	177
Ficha 6.....	178
Ficha 7	179
Ficha 8	180
Ficha 9	181
Ficha 10.....	182
Ficha 11	183
Ficha 12	184

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - As diferentes componentes da Regeneração urbana.....	18
Figura 2 – Docas de Leeds (Clarence Docks) pré regeneração -1991.....	23
Figura 3 – Clarence Docks pós regeneração.....	23
Figura 4 – Museu Guggenheim – Bilbao.....	29
Figura 5 – Complexo da Quimiparque no início da década de 1990.....	45
Figura 6 – Escola Superior de Tecnologia do Barreiro.....	46
Figura 7 – Exemplo de armazéns abandonados 1.....	80
Figura 8 – Exemplo de armazéns abandonados 2	81
Figura 9 – Agência Funerária Ramos.....	84
Figura 10 – Cadiar.....	85
Figura 11 – Esquema síntese da análise.....	105

Figura 12 – Cineteatro Joaquim de Almeida.....	110
Figura 13 – Interior do CTJA.....	110

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro síntese das acções do Programa POLIS.....	40
Quadro 2 - Configuração geral da Política de Cidades POLIS XXI.....	42
Quadro 3 - Exemplos de novas funções atribuídas a antigos espaços industriais em Lisboa.....	48
Quadro 4 - População residente dos municípios constituintes da Península de Setúbal.....	52
Quadro 5 - Taxas brutas de natalidade e mortalidade dos concelhos da Península de Setúbal em 2008.....	54
Quadro 6 - Valores de Crescimento natural, migratório e efectivo dos concelhos da Península de Setúbal 1992, 2001 e 2008.....	55
Quadro 7 - Variação e densidade populacional das freguesias constituintes do Concelho do Montijo (2001-2011).....	56
Quadro 8 – Percentagem de população segundo o nível de ensino dos concelhos da Península de Setúbal.....	57
Quadro 9 – Número de Enfermeiros e Médicos por 1000 habitantes nos concelhos da Península de Setúbal.....	58
Quadro 10 - Distribuição da despesa em cultura e desporto no total de despesas dos municípios da Península de Setúbal.....	59
Quadro 11 - Nº de Alojamentos no Concelho de Montijo 1991-2001.....	62
Quadro 12 - Construções novas (e habitação familiar) realizadas nos concelhos da Península de Setúbal 1995, 2001 e 2008.....	64
Quadro 13 - Fogos licenciados habitação familiar.....	65
Quadro 14 - População activa por sector de actividade em 2001.....	73

Quadro 15 - Análise SWOT à freguesia do Montijo.....	89
--	----

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 – O Projecto de Regeneração de Sheffield.....	25
Mapa 2 - Concelho de Montijo e sua localização no seio da Área Metropolitana de Lisboa.....	50
Mapa 3 - Freguesias constituintes do concelho de Montijo.....	51
Mapa 4 - Densidade Habitacional das freguesias do Concelho do Montijo.....	63
Mapa 5 – Tipos de ocupação de solo no Território Ocidental do Concelho do Montijo – 2000.....	66
Mapa 6 -Tipos de ocupação de solo no Território Oriental do Concelho do Montijo – 2000.....	67
Mapa 7 -Tipos de ocupação de solo no Território Ocidental do Concelho do Montijo – 2006.....	68
Mapa 8 -Tipos de ocupação de solo no Território Oriental do Concelho do Montijo – 2006.....	69
Mapa 9 – Principais vias de comunicação do Concelho do Montijo.....	78
Mapa 10 - Espaços industriais abandonados (por m ²).....	82
Mapa 11 - Localização dos estabelecimentos inquiridos por tipo de CAE.....	87
Mapa 12 – Dinâmicas territoriais no âmbito do PROTAML.....	94
Mapa 13 – Modelo Territorial do PROTAML.....	95
Mapa 14 – Unidades Territoriais do PROTAML.....	96
Mapa 15 – Rede Ecológica Metropolitana.....	97
Mapa 16- Áreas de logística definidas no PROTAML.....	98
Mapa 17 – Unidades Homogéneas de Planeamento.....	99
Mapa 18 – Classificação dos Concelhos da AML.....	100

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Investimento público directo em habitação em 2002 (Milhões de Euros).....	32
Gráfico 2 - Peso da reabilitação residencial na produção total da construção em alguns países Europeus (%) em 2009.....	33
Gráfico 3 - Taxa do crescimento da População residente nos concelhos da Península de Setúbal 2001-2008 (%).....	52
Gráfico 4 - Evolução da População do Concelho de Montijo 1890-2008.....	53
Gráfico 5 - Evolução do Parque Habitacional do Montijo.....	61
Gráfico 6 - Valores de ocupação do solo no Concelho do Montijo em 2000 (%).....	69
Gráfico 7 - Valores de ocupação do solo no Concelho do Montijo em 2006 (%).....	70
Gráfico 8 - Número de estabelecimentos inquiridos por tipo de CAE.....	86

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AECOPS	Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
CAE	Classificação de Actividades Económicas
CMM	Câmara Municipal do Montijo
CTCOR	Centro Tecnológico da Cortiça
CTJA	Cineteatro Joaquim de Almeida
CUF	Companhia União Fabril
DET	Divisão de Economia e Turismo
IGOT	Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
IGP	Instituto Geográfico Português
IHRU	Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
INE	Instituto Nacional de Estatística
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
MAOT	Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território
MAOTDR	Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
NUT	Nomenclatura de Unidade Territorial
PBH	Plano de Bacia Hidrográfica
PEDTM	Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo do Montijo
PEZOR	Plano Estruturante da Zona Ribeirinha

PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PROTAML	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
EU	União Europeia
UL	Universidade de Lisboa
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
ZPE	Zona de Protecção Especial

QUADRO SÍNTESE DE INDICADORES

	Montijo	Península de Setúbal	NUTII Lisboa	Portugal	Ano
Área (km ²)	348,6	1 554	2 940	92 094	2008
População Residente (hab.)	41 432	789 975	2 819 433	10 657 250	2008
Densidade Populacional (hab. / km ²)	118,9	505	959	115,4	2008
População por Grupos Etários (hab.):					2008
0-14	7 217 (17%)	126 950 (16%)	323 247 (15%)	1 622 991 (15%)	
14-24	4 169 (10%)	82 677 (10%)	204 826 (9%)	1 207 060 (11%)	
25-64	22 583 (55%)	451 584 (57%)	1 143 394 (53%)	5 992 990 (56%)	
+ 65	7 463 (18%)	128 764 (16%)	486 755 (23%)	1 874 209 (18%)	
Taxa de Natalidade (‰)	15,2	11,4	11,6	9,8	2008
Taxa de Mortalidade (‰)	11,8	9	9,1	9,8	2008
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	4,4	4,6	5	5,4	1998-2002
Taxa de Analfabetismo (%)	11,4	7	5,7	9	2001

Fonte: INE, 2011

PARTE I

1 – INTRODUÇÃO

A realização deste Relatório, enquadrado no Mestrado em Gestão de Território e Urbanismo do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa (UL), resulta de um estágio realizado na Divisão de Economia e Turismo da Câmara Municipal do Montijo, sob a responsabilidade do Dr. Arnaldo Gonçalves.

O estágio decorreu ao longo de 4 meses, entre Março e Julho de 2010. O período entre Março e Abril foi reservado para o conhecimento do território e da população da área de estudo com visitas a vários locais de interesse e avaliação das potencialidades e debilidades do município, tendo sido destacada uma grande debilidade na cidade: a existência de diversos espaços de utilização industrial como armazéns e fábricas ao abandono no Montijo. Numa análise preliminar foi concluído que, na sua maioria, estes espaços encontram-se dentro do perímetro urbano da cidade do Montijo, e que no geral se encontravam num estado de conservação razoável (a estrutura e a fachada encontram-se completos, embora a necessitar de intervenções no interior e nas coberturas). Tendo em conta a sua localização central, chegou-se à conclusão que deveria ser feito um levantamento dos espaços passíveis de serem recuperados e encontrar soluções para uma nova utilização.

Para o efeito entre Abril e Junho de 2010 foi realizado um levantamento dos espaços industriais ao abandono que respondessem a critérios de conservação e localização considerados interessantes para uma possível intervenção. Após este processo, foi realizado um inquérito aos estabelecimentos de actividade que têm lugar em espaços do mesmo género mas recuperados e que se localizam na proximidade de espaços abandonados.

Este período serviu também para a realização de inquéritos e visitas a empresas do concelho de modo a existir um melhor conhecimento do tecido empresarial do município e entender quais as actividades com melhor potencialidade de desenvolvimento. Esta última questão foi rapidamente respondida pois é notório o crescimento da actividade da floricultura, onde por sinal o Montijo reúne as condições atmosféricas e, sobretudo, de localização ideais para o seu desenvolvimento. Foi também desenvolvido um inquérito a proprietários de armazéns e espaços industriais em declínio de modo a determinar como se processa o arrendamento, os preços por m² e a abertura dos mesmos a soluções viáveis para estes espaços.

O último mês do estágio serviu essencialmente para o tratamento da informação recolhida e visitas a locais que por diversas razões (acessibilidade ou desconhecimento) não tinham sido incluídas no primeiro roteiro.

Este estágio resultou da conjugação de um interesse pessoal nas questões de regeneração e reabilitação urbana com a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo da licenciatura e mestrado numa área com problemas ao nível da desindustrialização como é a cidade do Montijo.

Este Relatório encontra-se estruturado em 2 Partes subdivididas em 10 capítulos, ao longo dos quais serão debatidas algumas questões relacionadas com a regeneração urbana, criatividade associada ao contexto urbano e desindustrialização e a sua integração no contexto do estágio realizado na Divisão de Economia e Turismo da Câmara Municipal de Montijo.

A Parte 1 é composta pela Introdução, seguida de um capítulo onde são focados os conceitos de regeneração e reabilitação urbana, os territórios-alvo das políticas, os maiores problemas enfrentados e as soluções encontradas para os ultrapassar, sendo apresentados exemplos de áreas que sofreram um declínio urbano resultante da desindustrialização e que foram alvo de políticas de regeneração e reabilitação, o que de certo modo nos aproxima da realidade do Montijo. Segue-se a questão da criatividade e a sua relação com o meio urbano. A introdução desta temática vem no encontro da tendência seguida por alguns países designadamente Espanha e Reino Unido e que tem sido fundamental na reabilitação de cidades que albergavam antigas unidades industriais. No Capítulo 4 é feita uma breve sinopse das políticas de reabilitação e regeneração levadas a cabo no nosso país, e os principais problemas enfrentados.

A Parte 2 inicia-se com o Capítulo 5 – O Caso de Estudo do Montijo, onde é apresentada uma breve caracterização do município e da cidade, além de uma análise às suas actividades económicas. Este capítulo poderá ser definido como a componente mais prática deste relatório pois conta também com a apresentação de indicadores resultantes das actividades realizadas durante o estágio na Câmara Municipal.

O Capítulo 7 prende-se com a análise de relatórios técnicos com influência directa na área de estudo. Através deste tipo de informação é possível retirar alguma informação importante relativamente ao futuro do espaço e principais potencialidades.

Por último, o Capítulo 8 está relacionado com a apresentação de ideias e algumas propostas para a área de estudo.

2 – AS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO URBANA

2.1 – Breve Apontamento Sobre Conceitos Chave

Este relatório tem como base uma proposta de intervenção urbana para responder a um problema causado pela desindustrialização. De modo a compreender as origens deste tipo de problemas e quais as principais componentes das estratégias a seguir é necessário compreender os principais conceitos e analisar áreas que passaram por processos semelhantes.

As cidades são o grande “motor” do desenvolvimento económico e social a nível mundial, e têm vindo a crescer a um ritmo muito acelerado, albergando actualmente cerca de metade (48,7%, Nações Unidas - ONU, 2010), da população mundial. De acordo com a Agência Europeia do Ambiente (2010) no caso da Europa este valor ascende para cerca de 75%. Para efeitos de comparação, no final do século XIX, apesar de se registarem várias cidades altamente industrializadas, cerca de 90% da população mundial vivia sobretudo em áreas rurais. Neste crescimento destacam-se os países em vias de desenvolvimento, onde o nível de urbanização deverá duplicar nos próximos 25 anos.

Tendo em conta as dimensões das áreas urbanas, os seus problemas não são apenas de carácter local, o seu impacto sente-se a várias escalas como a nível social, económico e político. De facto, o mundo urbano ao longo dos últimos 30 anos tem atravessado um período rico em transformações, muito intensas e rápidas, principalmente devido a 2 factores: 1 - **Transformações da base económica**, as cidades afastaram-se da sua função industrial, passando a ser centros de serviço e consumo. 2 – **Novos processos de descentralização e suburbanização**, marcados pela deslocação de muitas funções das áreas centrais e sua envolvente para a periferia dos aglomerados metropolitanos, ou seja a centralidade foi substituída pela segmentação (zonas de centralidades múltiplas – centros empresariais, zonas industriais, centros comerciais). Estes processos resultaram em problemas para as áreas centrais, como abandono de propriedades e edificações, degradação ambiental, desemprego e diminuição dos recursos financeiros das comunidades locais (Hall, 1998).

Para contrariar o processo de declínio das cidades que apresentam este tipo de problemas, a solução tem passado por estratégias de intervenção urbana, como a renovação, reabilitação e regeneração urbana.

A renovação urbana define-se como a “acção mediante a qual se procede à substituição de estruturas existentes; envolve portanto a demolição dos edifícios e a construção de novos imóveis” (Barata Salgueiro, 1999). Ou seja as operações de renovação baseiam-se na reconstrução de áreas urbanas, não sendo preservado o património edificado pré-existente.

Este objetivo prendia-se com a ideia de dotar a cidade de infraestruturas que respondam às necessidades da vida moderna.

As operações de renovação urbana foram de acordo com Gonçalves e Neves (2005) citado por Pita do Nascimento (2008), bastante utilizadas após a Segunda Guerra Mundial, alterando profundamente as áreas centrais da cidade. Sendo de destacar que as intervenções não serviam apenas para reconstruir o que foi destruído com o conflito, mas também para responder ao pensamento vigente de modernismo e progresso em oposição à tradição e ideia de clássico. É de realçar que de acordo com Hall (1998) na década de 1970 onde a renovação era de facto o paradigma nas intervenções urbanas, surgem os primeiros promotores privados, levando ao início da descentralização dos decisores ao nível central.

Paralelamente à renovação urbana surge outro conceito: a reabilitação urbana. De acordo com o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (2009), a reabilitação urbana é uma forma de intervenção sobre o tecido urbano, onde existe uma preocupação com a manutenção e mesmo valorização do património urbanístico e imobiliário. Consiste na modernização, reconstrução, ampliação, alteração, beneficiação e conservação de edifícios.

Mais recente, a regeneração urbana pode ser definida como uma visão abrangente, integrada e de acção que tem como objectivo a resolução de problemas urbanos e que procura trazer uma melhoria duradoura na vida económica, condição física, social e ambiental de uma determinada área (Roberts, P., Sykes, H. *etal*, 2000).

De acordo com Tim Hall (1998), apesar de poderem ser seguidas diferentes abordagens nas iniciativas de regeneração, no geral estas tentam atingir um ou mais de quatro objectivos fundamentais:

- Melhoria do ambiente físico (onde se pode incluir a promoção da sustentabilidade ambiental);
- Melhoria da qualidade de vida da população (através do desenvolvimento de espaços e actividades culturais);
- Melhoria do apoio social à população (através da disponibilização de espaços e serviços de apoio social);

- Melhoria da capacidade económica da população (criação de emprego através da educação e formação profissional).

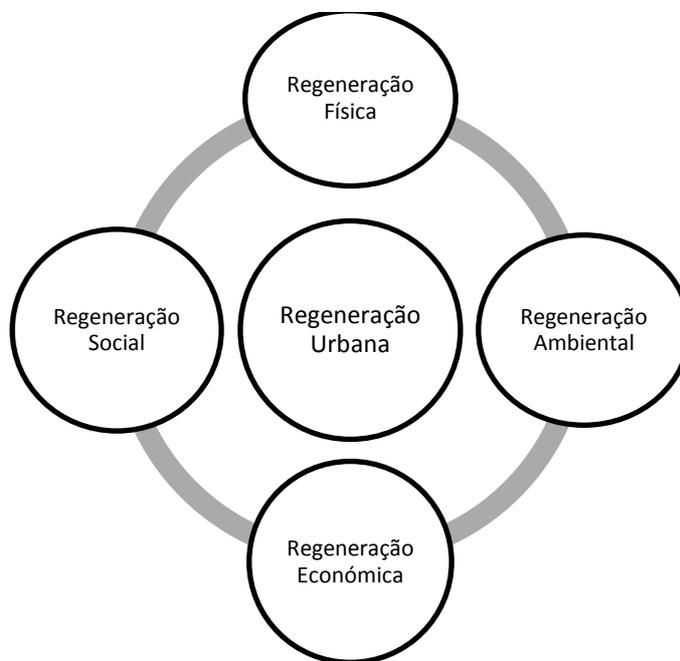


Figura 1 - As diferentes componentes da Regeneração urbana (Elaboração própria)

Ao analisar os três conceitos destaca-se um carácter evolutivo. A renovação prende-se com a demolição e substituição do edificado, tendo um carácter mais local e não integrado. A reabilitação também intervém fundamentalmente no património edificado, mas existe uma preocupação em preservar a identidade do espaço o que requer uma análise mais profunda da área a intervir. Finalmente a regeneração tenta integrar e implementar um conjunto de políticas de recuperação económica e social, contando com actores de várias áreas profissionais, o que a torna no conceito mais abrangente aqui apresentado.

2.2 – Territórios Alvo de Intervenções Urbanas

Como já foi referido anteriormente, os principais problemas das cidades passam por alterações de nível económico e social, que se reflectem no declínio do centro (histórico) e em áreas degradadas e abandonadas devido à desindustrialização.

Os dois territórios (centro histórico e antigas áreas industriais) referidos são alvo de um maior destaque e desenvolvimento pois são os que mais se aproximam da situação encontrada no Montijo ao longo do estágio, pelo que será pertinente o seu desenvolvimento.

2.2.1 – Centros Históricos

Relativamente aos centros históricos, uma das primeiras referências à preservação de edifícios antigos encontra-se na Carta de Atenas (resultante do I Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos em 1931) onde estão presentes recomendações de métodos de preservação e regras quanto à sua futura utilização (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico - IGESPAR, 2012).

Após a referência feita na Carta de Atenas, o conceito de preservação dos centros históricos foi sendo aprofundado ao longo das últimas décadas, destacando-se a Carta de Washington para a Salvaguarda das Cidades Históricas (1987) onde são referidas estratégias a seguir como a coerência das políticas entre a administração local e regional, e a valorização da participação dos residentes nos programas de conservação (IGESPAR, 2012).

Actualmente, o principal problema que os centros históricos enfrentam, passa pelo declínio da sua população, devido ao crescimento de bairros residenciais na periferia das cidades que acabam por atrair a população mais jovem pelos preços mais competitivos (devido sobretudo ao custo de solo mais barato e maior espaço para construção), deixando os centros maioritariamente ocupados pela população idosa que, regra geral, contam com menores recursos económicos, não tendo condições para evitar a deterioração do edificado. Este facto acaba por dar origem a outro problema, pois com o poder de compra reduzido, é condicionada a permanência de algumas actividades económicas localizadas nos centros históricos, levando ao desenvolvimento de um ambiente de abandono e degradação.

É também relevante referir que a malha urbana mais apertada dos centros históricos acaba por prejudicar o tráfego automóvel, as acessibilidades e o estacionamento. Tal como refere Barata Salgueiro (1999) “O progresso na tecnologia dos transportes e comunicações acarreta importantes alterações na organização económica e social e, portanto, também nos modos de produção e de apropriação do território, na estrutura das cidades”. Ou seja onde existem fracas condições de acessibilidade, mais acentuado é o declínio económico pois não são criadas condições para o desenvolvimento de actividades económicas e afasta os potenciais visitantes.

Para inverter o processo de declínio dos centros históricos, deverá existir especial atenção ao edificado, pois é justamente o elemento identificativo e que define estes espaços como conjuntos urbanos distintos. Devido a este facto são importantes as intervenções ao nível físico e funcional que preservem a arquitectura e traçado original dos edifícios, por meio de intervenções de conservação e restauro (Alves, 2003).

Juntamente com as intervenções físicas é necessário revitalizar a economia dos centros históricos, o que “implica conservar as suas características funcionais, aumentar a sua capacidade de atracção, quer para os habitantes, quer para o exercício de actividades económicas compatíveis com a residência.” (Barata Salgueiro, 1999). Juntamente com as acções de preservação é importante melhorar o espaço urbano apostando na iluminação pública, instalação de equipamentos de lazer, recreação e em artigos de mobiliário urbano.

Ao nível da mobilidade, as estratégias passam pela criação de estacionamento adequado (através do seu melhoramento e aumento), alargamento de passeios, promoção de áreas pedonais (com as consequentes acções de conservação e manutenção do pavimento) e espaços para cargas e descargas.

Como se pode verificar, os centros históricos passaram de espaços fundamentais e de encontro dos cidadãos, para locais envelhecidos, degradados e vazios. Nas últimas décadas, o panorama tem vindo a alterar-se através de operações de reabilitação e regeneração que tentam aliar a preservação do património e identidade do espaço às exigências actuais (condições de habitabilidade, acessibilidades, serviços, qualidade do edificado, entre outras). Quando este equilíbrio é bem-sucedido, é devolvido aos centros históricos o seu papel como espaços de referência no seio das cidades.

2.2.2 - Áreas Industriais em Declínio

Um dos grandes problemas urbanos da actualidade refere-se à proliferação das áreas industriais em declínio. Estes espaços resultam da “decadência ou alteração da actividade industrial nas áreas urbanas. Este processo tem como efeito a degradação do espaço ocupado pelas indústrias, denominado por *brownfield*” (Queirós, 2004). Ainda segundo a mesma autora, *brownfield* é uma área industrial em declínio, subutilizada ou abandonada resultante de um processo de esvaziamento industrial por parte da indústria tradicional, habitualmente grande consumidora de espaço, resultando num ambiente poluído (real ou apreendido). O declínio surge associado à globalização e modificações nos métodos de produção.

O processo de desindustrialização iniciou-se de forma particularmente evidente na Europa após o início da década de 1970, coincidindo com o declínio do modelo *Fordista* de produção (baseado na divisão técnica do trabalho e predominância da indústria como sector-chave do progresso económico) e com o choque petrolífero de 1973 que teve um efeito devastador nas economias dos países industrializados.

Tal como referido anteriormente, este processo reflectiu-se no espaço urbano, com a proliferação de edifícios e infraestruturas industriais abandonadas e obsoletas nos centros, além de consequências sociais, como o aumento de desemprego (acarretando concentrações de bolsas de pobreza, levando conseqüentemente a um aumento da criminalidade e vandalismo) e êxodo de população activa jovem, comprometendo gravemente a atractividade destas áreas.

Devido ao facto de estes espaços degradados se encontrarem geralmente nas áreas mais centrais da cidade, existia uma urgência em encontrar soluções. Esta situação é no geral uma oportunidade para o lançamento de operações de intervenção urbana, pois deste modo é possível reabilitar não só os edifícios fisicamente como existe a possibilidade de regenerar áreas completas da cidade.

Tendo em conta que algumas indústrias se estabeleceram no centro das cidades ainda no século XIX, podem ser vistas actualmente como património industrial devido ao seu valor arquitectónico e material. De facto, entende-se como património industrial os vestígios de cultura industrial com valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios podem englobar edifícios, maquinaria, oficinas, fábricas, minas, armazéns e meios de transporte. São também considerados os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria como habitação, religião ou educação. (*International Committee for the conservation of the industrial heritage – ICCIH, 2011*).

Inicialmente o interesse do património industrial baseava-se na sua preservação para exibição museológica. No entanto, a grande maioria dos edifícios industriais encontra-se no geral despojada de maquinaria (devido a relocalizações ou abandono). Todavia este tipo de edifícios apresentam fachadas de valor arquitectónico industrial e, no geral, apresentam plantas sem divisórias internas, sendo espaços abertos e livres passíveis de serem transformados e adaptados para várias funções. Aliás, a polivalência de uso está implícita na arquitectura industrial (Choay, 2008).

Tendo em conta estas características, têm sido dados aos espaços industriais novos usos, como salas de concertos, escritórios, habitações e actividades turísticas. Este tipo de reconversão, além de salvaguardar edifícios promove a regeneração de áreas degradadas.

Apesar do seu valor potencial, muitos destes espaços acabam inevitavelmente por permanecer abandonados, principalmente nos casos onde não existem potencialidades de conversão em monumento. Nestas situações, os edifícios acabam por se tornar vítimas da especulação imobiliária, que os abate, pois geralmente os custos de reconversão são mais elevados que a construção de um edifício novo. No caso de não existir viabilidade económica, o edifício corre o risco de ser abandonado definitivamente, criando vazios urbanos nos centros das cidades. Esta situação de edifícios industriais vazios e consequente vazio urbano levanta questões a nível social, económico e até arquitectónico, reduzindo progressivamente o valor (económico, histórico e cultural) destas áreas (Choay, 2008).

2.3 - O Exemplo Britânico em Intervenções em Antigas Áreas Industriais

O Reino Unido pela sua precoce industrialização acabou por se tornar também pioneiro na organização de operações de intervenção em cidades a atravessar por processos de desindustrialização, pelo que são apresentados dois exemplos representativos (Leeds e Sheffield):

2.3.1 – Leeds

Leeds é uma cidade que, entre os séculos XVIII e XIX, se tornou num dos maiores centros da indústria têxtil a nível mundial, concentrando um grande número de unidades industriais. Com o desenvolvimento da revolução industrial noutros países, a competitividade no sector têxtil aumentou, retirando a Leeds gradualmente a sua importância no seio desta actividade (Langstraat, 2006).

O decréscimo da actividade industrial teve como consequência um aumento do desemprego e degradação das infraestruturas e dos bairros destinados a habitação operária.

Em 1996 foi lançado um projecto de regeneração urbana para *East Bank* que consistia numa antiga área industrial em estado de degradação. O projecto teve a duração de 7 anos (1996-2003). Para garantir o financiamento foi criada uma parceria público-privada entre o governo e um conjunto de investidores privados oriundos de Leeds e da região envolvente (a quem pertencia a maior parte do investimento).

De modo a diversificar a economia da cidade e aumentar a criação de emprego, uma das primeiras medidas passou por meios de atracção de empresas do sector terciário, através de

garantias de investimentos e benefícios fiscais, garantindo deste modo não só a fixação de empresas na cidade como também potenciais investidores privados em acções de regeneração urbana.

Entre as intervenções levadas a cabo destacam-se melhorias nas acessibilidades, recuperação de edifícios industriais e posterior reconversão em escritórios e unidades de habitação social. Existiu também uma preocupação em melhorar os espaços de lazer tendo sido criadas várias áreas verdes e instalações desportivas. A área intervencionada localiza-se junto ao Rio Aire que atravessa a cidade de Leeds, pelo que também a zona ribeirinha foi alvo de uma intervenção. (Langstraat, 2006)

Após a conclusão do projecto, tinham sido criados mais de 30 000 novos empregos na cidade e fixaram-se perto de 400 empresas na cidade, alterando de modo significativo o perfil económico de Leeds.

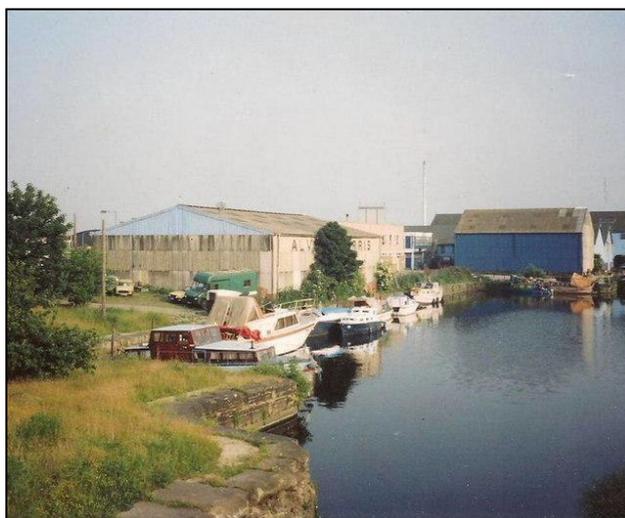


Figura 2 – Docas de Leeds (Clarence Docks) pré regeneração -1991 (geograph.uk, 2012)



Figura 3 – Clarence Docks pós regeneração (The Guardian, 2011)

2.3.2 – Sheffield

É historicamente uma das cidades pioneiras da revolução industrial, onde foi desenvolvido o método moderno de produção de aço, fazendo com que Sheffield se tornasse entre o final do século XIX e início do século XX, no maior centro metalúrgico do mundo (Winkler, 2007).

O choque petrolífero da década de 1970, as alterações no modelo de produção e o aumento da competitividade a nível global, tiveram um efeito profundo e devastador na actividade económica de Sheffield, tendo como principal consequência o encerramento de várias fábricas e empresas. Este facto levou a cidade a um grave processo de declínio económico juntamente com as consequências sociais, desemprego, migração de população activa e aumento da criminalidade.

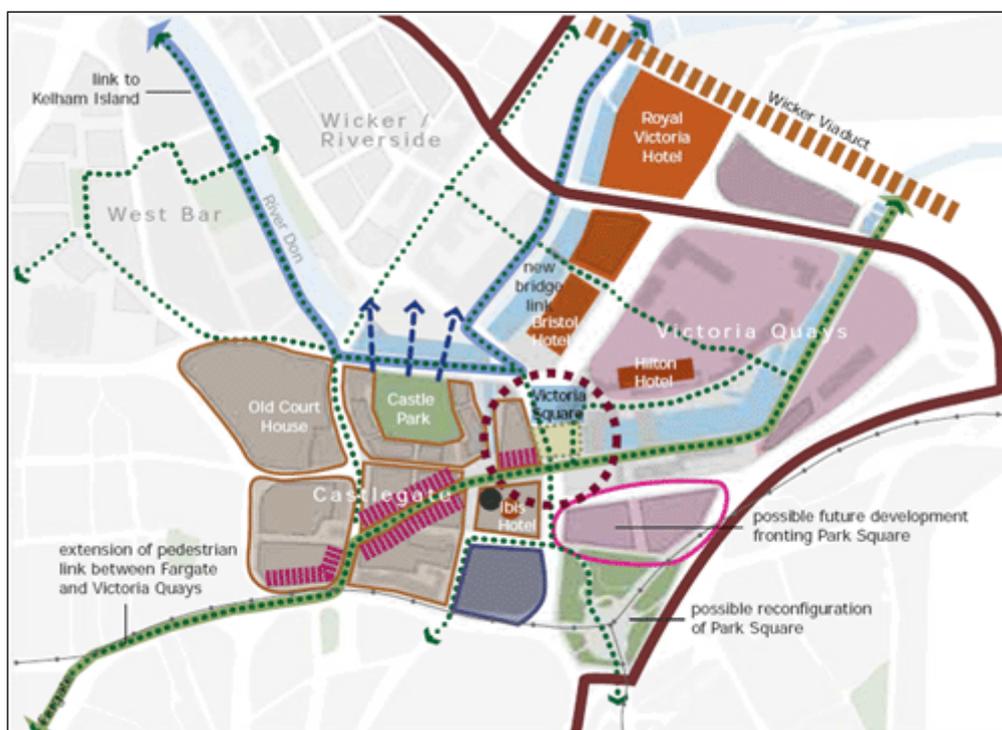
No início da década de 1990 foi criada uma parceria público-privada (denominada *City Liaison Group*) para planear a regeneração da maior área industrial da cidade que à data se encontrava em declínio.

Aproveitando as infraestruturas industriais existentes, foram então criados novos espaços comerciais, instalações desportivas e culturais além de uma área “incubadora” de empresas na área das Tecnologias da Informação e Comunicação suportada por uma cooperação com as universidades da região. Destacando o cariz social do projecto, ocorreram também intervenções em bairros degradados da cidade e as acessibilidades foram alvo de melhoramentos. Existiu uma preocupação de envolver a população local ao longo de todo o processo, através da nomeação de representantes divididos por cada área da cidade.

O turismo foi também tido em conta, tendo sido potenciado como uma potencial fonte de rendimento. Para o efeito foi criada a Rota do Aço (*Steel Route*) que atravessa os locais emblemáticos da era industrial da cidade.

Este plano destaca-se pelo seu faseamento, ou seja os passos a seguir ao longo da sua implementação foram previamente estruturados e o seu custo calculado. Deste modo a Fase 1 focou-se essencialmente na definição dos projectos-âncora que servem como base para o plano, tendo sido determinado 1 ano para a sua conclusão. A Fase 2 caracterizou-se pela determinação das parcerias, políticas ambientais e de *marketing* urbano para a cidade. Iniciaram-se também as primeiras intervenções na área com prioridade para os “projectos-âncora”. Este período teve uma duração de 5 anos. Actualmente encontramos-nos no final da Fase 3 (5 anos) onde estão em fase de conclusão os restantes projectos de reabilitação urbana, e estabelecimento de actividades culturais na área. Um dado interessante é o facto de o

investimento privado ter atingido um nível tão elevado que se tornou praticamente autónomo, sendo capaz de suportar os encargos sem a percentagem do sector publico. Os objectivos para o futuro do plano, passam essencialmente pelo aproveitamento das receitas das actividades já estabelecidas na cidade para futuras operações de regeneração noutras áreas de Sheffield. Embora os efeitos da regeneração urbana não possam por vezes ser determinados num curto espaço de tempo, destaca-se um crescimento da população (após um longo período de decréscimo) e do número de turistas. A nível económico destaca-se uma maior diversificação da economia (pois apesar do declínio industrial sofrido, o sector secundário ainda é relevante na cidade) através dos estímulos proporcionados à fixação de empresas atraídas pela nova imagem de Sheffield. É de realçar que a taxa de desemprego da cidade decaiu 15% (Winkler, 2007).



Mapa 1 – O Projecto de Regeneração de Sheffield (creativesheffield.co.uk, 2008)

3 - INTERVENÇÃO URBANA E CRIATIVIDADE

3.1 – Enquadramento Sobre as Indústrias Criativas

Uma tendência que tem vindo a afirmar-se ao longo da última década no que concerne à reabilitação e regeneração de antigas áreas industriais é a utilização da criatividade e da cultura no desenvolvimento de novas actividades como uma alternativa às actividades económicas “tradicionais”, aproveitando os amplos espaços dos edifícios industriais e os terrenos circundantes, frequentemente localizados em áreas centrais ou acessíveis da cidade. Neste sentido e de modo a compreendermos o desenvolvimento e integração da criatividade como “parte das soluções”, (ou seja o seu enquadramento nas políticas) convém referir outro conceito subjacente: a cultura.

De facto, a cultura é um termo que tem acompanhado a humanidade ao longo dos séculos, pelo que a sua concepção e interpretação tem evoluído. Por exemplo no século XVIII sob a perspectiva iluminista que dominava na altura, a cultura surge ligada ao cultivo do espírito e mente, ou seja arte, letras e ciência. Na transição do século XIX para o XX, adiciona-se uma componente antropológica ao conceito, através do estudo dos modos de vida das diferentes comunidades, adicionando-se elementos como valores, crenças rituais e símbolos (Bendassolli e Wood, 2009).

De acordo com André e Vale (2011) a cultura, no contexto de políticas de desenvolvimento, afirma-se como um elemento fundamental em vários sectores, como o turismo que capitaliza o património cultural e humano existente. Os produtos resultantes das actividades culturais são também importantes e geradores de efeitos multiplicadores (como a produção de *software*, *design* e arquitectura, por exemplo)

Mais recentemente, com a emergência de novos meios de comunicação e consequentes mudanças nas relações socioeconómicas, a cultura adaptou-se tornando-se um meio de produção da economia do conhecimento estando ligada ao termo das indústrias criativas.

O conceito de indústria criativa surgiu no final da década de 1990, associado a um conjunto de políticas culturais, desenvolvimento de tecnologias de informação aliada à capacidade inata do ser humano de gerar inovação (Landry, 2008). As indústrias criativas têm como base a criatividade, talento e exploração da propriedade intelectual, apresentando um potencial de criação de riqueza e empregabilidade. Entre os produtos resultantes destas indústrias, encontram-se os bens culturais e tecnológicos tais como: videojogos, música, *media*,

telecomunicações ou artes visuais. (Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais - DPP, 2007). Actualmente o sector representa 2,6% do PIB da União Europeia empregando cerca de 5,8 milhões de pessoas (em 2006 contribuiu para 2,8% do PIB em Portugal) (DPP, 2007).

O conceito da criatividade aplicado à regeneração tem vindo a ganhar relevância devido ao facto de ser vista como uma alternativa à indústria “tradicional” que tem vindo a registar um crescente declínio nos países mais industrializados. De facto países como a Alemanha, França e Reino Unido que possuem várias cidades que há muito deixaram de ser centros industriais importantes têm vindo a recorrer a estratégias de regeneração aliadas à criatividade, tendo o primeiro passo sido dado com a criação de “bairros culturais” ao longo da década de 1990.

Numa cidade a atravessar um processo de desindustrialização, é prioritária a recuperação da sua economia, e para incentivar a chegada de investimentos empresariais, a estratégia passa por disponibilizar apoios e incentivos à criação/fixação de Pequenas e Médias Empresas (PME’s) de base tecnológica, criativa e cultural, valorizando a sua integração em rede juntamente com outras empresas e produtores locais. É também importante a valorização dos cidadãos (como capital humano) através de programas de formação e qualificação empresarial (para o lançamento de PME’s), académica e profissional.

Além das empresas, poderão ser estimuladas acções de fixação de instituições ligadas às artes e também do ensino superior e investigação científica, permitindo deste modo a integração de investigadores e estudantes no processo, podendo mesmo a cidade servir como “incubadora” de concentração e crescimento de empresas criadas por elementos universitários, ou como apoio à produção do desenvolvimento tecnológico e científico (O’Connor, 2007).

As cidades criativas devem também realçar o seu património histórico pois além de serem estímulo à criatividade, geram também uma consciência colectiva de pertença e identidade com o espaço, podendo esta estratégia ser reforçada através de *marketing* urbano projectando as potencialidades, factores de atractividade¹ do espaço e aspectos de diferenciação da cidade.

¹ Richard Florida (2005) refere que a atractividade de uma cidade depende de três factores, denominados de “3 T’s”: Tecnologia, talento e tolerância. Deste modo podemos considerar o conceito de **tecnologia** no que se refere à existência de um ambiente de inovação e concentração de empresas de tecnologia, que são fundamentais para o sucesso de cidades criativas. O **talento** relaciona-se com os profissionais qualificados em diversas áreas que através do uso da tecnologia e cultura geram a inovação. A **tolerância** é conseguida pela existência de uma cultura inclusiva e aberta às diferenças, contribuindo deste modo para a criação de ideias e modos produtivos.

3.2 – Experiências Europeias – Os Exemplos de Barcelona, Bilbao e Manchester

Existem na Europa vários exemplos de cidades associadas à imagem de cidades criativas, como é o caso de Barcelona, onde em 2000 foi criado o projecto *22@barcelona* que pretende dar resposta ao cenário pós-industrial da cidade, contando com vários planos de reabilitação e regeneração urbana financiados por meio de parcerias público-privadas (22barcelona.com, 2012).

Foi privilegiada a reabilitação de numerosos edifícios da cidade onde o seu património arquitectónico poderia ser rentabilizado como atracção turística. Quer nos casos de reconstrução quer nos de construção de raiz, os projectos foram entregues a arquitectos de renome internacional, preferencialmente naturais de Espanha como é o caso de Santiago Calatrava. Juntamente com as operações de carácter urbano foram criadas condições para a instalação de empresas relacionadas com tecnologias de informação e comunicação, media e bioengenharia. O marketing urbano foi também fundamental tendo sido realizados investimentos em meios de divulgação da cidade, atraindo não apenas jovens e profissionais mas também turistas (22barcelona.com, 2012).

Além de Barcelona é relevante destacar o caso de Bilbao, pois trata-se de uma cidade de menor dimensão. Esta debateu-se com o mesmo tipo de problemas, pois a sua principal fonte de rendimento era proveniente da actividade industrial (além de ser um importante centro de extracção mineira) e detinha um dos maiores portos comerciais da Europa. Com o declínio industrial cada vez mais evidente, foi realizado no final da década de 1980 um profundo diagnóstico de modo a encontrar soluções para este problema. Desde então a cidade tem sofrido uma profunda transformação, com o acolhimento de empresas do sector terciário, reabilitação de espaços industriais abandonados e construção de novas acessibilidades como um aeroporto e uma rede de metropolitano.

Tal como foi referido anteriormente, o *marketing* urbano e a valorização dos aspectos diferenciadores são fundamentais na promoção da cidade. No caso de Bilbao o projecto determinante foi a construção do Museu Guggenheim, que pela sua arquitectura arrojada e integração no espaço urbano se tornou num marco cultural na região do País Basco, garantiu a criação de mais de 5000 postos de trabalho (directos e indirectos) e um aumento do turismo na cidade (em 2007, 67% dos visitantes eram estrangeiros) (Reis, 2009).

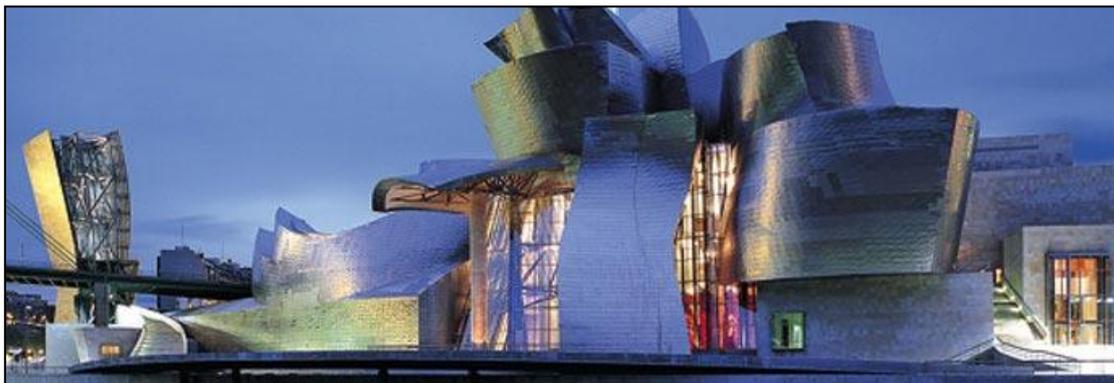


Figura 4 – Museu Guggenheim – Bilbao (Guggenheim.org, 2012)

Tal como nos exemplos de Leeds e Sheffield já anteriormente referidos neste relatório, o exemplo do Reino Unido continua a ser relevante pelo seu pioneirismo devido à sua industrialização e políticas urbanas precoces. No caso da criatividade urbana será interessante destacar a cidade de Manchester.

Manchester foi uma das cidades determinantes na revolução industrial, tendo-se tornado num centro têxtil de grande importância, sendo este estatuto reforçado com o desenvolvimento de uma grande área portuária e linha ferroviária (Manchester é aliás a primeira cidade do mundo a possuir uma estação de caminho de ferro) (Kidd e Beasley, 2006). O seu declínio iniciou-se por volta da década de 1930, tendo a sua economia praticamente colapsado no período correspondente a 1960-1980 (O'Connor, 2008). A cidade levou então a cabo uma recuperação económica baseada na cultura e indústrias criativas, sob a orientação do município e de investidores privados. De modo a determinar qual a estratégia a seguir foi elaborado um estudo em 1988 onde se chegou à conclusão que os sectores da criatividade e da comunicação eram uma alternativa viável para a recuperação económica da cidade.

Desde 1995 foram investidos cerca de 561 Milhões de Euros em infraestruturas culturais na cidade, que levaram no biénio de 2000-2001 a receber cerca de 10 Milhões de turistas, tornando-a na 3ª cidade mais visitada do Reino Unido. Em 2001, existiam 22 585 pessoas empregadas no sector da cultura.

Entre as principais iniciativas destacam-se o Festival Internacional de Manchester (criado em 2007), a organização dos *Commonwealth Games* (2002) que é um evento desportivo de atletismo para os estados-membros da Commonwealth Britânica, levou à construção e melhoria de instalações desportivas na cidade. Ao nível do ensino e da investigação ocorreram também grandes desenvolvimentos, pois actualmente a Universidade de Manchester é a

maior do Reino Unido. Proceceu-se também à reabilitação de infraestruturas culturais preexistentes. Hoje em dia os objectivos passam pelo aumento da produtividade da cidade (de preferência acima da média do Reino Unido) e colocar Manchester entre as 10 cidades mais atractivas da Europa para empresas.

Pode-se então concluir que ao gerar condições para um ambiente favorável à criatividade, constitui para a cidade uma potencial vantagem competitiva num mundo cada vez mais globalizado. Como foi referido nos exemplos demonstrados, o impacte das indústrias criativas associadas a processos de reabilitação e regeneração urbana têm um impacto muito positivo na economia e, conseqüentemente, no ambiente social das cidades. No caso das três cidades apresentadas como exemplo (Barcelona, Bilbao e Manchester) apesar das devidas diferenças relativamente às suas dimensões e população, estas partilhavam um processo comum: a desindustrialização, tendo as soluções passado pelo aproveitamento das estruturas existentes, atribuindo-lhes novas funcionalidades integrando-as no novo ambiente urbano a ser criado. Devido a estes processos, tanto Barcelona como Bilbao encontraram a sua vantagem competitiva e diferenciadora que lhes permitiu a retoma do seu desenvolvimento económico e social.

4– DA REABILITAÇÃO ÀS INICIATIVAS DE REGENERAÇÃO E CRIATIVIDADE EM PORTUGAL

4.1– Panorama Urbano em Portugal: Problemática

Tendo em conta que este relatório tem como base uma cidade Portuguesa, é relevante que seja analisado profundamente o panorama urbano no nosso país, destacando as várias políticas urbanas implementadas. É também fundamental um levantamento de exemplos relativos a iniciativas de criatividade urbana em Portugal.

Portugal observou a partir da década de 1960 uma modificação na sua estrutura económica e social. Este facto deveu-se à introdução de políticas económicas de modo a acompanhar o desenvolvimento económico que vinha a ocorrer na restante Europa Ocidental. Um dos maiores efeitos foi o crescimento de fluxos migratórios que levaram a transformações rápidas e profundas na estrutura de ocupação do território. Como exemplo pode ser destacado o crescimento (por vezes não planeado) das áreas metropolitanas e das periferias urbanas (Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC, 2006).

Apesar do rápido crescimento urbano registado nas últimas décadas, de acordo com o LNEC, 75% dos alojamentos existentes em Portugal foram construídos nos últimos 40 anos. Este crescimento não foi acompanhado de um investimento adequado em espaços públicos e infraestruturas, o que resultou em carências na qualidade do ambiente urbano, degradação da paisagem e do edificado, escassez de espaços verdes e de lazer.

Além da má qualidade da construção e da desorganização na sua concepção, a oferta habitacional não se revelou suficiente. De acordo com o IHRU (2008) nas décadas de 1970 e 80 existiam cerca de 150 000 pessoas a viver em barracas, o que comprova o grande valor registado na construção clandestina que chegou a atingir 40% do total.

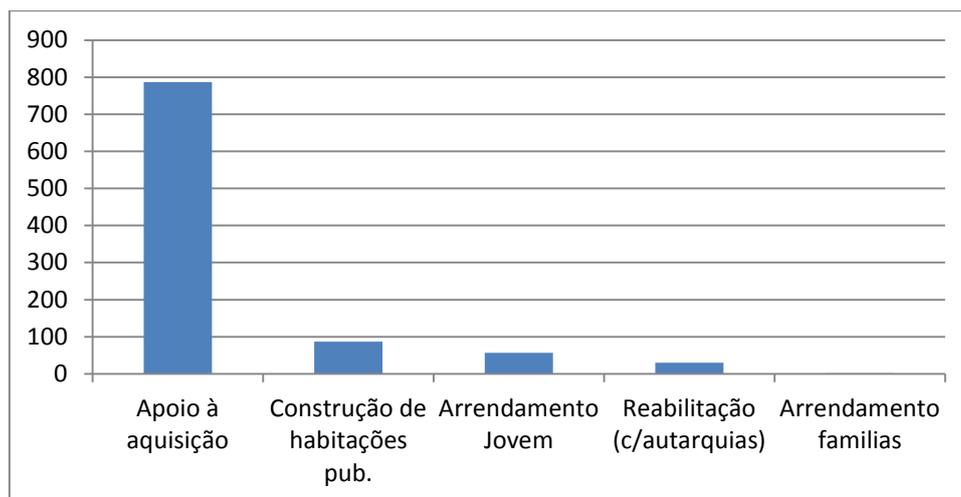


Gráfico 1 - Investimento público directo em habitação em 2002 (Milhões de Euros) – (IHRU, 2008) – Tratamento próprio

A partir da década de 1980, assiste-se a um recuo na intervenção directa do Estado na promoção habitacional, transferindo essa competência para os municípios. No entanto o Estado continua a desempenhar um papel fundamental no estímulo à aquisição de habitações através da bonificação do crédito que abrange famílias de diversos tipos de rendimentos (IHRU, 2008), como se pode verificar pelo gráfico 1, o investimento público no apoio à aquisição era muito superior à construção, reabilitação e apoio ao arrendamento.

Dos problemas referidos, o mais grave será provavelmente o estado do edificado, pois Portugal apresenta valores preocupantes no que concerne à degradação do edificado. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística – INE, em 2001 existiam aproximadamente 1 199 000 edifícios a necessitar de reparações, correspondendo a 41% do total nacional, dos quais 92 000 estão considerados em estado muito degradado. Ainda segundo o INE, o panorama porém ainda é mais negativo se considerarmos que 34% dos edifícios referidos são posteriores à década de 1970.

Em sintonia com os valores acima mencionados, os dois maiores centros urbanos em Portugal, Lisboa e Porto, apresentam dados preocupantes, (61,3% e 64% respectivamente) relativamente aos edifícios a necessitar de intervenção. O Porto é aliás a cidade do país com maior número de edifícios nestas condições (INE, 2001).

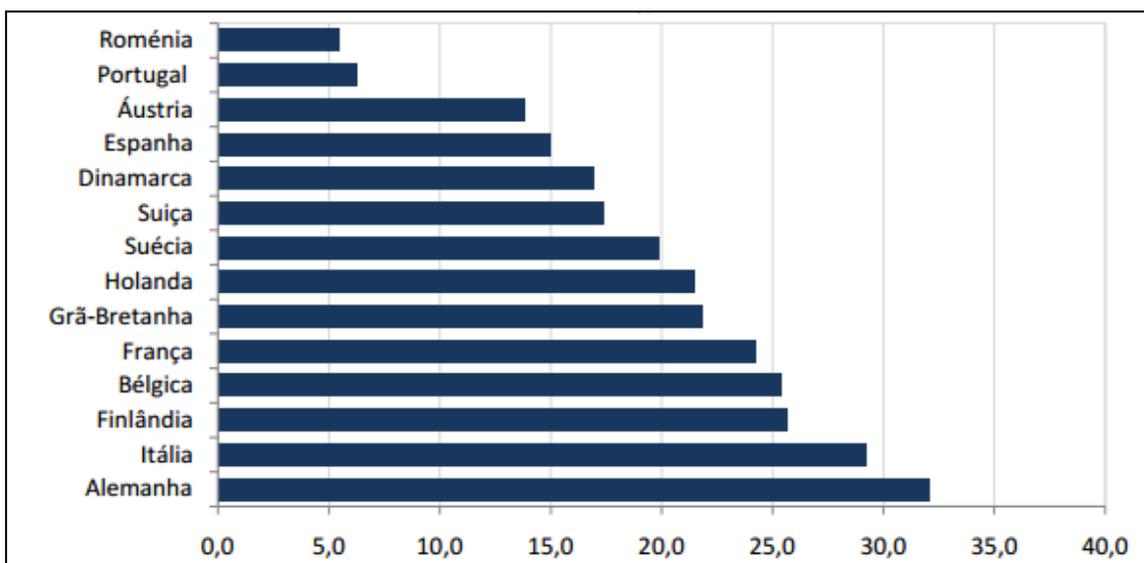


Gráfico 2 - Peso da reabilitação residencial na produção total da construção em alguns países Europeus (%) em 2009 – AECOPS, 2009

Para reforçar a ideia desenvolvida acima, podemos analisar o gráfico 2. No total de um conjunto de 14 Estados Europeus, Portugal era em 2009 juntamente com a Roménia o país que apresenta o peso mais reduzido da reabilitação residencial no total da construção, com cerca de 6%, estando muito distante da Alemanha com 32% e mesmo da Espanha com 15%. (Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas - AECOPS, 2010).

Um dos maiores limitadores à reabilitação de edifícios prende-se com a predominância de rendas baixas que não sofrem actualizações em alguns casos há várias décadas, o que reduz a capacidade de investimento dos proprietários.

Outro problema, este de origem jurídica, prende-se com a própria legislação. De facto, mesmo quando estão reunidas as condições para a aplicação de políticas de reabilitação ou regeneração urbana (que irão ser analisadas mais detalhadamente neste relatório), estas são confrontadas com lentidão burocrática e ausência de uma padronização de instrumentos que torne mais eficiente a mobilização de recursos (materiais, humanos e financeiros) de modo a encurtar o período de tempo destinado às intervenções (AECOPS, 2009).

É importante referir outra fragilidade, pois no geral os programas prendem-se essencialmente com a reabilitação física do edificado, onde exceptuando grandes intervenções como o Parque das Nações, não é tida em conta a envolvente social (Vazquez-Barquero, 2008). Ou seja acabam por ser operações de renovação urbana onde retirando aspectos directamente relacionados com o edificado, não são implementados equipamentos e infraestruturas de lazer e acção social.

Apesar dos problemas descritos, nos últimos anos a legislação tem vindo a ser alterada de modo a dar resposta às necessidades de políticas de intervenção urbana em Portugal, exemplo disso mesmo é a denominada *Iniciativa para a Competitividade e o Emprego*. Foi aprovada em Março de 2011 em Conselho de Ministros (resolução 20/2011). Entre as acções a tomar existem algumas referentes à reabilitação urbana, onde é descrita uma simplificação dos procedimentos de operações urbanísticas, através da “desburocratização” e redução do tempo para a obtenção de licenças de construção. É também tido em conta o mercado de arrendamento que devido a rendas congeladas durante vários anos impede que os proprietários tenham fundos suficientes para eles próprios financiarem obras de restauro do edificado. Foi também anunciada uma maior articulação entre os financiamentos de obras de iniciativa privada e a aplicação de benefícios e incentivos fiscais aos promotores.

Nas últimas décadas, principalmente após o 25 de Abril, a sociedade sofreu mudanças profundas e que nem sempre foram acompanhadas ao mesmo ritmo pelo país, o mesmo ocorreu nas cidades, onde existem vários exemplos de um crescimento urbano desordenado e mal estruturado para responder às necessidades das populações. São obviamente criadas, através de políticas urbanas, soluções para os problemas existentes mas ainda persistem aspectos que criam entraves a uma melhor eficácia das mesmas. Onde podemos destacar a burocracia, legislação, coordenação entre diversos actores e sobretudo fundos reduzidos. De qualquer modo existem sinais animadores como o lançamento de políticas com uma maior estruturação e suporte, como é o caso da Política de Cidades POLIS XXI (que irá ser desenvolvido mais à frente neste relatório), aliado a este facto, as próprias Câmaras Municipais vêm estas iniciativas como uma mais-valia e estão mais cientes dos problemas que têm de resolver. Os próprios cidadãos têm vindo a apresentar uma maior sensibilidade relativamente à qualidade de vida urbana e conservação do património, de tal modo que o seu papel como actores intervenientes no processo de decisão tem sido aumentado e valorizado.

4.2- Políticas Urbanas em Portugal

Comparado com outros países Europeus, Portugal apenas aprovou a primeira legislação relacionada com a reabilitação urbana em 1973. Esta visava a elaboração de planos de pormenor em áreas sobreocupadas, más condições de salubridade, estética ou segurança (Gaspar *et al*, 2005). Mais tarde em 1974 (já após o 25 de Abril), os instrumentos de apoio à

regeneração e reabilitação alargam-se com a criação de planos de reconversão urbanística de bairros de génese ilegal.

Entre os diversos programas criados em Portugal, pelo seu contributo (directo ou indirecto) para a reabilitação/regeneração das cidades portuguesas, destacam-se os seguintes:

PRAUD (Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas)

Criado em 1988 (Despacho nº 1/88), destina-se a conceder apoio às autarquias em operações de reabilitação e renovação de áreas urbanas degradadas juntamente com iniciativas de preparação e acompanhamento das mesmas ao longo de um período de 2 anos.

Tendo em conta a diversidade de objectivos e de problemas, o programa subdivide-se em duas vertentes:

PRAUD OBRAS – Apoio financeiro a obras de reabilitação de espaços públicos, infraestruturas, equipamentos ou edifícios considerados relevantes.

PRAUD GTL – Apoio à constituição de Gabinetes Técnicos Locais dependentes das Câmaras Municipais, com o objectivo de elaborar estudos, projectos e planos de modo a desenvolver as acções de reabilitação e renovação das áreas urbanas. Foram criados 36 GTL's, embora após 5 anos os resultados não foram totalmente satisfatórios (Mendes, 2008).

De acordo com o IHRU, uma das principais críticas apontadas ao programa é a ausência de uma componente de coesão social, limitando-se a uma mera intervenção física, perdendo deste modo a sua dimensão estratégica (Mendes, 2008).

RECRIA (Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Degradados)

Criado em 1988 (DL nº 4/88), visava financiar a execução de obras de conservação e beneficiação que permitiam a recuperação de fogos e imóveis em estado de degradação, mediante a concessão de incentivos financeiros (podendo chegar a 41% do custo total das obras) por parte do Estado e pelos municípios (Gaspar *et al*, 2005). De acordo com os mesmos autores “Em finais de 2000, tal regime já tinha permitido recuperar mais de uma dezena de milhar de fogos.”

O financiamento é concedido em 60% pelo IHRU e 40% pela Câmara Municipal (IHRU, 2009).

Relativamente ao Montijo, que é a área de estudo principal deste Relatório, foram contabilizadas entre 1996 e 2001 cerca de 9 intervenções em habitações da cidade.

De acordo com o IHRU, entre 1988 e 2008 o programa reabilitou 19 940 fogos, sendo que o grande crescimento do número de candidaturas ocorreu após 1992, onde ocorreu uma mudança no Decreto-Lei correspondente, alterando os critérios de adesão.

O RECRUA revelava no entanto algumas fragilidades, pois focava-se demasiado em problemas de pequena dimensão tendendo a ignorar o cenário no global. Outra limitação passava pelos critérios utilizados na selecção dos fogos a intervir. De facto apenas os fogos arrendados e com contratos anteriores a 1980 poderiam usufruir do programa.

A fragilidade referida acima foi corrigida em 1992, passando a ser possível intervir igualmente em fogos não sujeitos a regime de arrendamento urbano. Outra alteração importante foi o facto de os arrendatários e os municípios poderem passar a ser candidatos, pois até 1992 apenas os proprietários tinham esse direito. Esta última alteração todavia não teve os efeitos positivos esperados, pois o facto de os municípios poderem substituir os proprietários levou a que estes ficassem com maiores encargos (Madeira, 2009).

Segundo o IHRU e INE (2003) o RECRUA teve um pequeno impacto no total das necessidades do país, pois 351 180 fogos descritos à data como necessitados de reabilitação, o programa apenas conseguiu intervir em 20 194, ou seja apenas 5% do total. De qualquer modo, Lisboa foi a principal beneficiária do programa, pois entre 1988 e 1998 permitiu a recuperação de 17 500 imóveis.

URBAN

Lançado em 1994, o URBAN é uma iniciativa comunitária que começou a ser aplicada em Portugal em 1996, tendo como objectivo a revitalização e requalificação de áreas urbanas que apresentem indícios de degradação e declínio económico e social.

Este programa já foi implementado no nosso país por meio de dois pacotes: o primeiro, designado de URBAN I decorreu ao longo do período do Quadro Comunitário de Apoio II – QCA II (1994-1999) subscrevendo-se em duas operações localizadas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. O segundo pacote (URBAN II) foi aplicado ao longo do QCA III (2000-200) tendo como cenário novamente apenas as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (Gaspar *et al*, 2005).

De acordo com uma avaliação levada a cabo pela Comissão Europeia em 2003, o programa URBAN no seu conjunto, baseava-se numa abordagem integrada da regeneração urbana, envolvendo vários intervenientes no processo de tomada de decisão. No entanto é apontada uma falta de monitorização sistemática e de estruturas de avaliação.

PROSIURB (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos PDM)

Igualmente lançado em 1994 (Despacho 7/94) decorrendo até 1999, tinha como objectivo a valorização das cidades médias, ou seja a promoção do crescimento e consolidação de aglomerações urbanas não metropolitanas com um papel estratégico no sistema urbano nacional.

Foram seleccionadas 40 cidades com uma população superior a 10 000 habitantes, com um nível de equipamentos supraconcelhio e capacidade de articulação em redes e sistemas. Este último critério demonstra o crescimento da importância das relações de complementaridade entre as cidades (Marques da Costa, 1999).

É de realçar o facto de o PROSIURB ter sido responsável pela introdução do Plano Estratégico como instrumento de planeamento urbano, sendo obrigatória a sua elaboração para ter acesso ao financiamento.

As intervenções focaram-se essencialmente na construção e melhoramento de infraestruturas básicas, equipamentos de actividade económica, reabilitação de centros históricos e renovação urbana.

O PROSIURB mais do que se centrar individualmente em áreas urbanas específicas, tentou reestruturar o sistema urbano nacional e consolidar uma rede de equipamentos em cidades fora da influência das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

REHABITA (Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas)

Criado em 1996 (DL nº 105/96) é uma extensão do RECRUA e tem o objectivo de apoiar financeiramente os Municípios em operações de reabilitação de áreas urbanas antigas consideradas como Áreas críticas de Recuperação e Reversão Urbanística (ACRRU) e que possuam plano de urbanização, plano de pormenor ou regulamentos urbanísticos aprovados (IHRU, 2009). As acções passam pela conservação, beneficiação e reconstrução de edifícios habitacionais. Estava também previsto o realojamento provisório ou definitivo ao longo das operações de reabilitação.

De acordo com o IHRU, entre 1997 e 2003 o REHABITA apenas contou com a adesão de 5 municípios. Este valor pouco significativo prende-se precisamente com a obrigatoriedade da declaração da área onde se localiza o imóvel a intervir como ACRRU, o que leva a um levantamento rigoroso no que concerne às condições de habitabilidade, estado de conservação, definição das características socioeconómicas da população residente e

sobretudo leva à obrigatoriedade da elaboração de um Plano de Pormenor, Plano de Urbanização ou de regulamento urbanístico (Madeira, 2009).

Ainda segundo o IHRU (2003), foram reabilitados apenas 2 687 fogos correspondendo a apenas 6% do total nacional.

RECRIPH (Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal)

O Programa RECRIPH foi criado em 1996 (DL nº 106/96) e tem como objectivo o financiamento de obras de conservação e beneficiação de edifícios construídos em regime de propriedade horizontal (ou seja: o prédio encontra-se dividido em fracções autónomas, registadas separadamente mas com uma parte comum). Tal como o RECRIA e o REHABITA (que fazem parte do mesmo regime jurídico) o RECRIPH é financiado pelo IHRU e pela Câmara Municipal, sendo o mesmo concedido por meio de empréstimos sobre o valor das obras a realizar nas partes comuns dos prédios urbanos (IHRU, 2009).

Entre 1997 e 2008 e segundo dados do IHRU apenas estiveram sujeitos ao programa cerca de 2 973 fogos. Esta adesão reduzida poderá ser relacionada com a burocracia excessiva ao longo do acesso ao programa e principalmente pela percentagem do valor das obras concedido ser pouco encorajadora para os proprietários.

Outro aspecto importante e que pode ser considerado como o principal obstáculo passa pela obrigatoriedade dos edifícios terem de ter sido construídos anteriormente à entrada em vigor do RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas) ou licença de utilização emitida antes de 1970. Este facto acaba por excluir uma parte importante dos edifícios em propriedade horizontal, pois só passaram a beneficiar de licença mais tarde do que o previsto no programa. Uma exigência que dificultou a aplicação deste programa passa pelo facto do edifício ter de possuir mais do que quatro fracções autónomas e só uma destas é que poderá estar afectada a uma actividade comercial, sendo que esta característica acaba por afastar do programa vários edifícios em propriedade horizontal (Madeira, 2009).

PRU (Programa de Reabilitação Urbana)

Lançado em 1997 (Despacho nº 496/97), surge como complemento da iniciativa URBAN, foi cofinanciado por fundos comunitários e nacionais (maioritariamente públicos mas também fundos privados), teve como objectivo a revitalização e requalificação de áreas urbanas com problemas de declínio económico e social, sendo especificamente direccionado para cidades com população igual ou superior a 100 000 habitantes.

No caso do tema deste trabalho, destaca-se o exemplo da intervenção do PRU em Almada, onde de acordo com o Relatório Final do programa (2004) foi criado um projecto para o núcleo central da cidade que estava a passar por uma fase de declínio, marcado pela deslocalização de indústrias. Entre as principais medidas destacam-se:

- Requalificação da área ribeirinha;
- Criação de espaços verdes em áreas consideradas como brownfield;
- Aproveitamento de espaços para captação de empresas subordinada a uma agência criada para o efeito, a Agência de Desenvolvimento Local;
- Construção de equipamentos sociais, culturais e de lazer (como um centro de dia, museu medieval e jardim botânico).

PROGRAMA POLIS (Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades)

Lançado em 2000 (DL nº 119/2000) tem como objectivo a melhoria da qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental e aumento da sua competitividade (Gaspar et al, 2005). Para atingir este objectivo, o programa prevê o desenvolvimento de grandes operações de requalificação urbana, projectos de revitalização de centros urbanos, acções de valorização das áreas ribeirinhas e promoção de áreas pedonais. Relativamente ao financiamento, este foi criado a partir do QCAIII, cabendo ao Estado 60% e às autarquias inseridas no processo 40% do total.

O processo de selecção das cidades a intervir baseou-se em critérios como potencialidades no estabelecimento de novos pólos ou centralidades nas áreas metropolitanas, requalificação de áreas industriais abandonadas e em crise (como é o caso do Montijo), localização junto à fronteira que represente potencial desenvolvimento como centro de desenvolvimento regional.

As cidades seleccionadas foram integradas em quatro componentes fundamentais:

1 - Operações integradas de requalificação urbana e valorização ambiental: 28 cidades (Albufeira, Aveiro, Beja, Bragança, Cacém, Castelo Branco, Chaves, Coimbra, Costa de Caparica, Covilhã, Guarda, Gondomar, Leiria, Portalegre, Porto, Marinha Grande, Matosinhos, Setúbal, Silves, Tomar, Torres Vedras, Valongo, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Gaia, Vila Real e Viseu) – Financiamento participado em 60%-70% por fundos comunitários;

2 - Intervenções em cidades com áreas classificadas como Património Mundial pela UNESCO: 4 cidades (Angra do Heroísmo, Évora, Guimarães, Porto e Sintra)

3 - Valorização urbanística e ambiental em áreas de realojamento: AML e AMP;

4 - Medidas complementares para melhorar as condições urbanísticas e ambientais das cidades: (Funchal, Barreiro, Moita, Santarém, Elvas e Lagos).

A componente 1 é a mais importante, pois é onde se encontram as intervenções mais profundas e abrangentes e que conta com o investimento mais avultado (78% do total). Tendo em conta as características do programa, as cidades alvo das operações da componente 1 deverão contar com um plano estratégico de modo a referenciar as intervenções e identificar as especificações decorrentes da sua implementação, além da determinação das fontes de financiamento e instrumentos a aplicar (planos de urbanização e de pormenor).

Os principais problemas deste programa prendem-se com o seu financiamento. De facto, o acesso ao financiamento não é directo, estando dependente do apoio dos Programas Operacionais, o que obriga a uma articulação destes com as restantes estruturas, diminuindo a celeridade de execução do processo. Tendo em conta a dimensão do programa, este está também muito dependente de influências externas que o condicionam sobretudo no que concerne a mudanças governativas que podem levar a alteração de prioridades.

Componente	Linha de Intervenção	Investimento (Milhões de Euros) – Total 79,8
Componente 1 Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental	Linha 1 Intervenções identificadas pela sua relevância e natureza exemplar	62,4 Autarquias: 10-20% Governo: 0-15% Fundos Comunitários: 60-75%
	Linha 2 Outras intervenções a identificar	
Componente 2 Intervenções em cidades com áreas classificadas como Património Mundial pela UNESCO		2 Autarquias: 20-25% Governo: 15-20% Fundos Comunitários: 50-75%
Componente 3 Valorização urbanística e ambiental em áreas de realojamento		5 Autarquias: 0-25% Governo: 0-25% Fundos Comunitários: 50-75%
Componente 4 Medidas complementares para melhorar as condições urbanísticas e ambientais das cidades	Linha 1 Apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano	10,4 Autarquias: 25-50% Governo: 0-50% Fundos Comunitários: 0-50%
	Linha 2 Apoio à instalação de sistemas de informação e gestão ambiental	

	<i>Linha 3</i> Apoio à valorização na envolvente de estabelecimentos de ensino	
	<i>Linha 4</i> Apoio a acções de educação ambiental no espaço urbano	
	<i>Linha 5</i> Apoio a outras acções com impacto positivo na qualidade da vida urbana	

Quadro 1 - Quadro síntese das acções do Programa POLIS (adaptado – MAOT, 2000) - Tratamento próprio

SOLARH (Programa de Solidariedade e de Apoio à Recuperação de Habitações Antigas)

De acordo com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) este programa foi criado em 2001 (Decreto-Lei nº 39/2001). Tinha como objectivo a concessão de apoio financeiro (num máximo de 10 000 Euros) a proprietários idosos, agregados familiares numerosos e de fracos rendimentos sem condições de recorrer ao crédito à habitação. Este apoio seria então aplicado em obras de conservação e beneficiação das habitações, permitindo deste modo a reabilitação do parque habitacional e aumentar a oferta do número de habitações para arrendamento a valores moderados. Para além dos cidadãos, o SOLARH apoia financeiramente os Municípios, Instituições Particulares de Segurança Social, Pessoas Colectivas de Utilidade Pública e Administrativa e Cooperativas de Habitação e de Construção.

Política de Cidades POLIS XXI

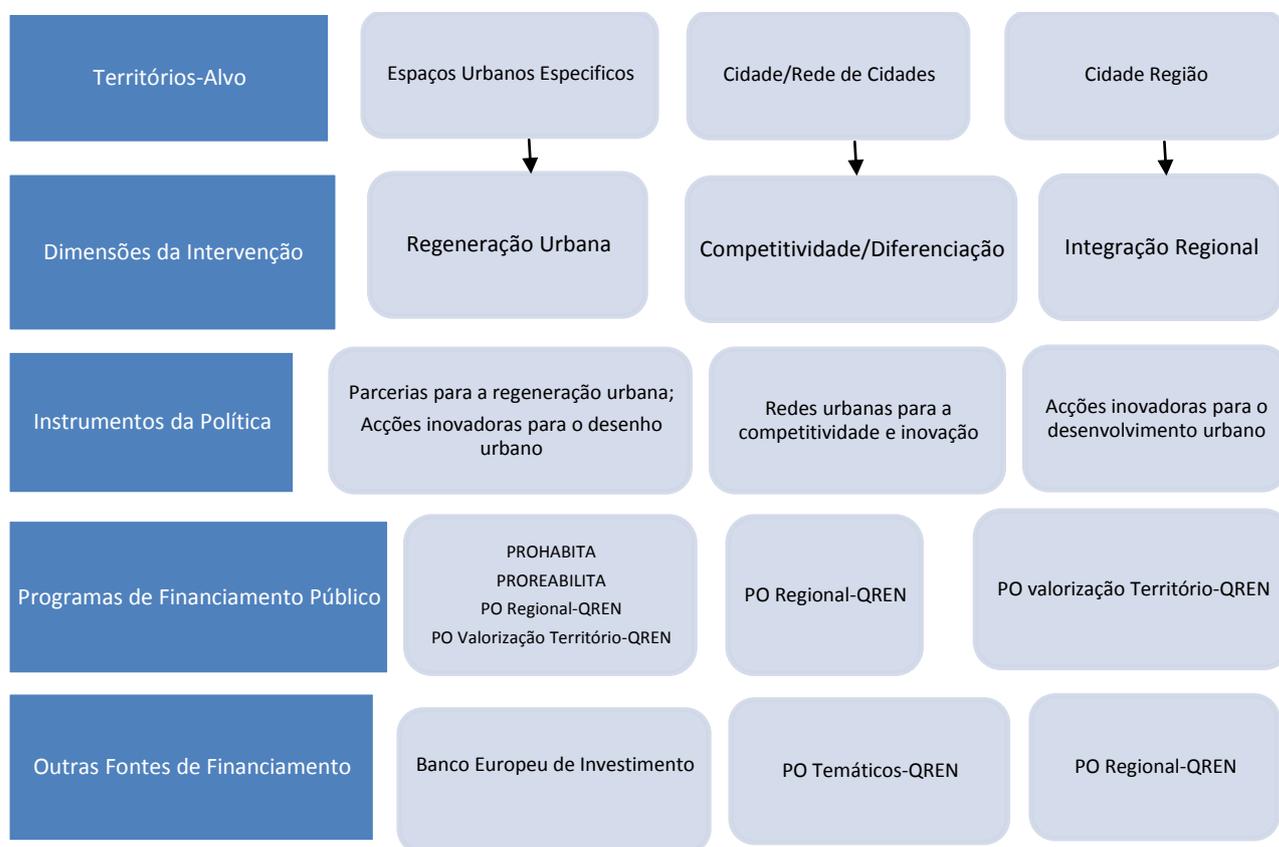
Lançada em 2007 (Despacho nº 23 021/2007), A Política de Cidades POLIS XXI consiste na afirmação das cidades como espaços de produção de riqueza, territórios de inovação, competitividade, cidadania e coesão.

Para atingir este objectivo o POLIS XXI propõe a qualificação e integração dos distintos espaços da cidade de modo a atingir um ambiente urbano mais coeso e sustentável.

É também destacada a reutilização de infraestruturas em detrimento de construções novas e a exploração de Parcerias Público-Privadas (PPP) (MAOTDR, 2007). Tal como no caso do PROSIURB é valorizada a integração da cidade em redes e região envolvente, integrando também a componente de fortalecimento do seu capital humano, cultural e económico.

Os actores-chave no âmbito do POLIS XXI são as Câmaras Municipais, empresas, organizações não-governamentais e associações, contando com o suporte técnico de política urbana da

DGOTDU e do IHRU no âmbito das políticas de habitação e reabilitação urbana (MAOTDR, 2007).



Quadro 2 - Configuração geral da Política de Cidades POLIS XXI (Adaptado de MAOTDR, 2008) - Tratamento próprio

Para este relatório de estágio é interessante destacar dois instrumentos da POLIS XXI:

Parcerias para a regeneração urbana – Estas parcerias correspondem a programas de acção orientados para a revitalização integrada de espaços intraurbanos. Entre os participantes contam-se os municípios, serviços desconcentrados da administração central, ONG's e empresas.

Através destas parcerias, resultam vários tipos de operações. Destacam-se as relacionadas com a requalificação e inserção urbana de bairros críticos, operações de recuperação e qualificação ambiental de áreas periféricas e refuncionalização de áreas abandonadas ou de uso obsoleto. Este ponto, foca a temática principal que tem vindo a ser discutida ao longo deste relatório, pois podemos incluir aqui as áreas industriais abandonadas e em declínio. As restantes operações passam pela valorização de áreas de excelência urbana (onde se incluem os centros históricos) e melhoria do ambiente urbano.

No caso deste instrumento são elegíveis os municípios constituintes das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e centros urbanos de nível superior. Até 2015 estão previstas 60 operações de regeneração urbana por meio de Programas operacionais regionais.

Um exemplo de uma operação deste género é o dado por Guimarães. A cidade deu prioridade à cultura e criatividade no seu programa de desenvolvimento urbano, sendo o principal alvo físico o centro histórico, tendo como objectivos o aumento da atractividade turística e competitividade empresarial. Entre as principais medidas destaca-se a reabilitação de edifícios, melhoria do espaço público e dinamização da inovação e desenvolvimento tecnológico.

De acordo com o Relatório para a Direcção-Geral da Política Regional da Comissão Europeia (2011), o caso de Guimarães foi considerado um sucesso devido ao facto de as intervenções de regeneração urbana terem sido suportadas por uma estratégia para cidade e envolvimento das populações nos exercícios de tomada de decisão.

Ainda segundo o mesmo relatório, outra medida elogiada foi a criação de um Gabinete Técnico Local (GTL) com a função de apoiar o sector privado na participação de projectos de reabilitação dos edifícios do centro histórico. Além do GTL, destaca-se ainda a fundação do Centro de Especialização Tecnológica que foi criado para suportar a inovação e aumento da competitividade das empresas locais. Estes dois factores foram importantes na adesão do sector privado ao projecto para a cidade.

Esta intervenção foi decisiva na classificação, em 2001, do centro histórico de Guimarães como Património Mundial da UNESCO e posteriormente da sua selecção como Capital Europeia da Cultura (2012). Convém destacar que todo o processo de intervenção vem no seguimento de uma actuação sustentada desde meados da década de 1980. Todo o processo contou com a participação dos cidadãos e sob a alçada de um planeamento estratégico orientador.

No que concerne ao POLIS XXI esta intervenção enquadrou-se no instrumento de “Parcerias para a Regeneração Urbana”, tendo o financiamento (nacional e comunitário) sido garantido através do Programa Operacional Regional do Norte.

Acções inovadoras para o desenvolvimento urbano – Este instrumento está relacionado com novas soluções para os problemas urbanos por meio de projectos inovadores.

No suporte deste objetivo são privilegiados a prestação de serviços de proximidade, acessibilidade e mobilidade urbana, segurança/prevenção de riscos e combate à criminalidade, gestão do espaço público e do edificado. São também valorizadas acções no meio ambiental, como alterações climáticas, eco inovações nos domínios da construção e da habitação, gestão eficiente da energia e qualidade do ar e tratamento de resíduos.

Os parceiros deste instrumento poderão passar pelos serviços públicos da administração central, municípios, instituições de ensino superior e I&D, empresas públicas (e sector empresarial local) e entidades privadas sem fins lucrativos.

Até 2015 estão previstos projectos inovadores de desenvolvimento urbano por meio do Programa operacional de valorização do território.

4.3 - Exemplos de Regeneração Urbana em Portugal

Apesar de terem sido destacados no ponto anterior dois exemplos de Espanha, existem também em Portugal alguns exemplos em que a criatividade surge ligada a intervenções urbanas. Embora não possam ser comparáveis aos do país vizinho, devido às diferenças de dimensão e investimento, os espaços criativos em Portugal estão a desenvolver-se e a afirmar-se como uma alternativa nas políticas de reabilitação e regeneração urbana.

São aqui destacados dois exemplos distintos, Quimiparque e LX Factory. Ambos resultam do aproveitamento de uma antiga área industrial, embora o modo como surgiram e o tipo de actividades que acolhem sejam, como se verificará de seguida, distintos.

4.3.1 – Quimiparque

Ao longo do século XX a CUF (Companhia União Fabril), localizada no concelho do Barreiro, constituiu-se como um dos maiores grupos económicos em Portugal (Queirós, 2004), embora após o 25 de Abril tenha sido alvo de nacionalização, sendo convertida na Quimigal. Na década de 1980 a Quimigal entrou num declínio profundo originado em parte devido à sua estrutura empresarial pesada e centralizada (Queirós, 2004), levando gradualmente à sua privatização e criação da Quimiparque em 1989.

A Quimiparque é uma estrutura de acolhimento empresarial criada com o objectivo de gerir o património (terrenos, edifícios e rede de infraestruturas) detido anteriormente pela Quimigal (Mateus, 2007).



Figura 5 – Complexo da Quimiparque no início da década de 1990 (CMB, 2009)

Em 1990 iniciaram-se os trabalhos de recuperação de edifícios (onde existiu uma preocupação em manter o património industrial e arquitectónico), acessibilidades e outros equipamentos, o que permitiu logo no ano de abertura do espaço, o acolhimento de cerca de 40 empresas, juntando-se às previamente existentes antes da constituição da Quimiparque (Câmara Municipal do Barreiro -CMB, 2007).

Actualmente a área total da Quimiparque ocupa cerca de 230ha (o que corresponde a um décimo do total do concelho do Barreiro), sendo servida por redes rodoviárias e de caminho de ferro ligadas às respectivas redes nacionais. Tendo em conta o espaço oferecido e as infraestruturas à disposição, a Quimiparque alberga 320 empresas de vários ramos de actividade como indústria, comércio, serviços, centros de formação e escolas, destacando-se a Escola Superior de Tecnologia do Barreiro (CMB, 2007). No total trabalham no complexo cerca de 5 mil pessoas, contrastando com a época de crise registada no início da década de 1990 onde o Barreiro perdeu cerca de 8 mil habitantes (Queirós, 2004).



Figura 6 – Escola Superior de Tecnologia do Barreiro (estbarreiro.ips.pt, 2012)

Em 2009 foi aprovado um projecto, integrado no plano de intervenção do Arco Ribeirinho Sul, que consiste na realocação de grande parte das indústrias ainda presentes no complexo da Quimiparque, aliado a um processo de urbanização e de intervenção na área ribeirinha (CMB, 2009).

Entre as propostas, destaca-se a construção de habitações complementada com a criação de espaços recreativos e de lazer. Para este fim está em curso actualmente a descontaminação dos solos de modo a limpar vestígios de resíduos industriais perigosos. Ao nível das acessibilidades está planeada a concretização da terceira travessia do Rio Tejo e a ligação ao Metro do Sul do Tejo, além da construção de um novo terminal fluvial de passageiros (CMB, 2009).

Um aspecto interessante do plano para esta área são as diversas influências externas. Por exemplo para a área ribeirinha, está a ser seguido o exemplo arquitectónico do Parque das Nações e a colocação de um grande equipamento à semelhança do que ocorre com a Ópera de Sidney na Austrália localizada na frente ribeirinha. Está planeada a construção de um complexo desportivo de grandes dimensões (275 000 m²) baseado no conceito dos parques desportivos universitários como o de Lisboa e Coimbra. Os próprios eixos de circulação contam também com influências de estruturas existentes. De facto, está prevista a construção de uma extensa avenida, denominada Alameda Central, que segue as dimensões e as características de

arruamento da Avenida da Liberdade em Lisboa. O mesmo ocorre com outro eixo, planeado como Passeio Diagonal que é influenciado pela *Boulevard Kellerman* em Paris.

A Quimiparque pode ser considerada como um exemplo da reabilitação de áreas industriais, pois o processo iniciou-se no início da década de 1990 com melhorias ao nível de infraestruturas e acessibilidades, permitindo a instalação de novos serviços mas mantendo ainda uma função industrial importante. Neste momento assistimos a um crescimento da função residencial e de lazer, levando à relocalização das indústrias que ainda permaneciam no espaço, devolvendo a área aos habitantes da cidade do Barreiro.

4.3.2 – LX Factory

A LX Factory foi criada em 2007 e localiza-se em Lisboa (Alcântara) ocupando o espaço de uma antiga área industrial, com 23 000 m² previamente ocupado pela Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense. O exemplo da Lx Factory é relevante pois existiram obras de melhoria do edificado, mas foi mantida praticamente inalterada a sua estrutura e arquitectura, e em alguns casos houve a manutenção no local de maquinaria e outro equipamento industrial.

Actualmente o espaço é ocupado por cerca de 98 empresas e profissionais das indústrias criativas, além de ser palco de eventos de moda, marketing, comunicação, arte, música, etc.

Outra particularidade da Lx Factory prende-se com a própria perenidade do espaço, pois a área está definida como reconversão urbanística, o que leva à possibilidade de poder ser desmantelada para dar lugar a edifícios de habitações. Tendo em conta este panorama, os contratos realizados são de cedência de espaço (e não de arrendamento) levando a que os inquilinos possam ser despejados a qualquer momento, levando contudo a que o valor médio das rendas praticadas encontra-se nos 8,6€/m² o que é claramente mais reduzido da média do resto da cidade de Lisboa que ronda os 20€/m². Esta diferença de valores ainda se torna mais significativa se tivermos em conta que a área média de cada escritório é 150m² contrastando com os cerca de 50m² do resto da cidade (Reis, 2010).

A LX Factory continua a atrair cada vez mais empresários e visitantes de tal modo que já foram organizadas plataformas de actuação de modo a que este espaço deixe de se encontrar numa situação provisória e se afirme como uma referência no seio da criatividade urbana.

De acordo com José Manuel Fernandes em *Arquitectura e Indústria em Portugal no século XX* (2003) foi listada a situação actual de diversas indústrias, servindo também como exemplo para futuras intervenções noutros espaços:

Uso anterior	Localização	Uso actual
Central da Carris	Alcântara	Museu da Carris
Armazéns Frigoríficos Portuários	Alcântara	Museu do Oriente
<i>Standard</i> Eléctrica	Alcântara	Sede da Orquestra Metropolitana de Lisboa
Fábrica H. Vautler & C ^a	Aterro de Lisboa	Fundação Portuguesa das Comunicações
Fábrica da Cordoaria	Junqueira	Centro de Exposições
Real Fábrica da OSRAM	Avenida 24 de Julho	Habitação

Quadro 3 - Exemplos de novas funções atribuídas a antigos espaços industriais em Lisboa - Tratamento próprio

A Parte I deste relatório foi dedicada à componente de análise e consolidação de conceitos fundamentais, como é o caso da regeneração e reabilitação urbana. Tendo em conta que o tema em análise está relacionado com a desindustrialização, foram apresentados exemplos considerados relevantes, pois o Reino Unido possui um conjunto de cidades que se encontram (e encontraram) num processo de declínio urbano, sendo um dos países pioneiros em matéria de regeneração urbana. Uma das principais soluções encontradas para este problema urbano passa pela criatividade e indústrias criativas, que pelas suas características inovadoras são geradoras de emprego e de uma dinâmica que poderá ser fundamental na recuperação de uma área degradada da cidade. Devido à proximidade e experiências positivas, foram dados exemplos de Espanha de cidades que após um declínio industrial, conseguiram encontrar novos motores económicos baseados na criatividade.

É também analisada a realidade Portuguesa, no que concerne às políticas urbanas e também de regeneração urbana baseada na criatividade.

PARTE II

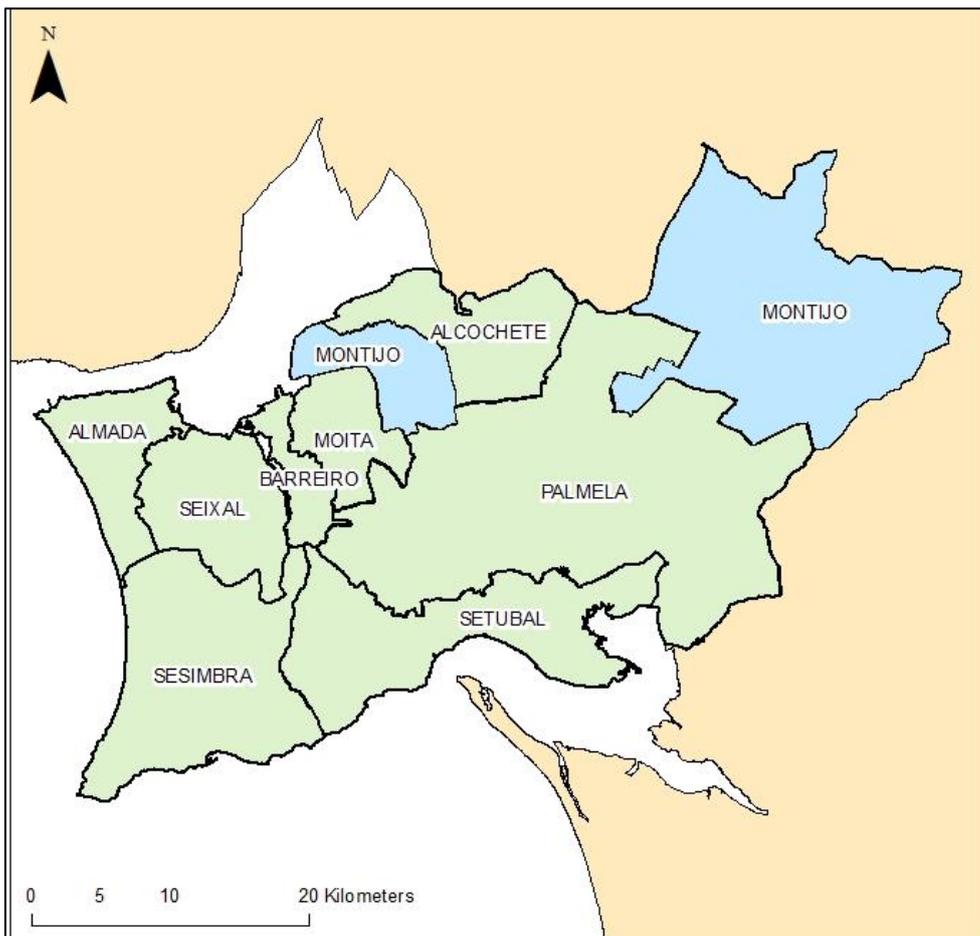
5 – O CONCELHO DO MONTIJO: ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E CARACTERIZAÇÃO

O Montijo, que serviu de base para este relatório, apresenta sinais de declínio urbano causados principalmente por um processo de desindustrialização que afectou profundamente a cidade, pois centrou-se sobretudo nas duas actividades de maior tradição na área, abate e transformação de carnes e indústria corticeira. Apesar do problema apresentado, a cidade regista mesmo um aumento populacional ao longo dos últimos anos. Este crescimento deve-se sobretudo à construção da Ponte Vasco da Gama que permitiu uma ligação directa a Lisboa. O Montijo apresenta no entanto outras características que serão desenvolvidas ao longo desta Parte II que são fundamentais para a compreensão do problema detectado e também numa tentativa da sua resolução. Este primeiro capítulo é dedicado às origens da cidade e seu enquadramento geográfico.

Os primeiros registos Históricos relacionados com o Montijo remontam ao século XII, onde em 1186, D. Sancho I doou aos cavaleiros da Ordem de Santiago parte do território onde actualmente se localiza o município, tendo sido criada a Aldeia Galega (actual Montijo). Devido à proximidade com Lisboa e Rio Tejo, o território desenvolveu-se economicamente, destacando-se na produção de vinho, sal e pesca. A sua importância económica era tal que no século XIII foram levadas a cabo intervenções para impedir o assoreamento do rio, de modo a facilitar a navegação fluvial (Fonte: Câmara Municipal de Montijo - CMM).

O século XVIII deu lugar a uma modificação na estrutura da economia local, com as actividades comercial e industrial a destacarem-se como principais fontes de receita. Uma actividade em particular ganhou especial preponderância: o comércio e transformação de gado suíno. A sua especialização foi intensificada com o desenvolvimento do caminho-de-ferro durante o século XIX, registando-se também o crescimento da indústria corticeira. É deste modo que já no século XIX se nota a influência das duas actividades supracitadas, que irão ser ao longo do século XX os dois principais motores económicos da cidade (Fonte: CMM).

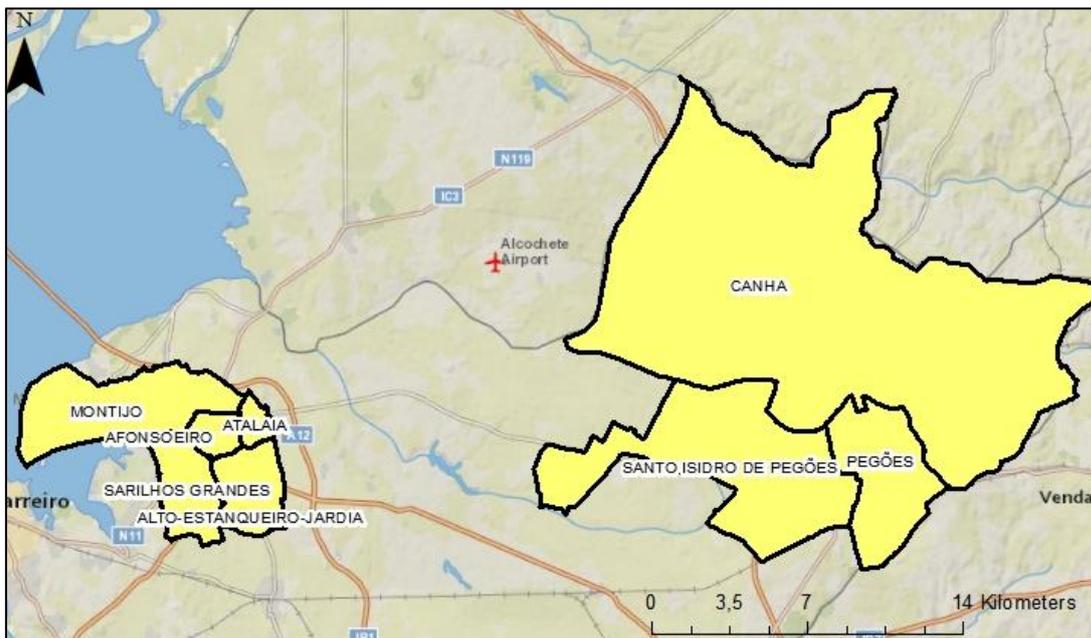
Em 1930, a vila de Aldeia Galega passa a ser denominada oficialmente por Montijo e finalmente em 1985 foi elevado à categoria de cidade.



Mapa 2 - Concelho de Montijo e sua localização no seio da Área Metropolitana de Lisboa - Tratamento próprio

Actualmente, o Concelho de Montijo é um dos municípios constituintes da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e é parte integrante da NUTII Lisboa e de NUTIII Península de Setúbal.

A área total do concelho atinge os 348,2 km², sendo constituído por 8 freguesias. O município de Montijo apresenta uma característica pouco comum em Portugal, pois divide-se em dois territórios distintos (ocidental e oriental), separados por cerca de 25km. No país existem apenas mais dois municípios com uma situação semelhante: Oliveira de Frades e Vila Real de Santo António (ANMP, 2010).



Mapa 3 - Freguesias constituintes do concelho de Montijo - Tratamento próprio

O **Território Ocidental** do concelho, com uma área de 56,7 km², é constituído por cinco freguesias (Montijo, Afonsoeiro, Atalaia, Sarilhos Grandes e Alto Estanqueiro-Jardia), é delimitada a Sudoeste com a Moita, a Sudeste com Palmela, a Norte e Este com Alcochete e a Noroeste liga-se aos municípios de Lisboa e Loures através do Estuário do Tejo. O **Território Oriental**, com uma área de 291,6 km², é constituído por 3 freguesias (Canha, Pegões e Santo Isidoro de Pegões), faz fronteira a Nordeste com Coruche, a Leste com Montemor-o-Novo, a Sudeste com Vendas Novas, a Sudoeste com Palmela e a Noroeste com Benavente.

5.1– População e Outros Indicadores Demográficos

Tendo em conta que o Montijo se localiza na NUTIII Península de Setúbal, será interessante comparar e avaliar a sua situação com a dos restantes municípios constituintes.

Unidade Territorial	População Residente	% NUT
Alcochete	17464	2,21
Almada	166103	21,03
Barreiro	77893	9,86
Moita	71596	9,06
Montijo	41432	5,24
Palmela	62820	7,95
Seixal	175837	22,26
Sesimbra	52371	6,63
Setúbal	124459	15,75
Península de Setúbal	789975	100,00

Quadro 4 - População residente dos municípios constituintes da Península de Setúbal (INE, 2011) Tratamento próprio

O concelho de Montijo contava em 2008 com cerca de 41 432 habitantes (INE: 2008). Tendo em conta o panorama da Península da Setúbal, o Montijo ocupa o penúltimo lugar em relação à população absoluta (com 5,24% da população total), sendo apenas superior a Alcochete.

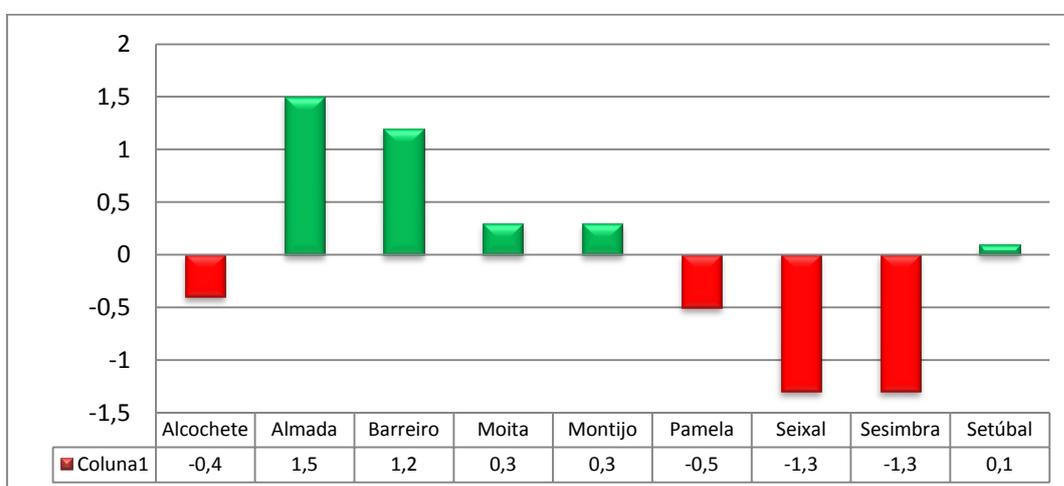


Gráfico 3 - Taxa do crescimento da População residente nos concelhos da Península de Setúbal 2001-2008 (%) – INE, 2008 - Tratamento próprio

No entanto, considerando o gráfico 3, o Montijo apresenta uma ligeira evolução positiva de crescimento populacional, ascendendo mesmo ao terceiro lugar (juntamente com a Moita), contrastando por exemplo com os concelhos vizinhos de Seixal e Alcochete que apresentam uma dinâmica negativa de crescimento populacional.

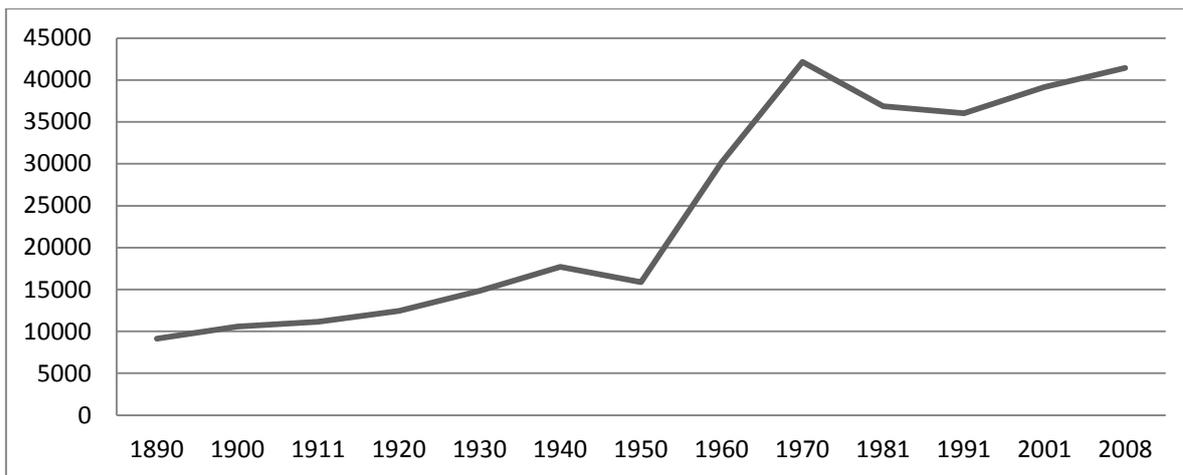


Gráfico 4 - Evolução da População do Concelho de Montijo 1890-2008 (INE, 2008) – Tratamento próprio

Como se pode verificar pelo gráfico 4, a evolução da população do concelho reflecte as “oscilações” económicas e sociais de que foi alvo ao longo do tempo. Regista-se um período constante de crescimento entre o início do século até 1970, coincidindo com o apogeu industrial da cidade (que é o centro económico do município). Para sustentar este facto, podemos destacar que entre 1960 e 1970, ocorreu um aumento de 11 348 habitantes.

A década seguinte (1980) é marcada pelo decréscimo populacional, aliado ao processo de desindustrialização e conseqüente aumento do desemprego. A perda de habitantes continuou ao longo dos 10 anos seguintes, embora já não de modo tão pronunciado, tendo no total destas duas décadas perdido cerca de 5 527 indivíduos.

Em 2001, o número de habitantes volta a crescer, aumentando em 3 130 indivíduos, sendo posteriormente reforçado com um novo aumento em 2011 com mais 12 054 habitantes (ultrapassando mesmo o valor registado entre 1960 e 1970). Ao contrário de outras décadas, este crescimento não foi acompanhado pela abertura de grandes unidades industriais geradoras de centenas de postos de trabalho, devendo este aumento ser associado à Ponte Vasco da Gama que permite a ligação da cidade a Lisboa.

De facto, a Ponte Vasco da Gama veio trazer ao Montijo uma dinâmica e um conjunto de acessibilidades, onde podemos acrescentar o IC32, A12 e IC3, que colocaram o concelho numa posição privilegiada, tendo sido criadas as condições para se constituir como um espaço estruturante da Área Metropolitana de Lisboa. Se observarmos o panorama urbano do Montijo, este pode ser definido como de baixa intensidade sendo esta oferta diferenciadora de outros concelhos da AML mais fortemente urbanizados. Esta característica, somada às

excelentes acessibilidades, tornou o Montijo num local preferencial para fixação de população, embora esta necessariamente exerça a sua actividade noutros locais.

Ao analisar os dois quadros referentes à estrutura etária dos concelhos da Península de Setúbal (Ver Anexo 1- pag. 123), nota-se um ligeiro aumento em todos os concelhos (com excepção para a Moita e Seixal) na faixa dos 0-14 anos. O Montijo destaca-se por apresentar a maior subida (15% em 2001 para 17,42% em 2008) embora esta seja de certo modo ligeira não deixa de ser um sinal positivo. Na faixa dos 15-24 anos ocorreu em todos os concelhos, uma descida significativa do número de indivíduos, sendo que no total da Península a quebra é de praticamente 4%. A faixa etária dos 25-64 anos é evidentemente a mais expressiva englobando mais de metade da população da Península de Setúbal. Ao nível dos municípios registam-se subidas e descidas pouco significativas.

No escalão dos idosos, ou seja indivíduos com mais de 65 anos, regista-se um aumento em todos os municípios, o que está em sintonia com o total nacional que em 2006 era de 16% de idosos, exactamente a mesma percentagem da Península de Setúbal. Relativamente ao Montijo estes valores indicam que apesar do recente aumento populacional, o envelhecimento também continua a crescer, apresentando mesmo um dos valores mais elevados ao nível de indivíduos com mais de 65 anos.

Unidade Territorial	Taxa Bruta de Natalidade (%)	Taxa Bruta de Mortalidade (%)
Alcochete	13,3	7,5
Almada	11,4	9,0
Barreiro	9,7	10,6
Moita	11,0	9,1
Montijo	15,2	11,8
Palmela	11,7	9,9
Seixal	10,5	6,3
Sesimbra	12,0	7,4
Setúbal	11,8	9,5
Península de Setúbal	11,4	9,0

Quadro 5 - Taxas brutas de natalidade e mortalidade dos concelhos da Península de Setúbal em 2008. Fonte INE – Tratamento próprio

Relativamente à taxa de natalidade, o concelho de Montijo, apresentava em 2008 o valor mais elevado de todos os municípios da Península de Setúbal (15,20) reflectindo o que já tinha sido analisado anteriormente na estrutura etária, onde o concelho apresenta a maior percentagem de indivíduos entre os 0-14 anos. Relativamente à mortalidade, o Montijo apresenta também o maior valor de toda a NUT, contrastando com os valores reduzidos de Alcochete e Seixal.

Unidade Territorial	Crescimento Natural			Crescimento Migratório			Crescimento Efectivo		
	1992	2001	2008	1992	2001	2008	1992	2001	2008
Alcochete	-0,33	-0,02	0,58	2,47	3,37	3,22	2,14	3,35	3,80
Almada	0,11	0,14	0,12	0,34	0,60	-0,15	0,45	0,74	-0,03
Barreiro	0,02	-0,16	-0,08	-0,67	-0,30	-0,41	-0,65	-0,46	-0,49
Moita	0,34	0,31	0,19	0,10	0,53	0,12	0,45	0,84	0,31
Montijo	-0,05	0,01	0,34	0,13	0,95	0,20	0,08	0,96	0,54
Palmela	0,19	0,21	0,18	1,40	2,04	1,52	1,58	2,25	1,70
Seixal	0,60	0,67	0,42	1,11	2,04	0,98	1,72	2,70	1,39
Sesimbra	0,19	0,34	0,46	3,34	3,74	3,71	3,53	4,09	4,16
Setúbal	0,12	0,24	0,23	0,50	1,16	0,49	0,62	1,40	0,72
Península de Setúbal	0,21	0,26	0,24	0,58	1,23	0,67	0,79	1,48	0,91

Quadro 6 - Valores de Crescimento natural, migratório e efectivo dos concelhos da Península de Setúbal 1992, 2001 e 2008 (INE, 2008) – Tratamento Próprio

A evolução do crescimento natural do Montijo tem vindo a ser positiva, partindo de um valor negativo em 1992 (partilhado com Alcochete), chegando a um valor superior à média da Península de Setúbal em 2008, sendo mesmo o 4º valor mais elevado.

No que concerne ao crescimento migratório, entre 1992 e 2008, o Montijo apresenta valores abaixo da média da NUT, registando-se um aumento em 2001 mas que é reduzido em 2008. É de destacar os valores negativos apresentados pelo Barreiro e os valores elevados de Alcochete.

No crescimento efectivo, o valor é oscilante, pois regista-se um elevado aumento entre 1992 e 2001, mas decresce em 2008.

Tal como já foi referido anteriormente, o concelho de Montijo divide-se em dois territórios (ocidental e oriental). Apesar de distarem apenas 25 km, estes territórios apresentam características distintas: o sector ocidental apresenta uma dinâmica e crescimento urbano superior, justificado principalmente pela proximidade com Lisboa (densidade populacional: 804,5 hab/km²), localizando-se neste território as duas freguesias mais populosas (Afonsoeiro e Montijo). O sector Oriental pelo contrário apresenta um menor número de habitantes, apresentando apenas algumas concentrações junto às sedes de freguesia (densidade populacional: 19,2 hab/km²).

Freguesia	População (2001)	%	População (2011)	%	Varição (%)	Densidade Populacional – hab/km ² (2011)
Território Ocidental	33703	86,05	45620	89,06	35,4	804,5
Afonsoeiro	3536	9,03	7203	14,06	103,7	1652
Alto Estanqueiro-Jardia	2722	6,95	2846	5,56	4,5	255
Atalaia	1312	3,35	2239	4,37	70,6	844,
Montijo	22915	58,50	29908	58,39	30,5	1135
Sarilhos Grandes	3218	8,22	3424	6,68	6,4	292,9
Território Oriental	5465	13,95	5602	10,94	2,5	19,2
Canha	1907	4,87	1689	3,30	-11,4	8,1
Pegões	2104	5,37	2375	4,64	12,8	84,5
Santo Isidro de Pegões	1454	3,71	1538	3,00	5,7	27,8
Total	39168	100	51222	100		

Quadro 7 - Variação e densidade populacional das freguesias constituintes do Concelho do Montijo (2001-2011) – INE, 2011 - Tratamento próprio

Entre 2001 e 2011 os dois territórios que compõem o município, cresceram a ritmo diferente, o território ocidental aumentou em cerca de 35%, tendo este resultado sido obtido devido ao aumento populacional registado por três freguesias em particular (Afonsoeiro, Atalaia e Montijo). No território oriental, o crescimento foi menos pronunciado, destacando-se a freguesia de Pegões (12,8%) existindo mesmo um exemplo de redução, em Canha onde a população reduziu cerca de 11,4%.

Apesar deste intervalo de 10 anos, onde se registam evoluções positivas da população é de realçar o facto da freguesia do Montijo continuar a reforçar a sua posição como freguesia mais populosa, apresentando valores distantes da seguinte, o Afonsoeiro.

O quadro acima permite-nos observar a grande diferença de população da freguesia do Montijo relativamente às restantes. De facto, nenhuma delas atinge sequer os 10 000 habitantes, contrastando com a principal freguesia que atinge praticamente os 30 000. É deste modo possível compreender a razão pela qual é nesta freguesia que se concentram as principais actividades económicas e serviços à população.

5.2 – Breve Caracterização Social e Cultural

A cidade do Montijo é claramente a área urbana que reúne o maior número de equipamentos no contexto do município, localizando-se aí os principais estabelecimentos de ensino, saúde, bem como equipamentos culturais e de lazer.

Unidade Territorial	Nível de ensino (%)							Taxa Analfabetismo (%)
	Nenhum	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Médio	Superior	
Alcochete	15,4	32,4	10,8	11,6	19,3	0,6	9,8	10,1
Almada	11,6	29,4	9,3	11,6	22	1,3	14,8	6,1
Barreiro	10,7	32,5	9,1	11,3	23,7	1	11,9	5,8
Moita	13,7	31,9	10,2	12,8	23,1	0,5	7,8	7,9
Montijo	16,8	32,7	10,3	11	19,3	0,6	9,2	11,4
Palmela	16,7	32	10,6	11,9	19,1	0,5	9	10,8
Seixal	11,6	27,9	9,8	12,5	25,5	0,9	11,9	4,8
Sesimbra	14,3	31,9	10,9	12,1	21,2	0,6	9	7,8
Setúbal	13,6	29,5	9,9	11,5	21,7	0,9	12,8	7,6
Península de Setúbal	12,9	30,2	9,8	11,9	22,5	0,9	11,8	7

Quadro 8 – Percentagem de população segundo o nível de ensino dos concelhos da Península de Setúbal, 2001 (INE, 2008 - Tratamento próprio)

Relativamente à instrução destaca-se a diminuição da taxa de analfabetismo que em 1991 era de 13,8% e em 2001 passou a ser de 11,4%, continuando contudo a ser elevada, principalmente tendo em conta que é o maior valor no que concerne à Península de Setúbal. Este valor é seguido pelo valor de Palmela com 10,8%. Entre géneros, a taxa de analfabetismo masculino era de 7,7% (2001) enquanto a feminina é praticamente o dobro, com 14,8% (INE - 2001).

Relativamente aos valores do 1º ciclo, o Montijo é também o município a apresentar os valores mais elevados. Registando por isso valores mais baixos no que respeita as níveis superiores embora enquadrada na média da Península de Setúbal.

Município	Enfermeiros por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes
Alcochete	1,5	1,7
Almada	6,7	3,6
Barreiro	7,4	2,5
Moita	1,6	1
Montijo	3,2	2
Palmela	1,3	2
Seixal	1,3	1,4
Sesimbra	1,1	1,2
Setúbal	6,5	3,6
Península de Setúbal	4	2,3

Quadro 9 – Número de Enfermeiros e Médicos por 1000 habitantes nos concelhos da Península de Setúbal (INE, 2008 - Tratamento próprio)

No que concerne aos dados de saúde, existe um aspecto interessante a destacar, o facto de o Montijo albergar um hospital. Com efeito além do município em estudo, na Península de Setúbal apenas Almada, Barreiro e Setúbal contam com este tipo de equipamento.

Devido a este facto, apresenta dados ligeiramente melhores que os restantes concelhos não servidos por uma grande unidade de saúde. Se analisarmos o quadro 9, em número de enfermeiros por 1000 habitantes, o Montijo conta com 3,2, estando apenas abaixo dos concelhos já referidos como tendo um hospital. Dos restantes municípios o valor mais aproximado é o apresentado pela Moita com 1,6, o que é praticamente metade do número apresentado pelo concelho em estudo. Relativamente ao número de médicos por 1000

habitantes, os valores no panorama da Península de Setúbal são mais equilibrados, pois a discrepância não é tão acentuada. Deste modo contamos com Almada, Setúbal e Barreiro com os valores mais elevados, seguidos do Montijo e Palmela. De qualquer modo o Montijo continua apresentar um valor ligeiramente mais elevado que os restantes concelhos, o que indica que os seus habitantes poderão ter uma melhor cobertura de saúde que os habitantes de Alcochete, Moita, Palmela, Seixal e Sesimbra.

Município	Despesa em cultura e desporto no total de despesas (%)
Alcochete	6,2
Almada	19,2
Barreiro	7,8
Moita	9,2
Montijo	18,0
Palmela	11,1
Seixal	8,0
Sesimbra	10,3
Setúbal	6,1
Península de Setúbal	10,8

Quadro 10 - Distribuição da despesa em cultura e desporto no total de despesas dos municípios da Península de Setúbal – INE 2008 (Tratamento próprio)

A cultura é um sector que tem vindo a ser desenvolvido no Montijo nos últimos anos. Basta referir que no panorama da Península de Setúbal, é o que apresenta o segundo valor mais elevado de despesa municipal em actividades culturais tendo em conta o total de despesas (2008) com cerca de 18% atribuídos a este sector, sendo apenas ultrapassado pelo Concelho

de Almada com 19,2%. Este valor apresenta maior destaque se compararmos com o total nacional: 10%.

Relativamente às infraestruturas culturais, o concelho do Montijo conta com 4 museus:

- Museu Municipal (focado essencialmente no património local) - Montijo;
- Museu do Pescador (apresenta artefactos relacionados com a actividade piscatória) - Montijo;
- Museu dos ex-votos do Santuário de N^a Sr.^a da Atalaia (dedicado à devoção da N^a Sr.^a da Atalaia) – Atalaia;
- Museu Etnográfico (apresenta artefactos ligados à identidade local e agricultura) – Canha.

Relativamente a outros espaços culturais, destaca-se o cineteatro Joaquim de Almeida, pois para além de ser a principal sala de espectáculos do município, foi alvo de uma reabilitação em 1999 (Almeida, 2004) que adicionou uma série de valências como sala de exposições, espaços para formações de índole cultural, entre outras que tornaram esta infraestrutura num dos equipamentos mais completos (senão o mais completo) no que concerne à actividade cultural.

5.3– Ocupação do Solo e Habitação

O sector da construção/habitação é determinante para este relatório pelo que deverá ser focada a sua evolução e dimensão no concelho além de uma comparação com os restantes municípios da Península de Setúbal.

Um facto interessante é referente ao valor médio dos prédios no Montijo, que é de cerca de 127 958€, sendo superior à média nacional que ronda os 101 335€ (INE, 2008). Se nos restringirmos apenas à Península de Setúbal, o concelho situa-se em terceiro lugar, sendo apenas ultrapassado por Alcochete e Palmela. Este valor relativamente elevado apresentado poderá ser justificado pela valorização do solo após a construção de grandes infraestruturas de acesso como a Ponte Vasco da Gama e respectivas autoestradas de ligação. Aliada a esta valorização podemos acrescentar também a grande procura de habitação que ocorreu na década seguinte.

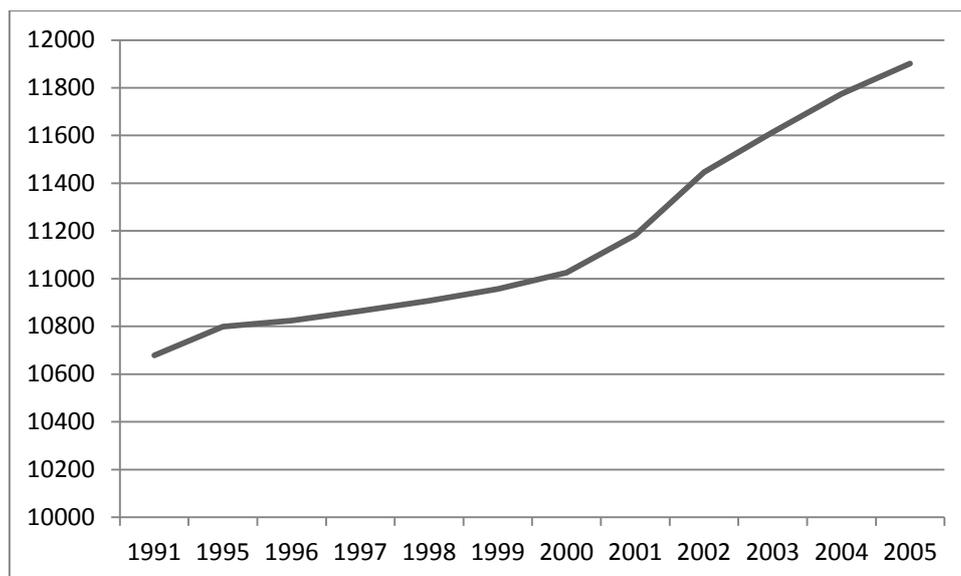


Gráfico 5 - Evolução do Parque Habitacional do Montijo (C.M. Montijo, 2010) – Tratamento próprio

O gráfico 5 ajuda a visualizar a evolução positiva do parque habitacional (habitações familiares clássicas) no Montijo e a influência da Ponte Vasco da Gama nesse fenómeno. De facto, nota-se que entre 1991 e 1998, o crescimento era pouco pronunciado, mas após 2000, com o estabelecimento da Ponte como um importante eixo de acesso a Lisboa, destaca-se um grande aumento do número de habitações.

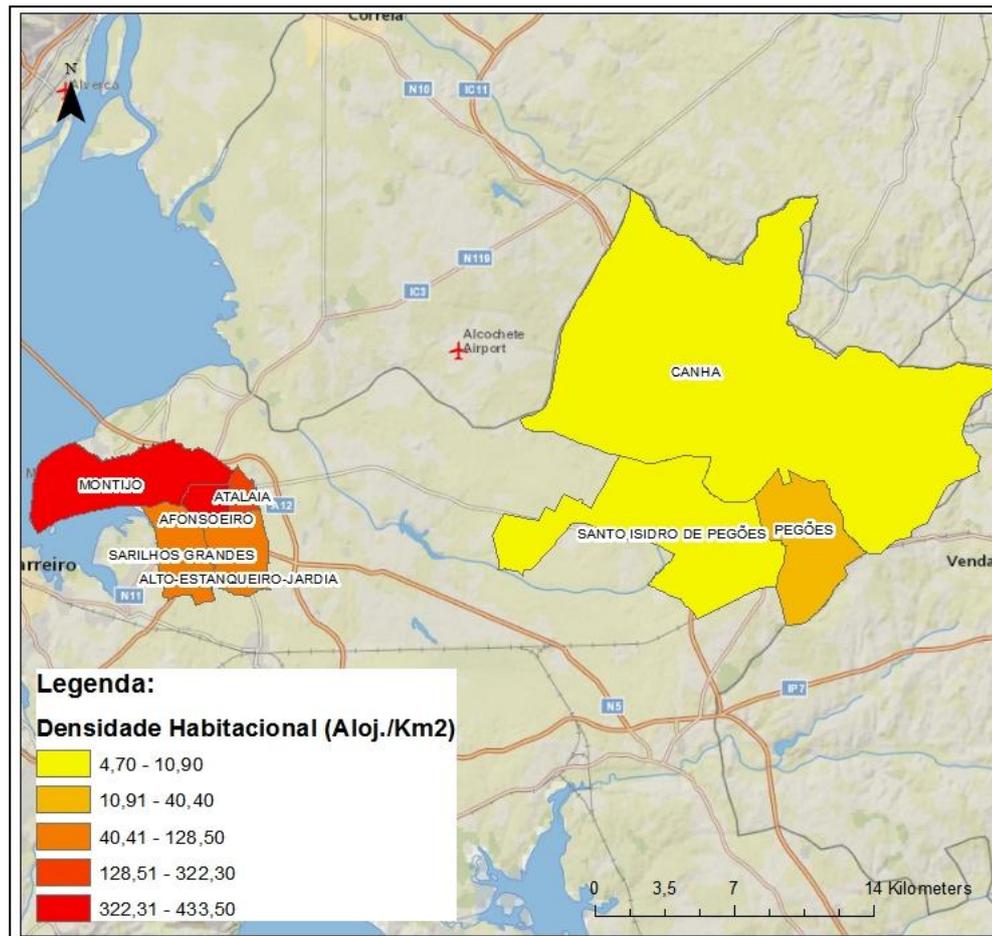
No ano de 2005, (ano mais recente com dados disponíveis na Câmara Municipal) foram concluídos 129 edifícios novos, dos quais 114 correspondem a habitações, o que demonstra a importância do parque habitacional no total das construções do concelho. Os restantes destinos foram para a indústria (1 787 m²), turismo (175 m²), serviços (9 313 m²) e outros (10 929 m²).

	Alojamentos (1991)	Alojamentos (2001)	Taxa de Variação (%)	Densidade Habitacional (Aloj/Km ²) - 1991	Densidade Habitacional (Aloj/Km ²) – 2001	Área Km ²
Afonsoeiro	1664	1749	5,1	396,2	416,4	4,2
Alto Estanqueiro Jardia	809	1166	44,1	73,5	106	11
Atalaia	498	838	68,3	191,5	322,3	2,6
Montijo	9133	11791	29,1	335,8	433,5	27,2
Sarilhos Grandes	1453	1516	4,3	123,1	128,5	11,8
Território Oeste	13557	17060	20,5	238,7	300,4	56,8
Canha	1194	1002	-16,1	5,6	4,7	211,6
Pegões	860	993	15,5	35	40,4	24,6
Santo Isidro de Pegões	635	605	-4,7	11,5	10,9	55,4
Território Este	2689	2600	-3,4	9,2	8,9	291,6

Quadro 11 - Nº de Alojamentos no Concelho de Montijo 1991-2001 (C.M.Montijo, 2010) – Tratamento próprio

Ao nível das freguesias, nota-se um crescimento entre 1991 e 2001 do número de alojamentos, excepto nas freguesias de Canha (-16,1%) e Santo Isidro de Pegões (-4,7%), ambas localizadas no Território Este, que é menos urbanizado e com menor população que o Território Oeste, pelo que estes valores acabam por não ser tão expressivos como seria de esperar.

A freguesia que registou maior aumento foi a de Alto Estanqueiro Jardim, com um crescimento de 44,1%. Relativamente à densidade habitacional, a freguesia de Montijo é a que apresenta maior densidade habitacional (Alojamento por Km²), sendo um aspecto natural, tendo em conta que a cidade do Montijo se encontra nesta freguesia.



Mapa 4 - Densidade Habitacional das freguesias do Concelho do Montijo (INE, 2001) – Tratamento próprio

O mapa 4 demonstra visualmente o contraste entre os dois territórios, sendo de destacar que nenhuma freguesia do Território Oriental se aproxima dos valores registados no Ocidental. Como seria de esperar os maiores valores apresentados localizam-se na freguesia do Montijo e Afonsoeiro que correspondem às maiores aglomerações urbanas do concelho.

Unidade Territorial	Construções Novas								
	Habitação Familiar			Total					
	1995	2001	2008	1995	% – 1995	2001	% – 2001	2008	% - 2008
Alcochete	32	91	43	54	3,0	109	4,2	48	2,0
Almada	383	427	161	388	4,9	440	8,2	188	2,7
Barreiro	64	112	70	89	2,5	130	2,7	76	1,1
Moita	119	174	92	157	1,1	194	1,6	102	1,0
Montijo	69	188	130	103	2,4	210	2,8	147	1,4
Palmela	248	351	201	322	2,8	447	5,3	252	3,5
Seixal	367	448	340	402	6,7	477	8,2	362	4,0
Sesimbra	191	555	153	217	3,1	562	3,1	154	2,1
Setúbal	283	424	215	312	7,0	456	14,7	233	2,9
Península de Setúbal	1756	2770	1405	2044	2,9	3025	4,0	1562	1,9

Quadro 12 - Construções novas (e habitação familiar) realizadas nos concelhos da Península de Setúbal 1995, 2001 e 2008 (INE, 2008) – Tratamento próprio

Se analisarmos a um nível global o quadro 12 relativamente ao panorama na Península de Setúbal, verificamos que entre 1995 e 2001 ocorreu um decréscimo no número de construções (habitação e total) em todos os concelhos constituintes.

Relativamente à construção de habitação familiar, os valores mais elevados pertencem aos como seria de esperar, aos três concelhos mais populosos (Almada, Seixal e Setúbal), embora em 2008 tenham registado uma diminuição, especialmente no caso de Almada onde entre 2001 e 2008 ocorreu uma diferença de 266 unidades. No caso do Montijo, entre 1995 e 2001 decorreu um grande incremento, embora entre 2001 e 2008 este valor tenha diminuído, apesar de um modo menos pronunciado que na maioria dos outros municípios.

No que concerne ao total da construção, iremos analisar os valores por 1000 habitantes de modo a ser possível determinar a proporção de construções por habitante. Neste caso o concelho com o valor mais elevado é Setúbal, onde em 2001 apresenta mesmo o valor mais alto de todos com cerca de 14,7 construções por 1000 habitantes.

Relativamente ao concelho em estudo, os dados totais de construção por 1000 habitantes ao longo do período em estudo são relativamente reduzidos, apresentando apenas valores superiores relativamente aos concelhos da Moita e Barreiro. Os valores apresentados pelo Montijo demonstram que o pico de construção registou-se antes de 2008, ou seja o período de crescimento proporcionado pela Ponte Vasco da Gama foi menos de uma década.

Unidade Territorial	Fogos Licenciados Habitação Familiar					
	1995	‰ – 1995	2001	‰ – 2001	2008	‰ – 2008
Alcochete	127	9,5	454	10,9	169	9,68
Almada	1239	11,4	873	34,4	432	2,60
Barreiro	408	7,8	562	5,4	411	5,28
Moita	575	4,9	990	7,1	259	3,62
Montijo	256	8,6	711	14,5	459	11,08
Palmela	647	6,8	697	18,0	454	7,23
Seixal	1493	13,5	1099	12,8	886	5,04
Sesimbra	413	11,4	1424	7,1	271	5,17
Setúbal	1269	13,3	1068	37,3	520	4,18
Península de Setúbal	6397	11,7	7878	9,3	3861	4,89

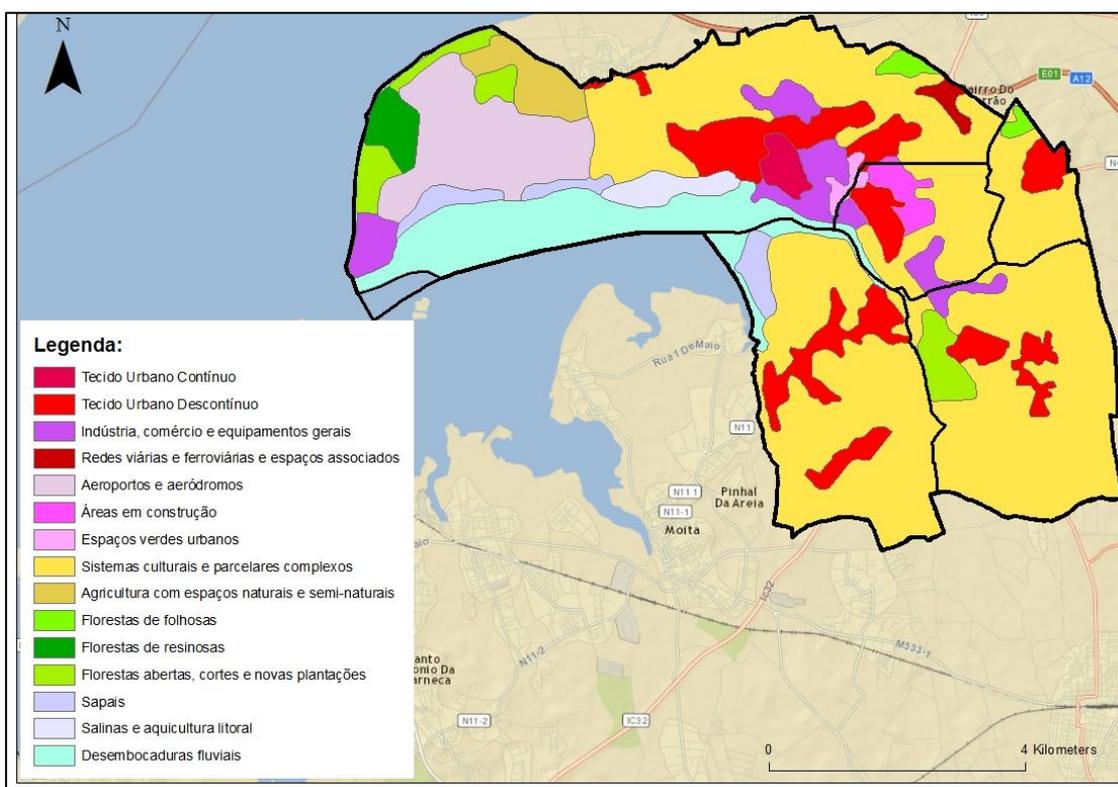
Quadro 13 - Fogos licenciados habitação familiar (INE, 2008) – Tratamento Próprio

Ao analisar o quadro 13 chegamos à conclusão que em todos os concelhos constituintes da Península de Setúbal se nota uma regressão do total de fogos licenciados para habitação familiar em 2008. Entre 1995 e 2001 pelo contrário a grande maioria dos municípios apresentou uma subida, destacando-se por exemplo o caso do Montijo que passou de 256 fogos licenciados (1995) para 711 (2001). Existem no entanto concelhos que têm vindo gradualmente a decrescer: Almada, Seixal e Setúbal, que correspondem às maiores aglomerações urbanas da Península de Setúbal.

Se observarmos a coluna referente ao número de novos fogos por mil habitantes chegamos a uma conclusão interessante: o facto de o Montijo apresentar em 2008 o valor mais elevado da

Península de Setúbal, com 11,08 fogos licenciados. Este valor é seguido de perto por Alcochete com 9,68, o que demonstra uma vez mais, o incremento da construção e o aumento populacional que estes dois municípios observaram na última década. Deste modo comprova-se a importância da Ponte Vasco da Gama e respectivos acessos neste aumento populacional. Este aumento ainda é mais evidente se notarmos que em 1995 o Montijo apresentava um dos valores por mil habitantes mais reduzidos da Península de Setúbal.

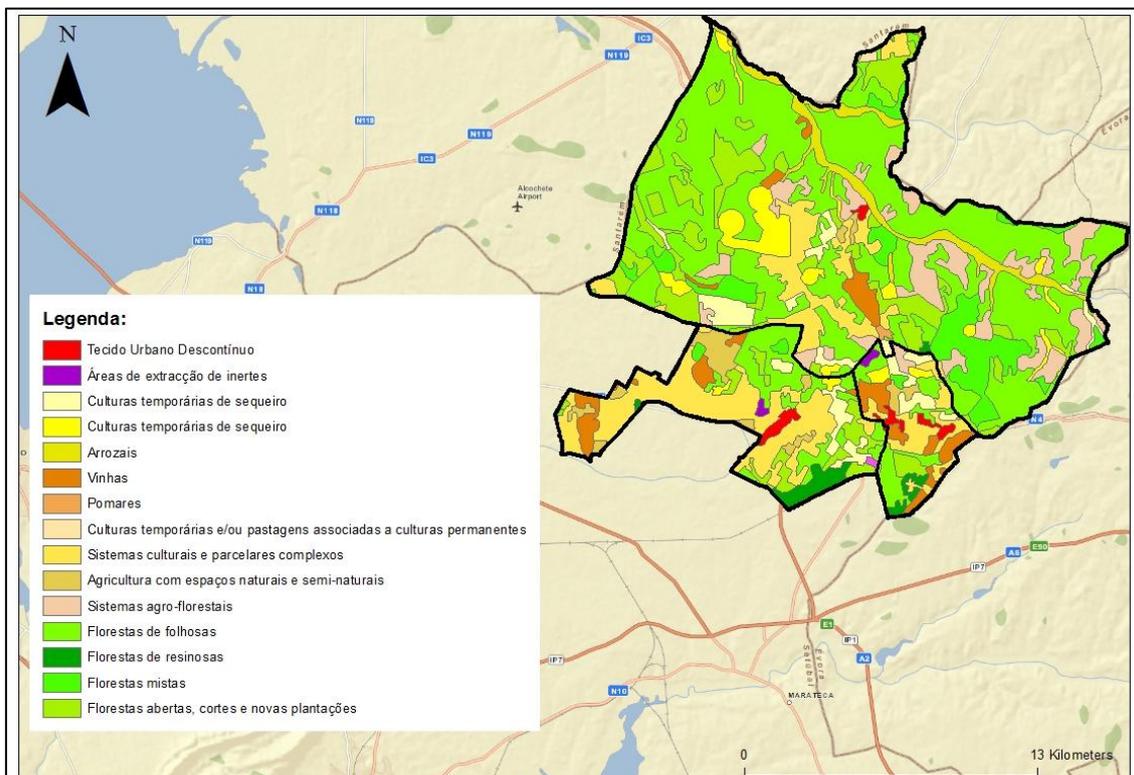
Para observar directamente a expansão da cidade, podemos guiar-nos pela análise da ocupação do solo que nos permite a emergência de novas centralidades e observar a evolução do território agrícola, florestal e urbano. Através da cartografia associada é possível visualizar essas diferenças.



Mapa 5 – Tipos de ocupação de solo no Território Ocidental do Concelho do Montijo – 2000 (IGP, 2012 – Tratamento Próprio)

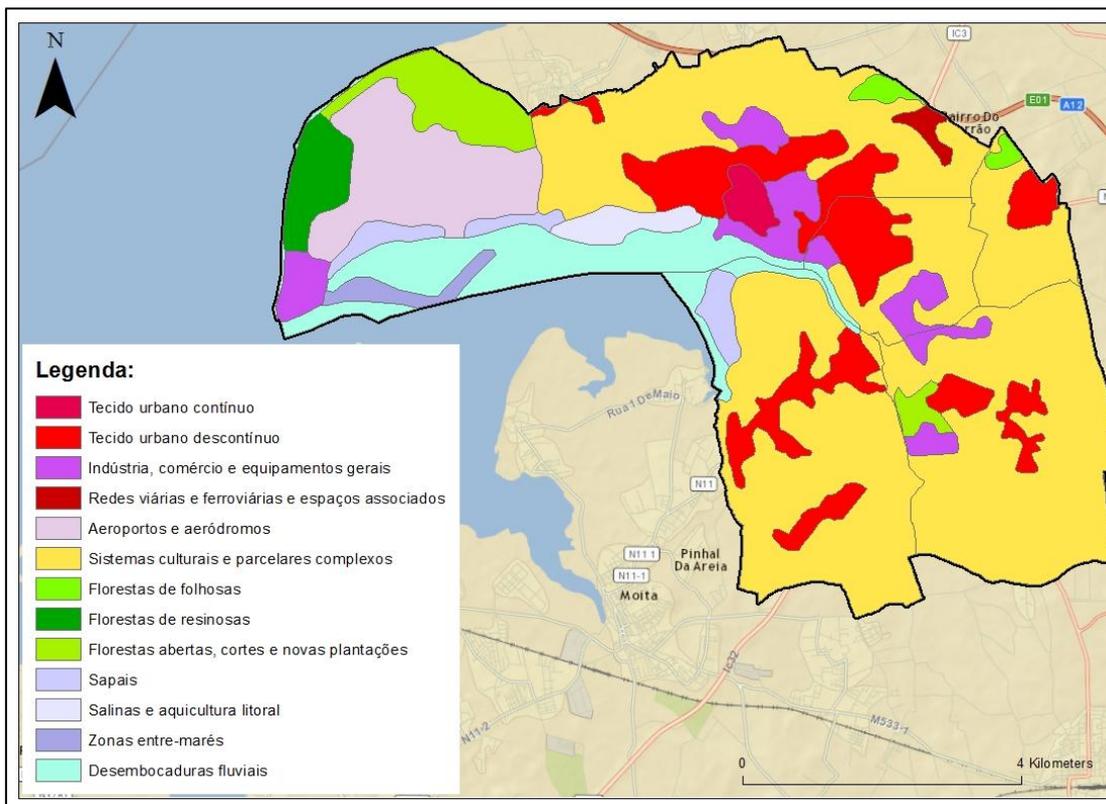
Como se pode verificar no mapa 5, o tipo mais comum de ocupação do solo no Território Ocidental em 2000 eram os sistemas culturais e parcelares complexos, o que demonstra ainda a forte presença da agricultura mesmo tendo em conta que este território é marcadamente mais urbanizado que o oriental.

A freguesia do Montijo é a única que conta com tecido urbano contínuo, o que não será de todo estranho pois é o maior centro urbano do todo o concelho. Existe também uma grande extensão ocupada pelo tipo ‘aeroportos e aeródromos’ que corresponde à Base da Força Aérea.



Mapa 6 -Tipos de ocupação de solo no Território Oriental do Concelho do Montijo – 2000 (IGP, 2012 – Tratamento Próprio)

A primeira grande conclusão que podemos retirar do mapa 6 é a forte presença de florestas no Território Oriental, seguida de vinhas devido à forte produção vinícola da Adega Cooperativa de Pegões. O tecido urbano dominante é o descontínuo, demonstrando um tipo de ocupação urbana mais dispersa, típica de áreas mais ruralizadas.

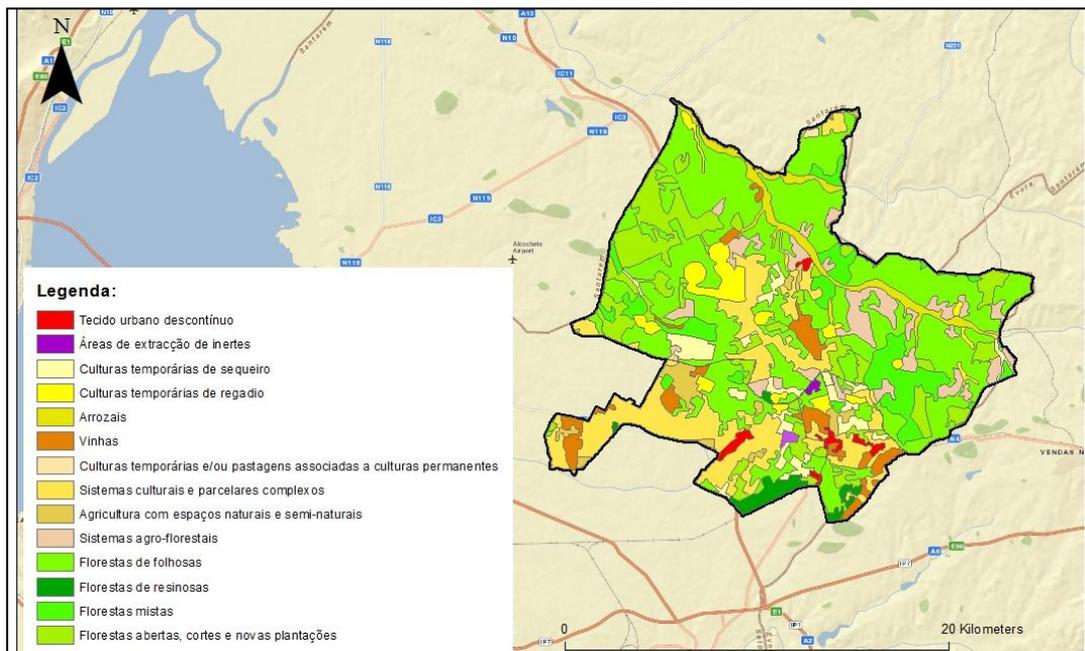


Mapa 7 -Tipos de ocupação de solo no Território Ocidental do Concelho do Montijo – 2006 (IGP, 2012 – Tratamento Próprio)

A partir do mapa 7 podemos observar que não ocorreram grandes alterações na ocupação do solo entre 2000 e 2006. O tipo de ocupação mais comum continua a ser os sistemas culturais e parcelares complexos. Tal como em 2000 o tecido urbano contínuo encontra-se apenas na freguesia do Montijo.

Nota-se a norte da freguesia do Montijo a perda de uma parcela anteriormente pertencente a terrenos agrícolas e que actualmente é ocupada por floresta, o que poderá significar um desinvestimento neste sector.

É de destacar que devido a uma actualização no sistema de classificação da ocupação do solo que decorreu entre 2000 e 2006, foi incluída uma nova categoria a 'Zonas entre-marés', pelo que a diferença registada entre o mapa 5 e o 6 deve-se sobretudo a esta inclusão.



Mapa 8 -Tipos de ocupação de solo no Território Oriental do Concelho do Montijo – 2006 (IGP, 2012 – Tratamento Próprio)

Tal como no caso do Território Ocidental, também o Oriental não regista numa primeira observação, alterações significativas entre 2000 e 2006. Continuando a ser uma área predominantemente rural.

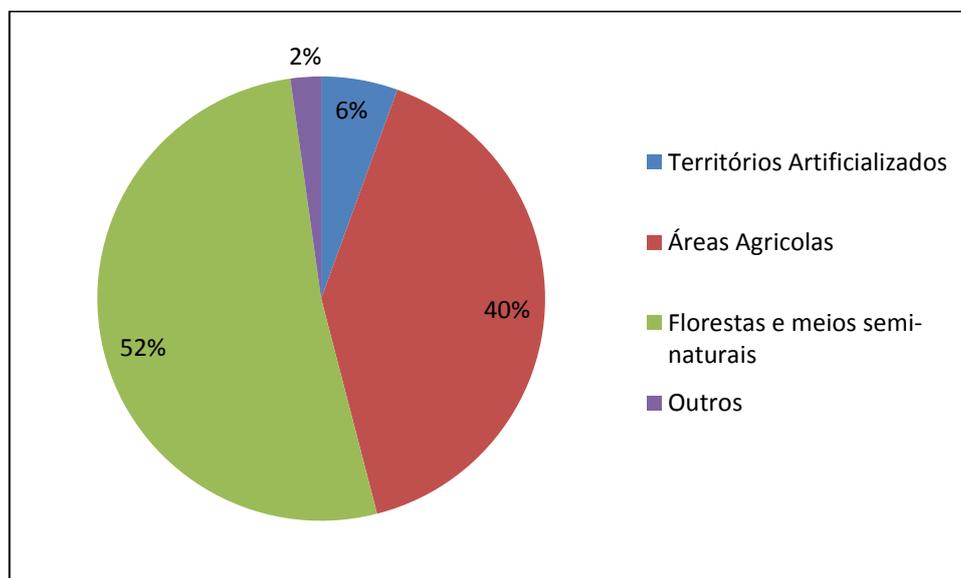


Gráfico 6 - Valores de ocupação do solo no Concelho do Montijo em 2000 (%) - (Tratamento próprio)

Em 2000 as florestas e meios seminaturais ocupavam cerca de 52% do concelho do Montijo. Este valor elevado é atingido principalmente devido à grande extensão florestal existente na

freguesia de Canha, que é a maior do concelho. Relativamente aos territórios artificializados, onde se incluem o tecido urbano, indústria, comércio e redes de transportes, estes atingem 6% o que é representativo da reduzida dimensão urbana do concelho, de onde apenas se destaca como aglomeração urbana importante a cidade do Montijo.

As áreas agrícolas atingem também um valor importante (40%) o que revela a grande componente rural do concelho, principalmente evidente no território oriental, onde se encontra presente uma importante produção vinícola.

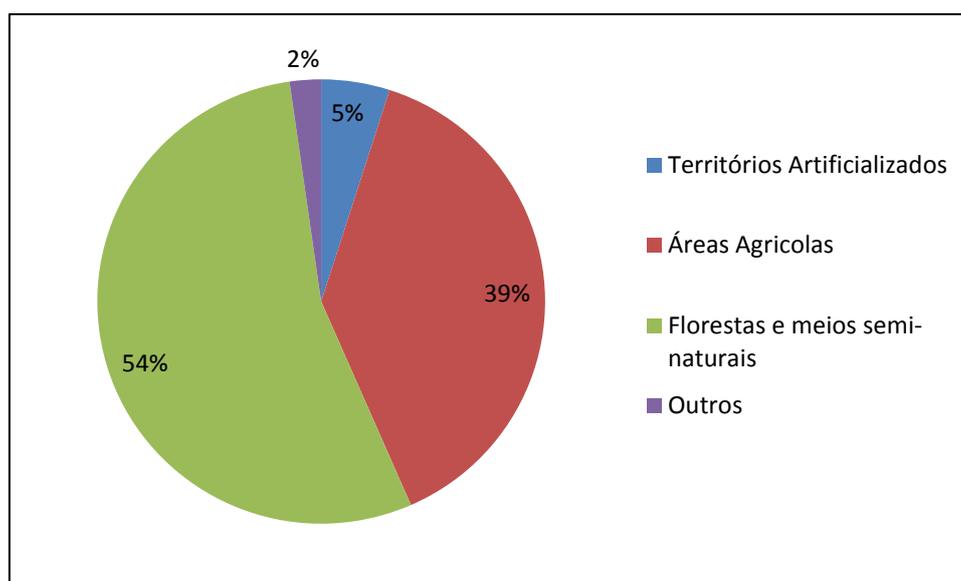


Gráfico 7 - Valores de ocupação do solo no Concelho do Montijo em 2006 (%) - (Tratamento próprio)

Como se pode verificar, os valores entre os dois gráficos não sofreram praticamente alterações. Apenas se pode referir uma diminuição de 1% nos territórios artificializados e áreas agrícolas, que foi compensado com um aumento de 2% nas florestas e meios seminaturais. Estes dados demonstram que a dinâmica de ocupação do solo entre 2000 e 2006 foi pouco relevante.

Ao observar o Anexo 3 (pag. 124), nota-se como seria de esperar, que o Montijo apresenta um valor muito superior às restantes freguesias (288 hectares) no que concerne ao tecido urbano, demonstrando a importância do seu perímetro urbano. O mesmo ocorre relativamente ao valor da indústria comércio e transportes (ainda mais que no tecido urbano) onde é evidente que a presença deste tipo de equipamentos se centra na freguesia citada. Existem também áreas ocupadas no Afonsoeiro e Alto Estanqueiro Jardim, o que pode ser explicado pela proximidade com o Montijo.

Relativamente à ocupação do solo agrícola, as freguesias do território oriental são as que apresentam os valores mais elevados, sendo evidente a característica rural associada a este território, contrastando com o território ocidental mais urbanizado. É de realçar o valor elevado registado pela freguesia de Pegões relativamente às culturas permanentes, onde se inclui a vinha, relevando a importância da produção vinícola subordinada à Adega Cooperativa de Pegões.

No que concerne à ocupação de solo por parte da floresta, tal como no caso anterior, os valores mais elevados pertencem às freguesias do território oriental, sendo de destacar a área ocupada em Canha que atinge os 14 519 hectares, o que pode ser explicado pela extensão territorial da freguesia e o reduzido nível de tecido urbano (o mais reduzido de todo o concelho).

Por último podemos destacar os valores apresentados pela freguesia do Montijo relativamente às zonas húmidas costeiras, onde se inclui o valor referente aos sapais, que como se irá verificar mais à frente neste relatório são considerados de extrema importância para o Montijo devido à sua relevância como ecossistema e potencial turístico.

Comparando os valores de 2000 com os de 2006 (ver Anexo 4 – pag. 125) notam-se evidentemente algumas diferenças, mas o panorama geral pode ser considerado como estável, pois não encontramos alterações substanciais. De qualquer modo existem dados que merecem uma análise mais detalhada.

No caso do tecido urbano, a maior alteração ocorreu na freguesia do Afonsoeiro que teve um aumento de 109%, comprovando os valores anteriormente referidos de população residente onde ocorreu um crescimento importante. Através destes dados podemos afirmar que o Afonsoeiro tem-se evidenciado como um polo de crescimento urbano na última década. Associado a este crescimento do tecido urbano, a ocupação do solo relativamente à indústria, comércio e transportes registou também um aumento no Afonsoeiro. Todavia o valor mais alto registado localiza-se no Alto Estanqueiro Jardim.

Curiosamente o segundo valor mais alto no que concerne às áreas agrícolas heterogéneas pertence ao Montijo, que como se sabe é uma freguesia de cariz essencialmente urbano. O mesmo fenómeno ocorre com a ocupação de solo pelas florestas que teve um aumento de 57,8%.

5.4 - Caracterização Económica

O Concelho do Montijo passou de um centro fabril de importância nacional, onde o peso do sector secundário era importante, para uma base dominada pelo terciário.

O primeiro grande marco da história económica do Montijo é a inauguração do caminho-de-ferro em 1908 proporcionando à cidade uma ligação directa a Lisboa e permitindo uma circulação de matérias-primas e produtos mais eficaz (Tinoco, 2009)

Os impactos da ligação por comboio não se fizeram esperar e logo em 1910 é constituída na cidade a Sociedade Izidoro (empresa ainda em actividade) que se destaca por ser uma das maiores empresas de produção de carnes do país (dominando cerca de 15% do mercado nacional – Expresso, 2011). É também nesse ano que se regista a abertura de algumas unidades de transformação de cortiça (a temática relativa à indústria da cortiça será desenvolvida mais à frente no relatório) e também de cerca de 5 novas fábricas de cerâmica (Tinoco, 2009).

Ao longo da década de 1920, a economia do Montijo continua a crescer de tal modo que segundo Tinoco (2009) “a Aldeia Galega – Montijo – era o concelho mais industrial do recém-criado distrito de Setúbal, à excepção da capital de distrito” contando com cerca de 116 estabelecimentos industriais e 1010 trabalhadores fabris.

Após um período de crescimento moderado ao longo das décadas de 1930 e 1940, a década de 1950 foi importante para a economia do Montijo, pois em 1956 este era considerado o maior centro produtor de salsicharia do país, contando com cerca de 32 fábricas de transformação de carne e empregando mais de 3 000 trabalhadores (Tinoco, 2009). No total o Montijo contava com 236 estabelecimentos industriais, contando com a mão-de-obra de cerca de 25% da população activa residente no concelho.

Pode-se afirmar que o apogeu industrial do Montijo ocorreu em meados da década de 1970, com cerca de 274 estabelecimentos industriais divididos por 25 sectores, sendo que a predominância centrava-se na indústria alimentar (carnes) com 44 estabelecimentos e cortiça com 98. No total o concelho tinha 5 358 trabalhadores industriais (Tinoco, 2009).

Ainda segundo o mesmo autor, no 2º *recenseamento industrial* (INE 1984), regista-se um decréscimo, quer no número de estabelecimentos (265), quer no número de trabalhadores do sector industrial (3 997). Um dos principais efeitos foi como seria de esperar a redução de

população, onde entre 1970 e 1981 o concelho perdeu cerca de 5 331 habitantes. A redução ainda foi superior ao longo dos anos 80, sendo justificada pelos imperativos legais a que as empresas Portuguesas ficaram sujeitas com a adesão do país à UE (Tinoco, 2009). A indústria das carnes foi particularmente afectada assistindo-se ao encerramento de várias unidades e fusão de outras de modo a responder às novas regras do mercado e condições sanitárias. A indústria de cerâmica pelo contrário não resistiu e desapareceu por completo do Montijo.

Consequentemente a cidade foi atingida pelo encerramento de fábricas, grande parte delas no centro, levou a uma degradação da sua envolvente. Podemos facilmente concluir que em Portugal, o Montijo é um exemplo das consequências do processo de desindustrialização.

Dada a sua proximidade com Lisboa, as suas excelentes acessibilidades e espaços para reabilitar, a cidade tem potencial para ser alvo de um conjunto de estratégias urbanas que regenerem os espaços degradados, aumentem o nível de empregabilidade e aumentem a qualidade de vida dos seus cidadãos, ou seja de certo modo seguir a tendência que tem vindo a ser colocada em prática noutros países de “recuperar” antigas cidades industriais, que pelas suas características, acabaram por entrar num profundo declínio, que só poderá ser travado através da aplicação de políticas de planeamento ponderadas e que tenham em conta a “fragilidade” económica dos espaços.

Unidade Territorial	Sector de Actividade Económica						
	Total	Primário		Secundário		Terciário	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Alcochete	6126	415	6,8	1946	31,8	3675	61,4
Almada	74571	711	1	17296	23,2	56564	75,9
Barreiro	35646	185	0,5	9644	27,1	25817	72,4
Moita	30440	380	1,2	10232	33,6	19828	65,1
Montijo	17809	1445	8,1	5757	32,3	10607	59,5
Palmela	24874	1947	7,8	8497	34,2	14430	58
Seixal	74679	321	0,4	20465	27,4	53893	72,2
Sesimbra	17236	882	5,1	4993	29	11361	65,9
Setúbal	52225	1207	2,3	16646	31,9	34382	65,8
Península de Setúbal	333606	7493	2,2	95476	28,6	230637	69,1

Quadro 14 - População activa por sector de actividade em 2001 (INE, 2001) – Tratamento próprio

Ao nível dos sectores de actividade, o Montijo destaca-se por apresentar o valor mais elevado da Península de Setúbal no que concerne ao sector primário, com 8,1% (1 445 indivíduos), o que reflecte o carácter agrícola de algumas freguesias do concelho (localizadas sobretudo na parte Este) onde predomina a produção vinícola (com destaque para a Adega Cooperativa de Pegões). No sector secundário o concelho encontra-se em terceiro lugar com 32,3% (5 757 elementos) da população activa empregue no sector sendo apenas ultrapassado por Palmela e Moita, demonstrando que o sector da indústria continua a ser determinante na economia do município. Como reflexo dos valores relativamente elevados de população empregue no sector primário e terciário (e quando comparado à média apresentada pela Península de Setúbal), o sector Terciário apresenta um valor relativamente baixo (59,6% - 10 607 indivíduos), sendo superior apenas ao de Palmela.

5.4.1 – Emprego, Qualificação e Dimensão Económica das Empresas

De acordo com dados do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, existiam em 2009, cerca de 12 828 pessoas ao serviço no Concelho de Montijo. Estamos perante um aumento pois em 1999 contavam-se 8 979 trabalhadores. **Nota:** Os dados analisados neste subcapítulo provêm do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social.

Relativamente ao número de pessoas ao serviço, em 1999 notamos que as duas actividades tradicionais do Montijo (Abate e transformação de carnes e indústria da cortiça), eram ainda determinantes na economia local. A Indústria da Cortiça era mesmo a actividade que concentrava o maior numero de trabalhadores, correspondendo a 9,11% do total (818 pessoas ao serviço). Em segundo lugar encontramos o fabrico de produtos à base de carne com 8%.

O comércio a retalho apresentava à data um grande numero de trabalhadores com cerca de 223, sendo a actividade relacionada com o sector terciário com o maior numero de pessoas ao serviço. A restauração apresentava igualmente um numero elevado com 211 trabalhadores. Pelo contrário, a hotelaria contava apenas com 31 trabalhadores, o que indica o fraco peso em 1999 do sector turístico.

Em 2009 assistimos a alterações importantes e indicativas da evolução económica do Montijo. O comércio a retalho passou a ser a actividade com maior numero de trabalhadores chegando aos 5,65% do total. A actividade seguinte é a restauração que aumentou em mais do dobro o número de trabalhadores, passando a contar com 556. Estes dois valores são representativos

do crescimento do sector terciário em detrimento principalmente do secundário, pois como podemos verificar o fabrico de produtos à base de carne e a indústria da cortiça apresentam reduções evidentes, principalmente no caso da segunda que passou a contar com 165 pessoas ao serviço.

Para determinar que tipo de actividades são mais exigentes do ponto de vista de qualificação, foram analisados os dados relativos ao nível de qualificação dos trabalhadores.

Em 1999, a actividade que contava com mais trabalhadores com qualificação superior era o comércio a retalho (17%), seguido da indústria da cortiça e indústria alimentar. Relativamente à actividade turística destacam-se o alojamento e restauração com 15%. Tendo em conta que a cultura é um sector importante para este relatório, convém destacar no escalão dos 'Profissionais altamente qualificados' as actividades culturais e recreativas com 38% do total de pessoas ao serviço. No que concerne aos profissionais não qualificados, destacaram-se a agricultura com 65% e a indústria da cortiça com 34%. Estes valores demonstram que estas duas actividades eram compostas em 1999 essencialmente por trabalhadores com baixo nível de qualificação, o que revela falta de competitividade destas duas actividades.

Em 2004 podemos destacar o facto de se manterem as mesmas actividades no escalão superior, registando-se apenas o valor elevado atingido pelas actividades imobiliárias (36%), demonstrando a vitalidade do mercado imobiliário à data, correspondendo a uma época de forte crescimento populacional. No escalão dos 'Profissionais altamente qualificados' convém destacar a investigação e desenvolvimento com 50% e as actividades culturais e recreativas com 22%. Em relação aos 'Profissionais não qualificados' apesar de se notar um decréscimo do número de trabalhadores neste escalão, a agricultura ainda apresentava 449 pessoas ao serviço sem qualquer tipo de qualificação.

Em 2009 tal como em 2004 mantêm-se as mesmas actividades no campo da qualificação superior. Na qualificação média destaca-se o sector da educação que contou com 128 indivíduos, ou seja 37% do total. Relativamente aos profissionais semiqualeificados é importante destacar um pormenor interessante, pois engloba 95% dos indivíduos (322) pertencentes ao sector da silvicultura, o que demonstra uma aposta na formação profissional e o crescimento da actividade no concelho. No que concerne aos profissionais não qualificados, tal como em 2004 regista-se um decréscimo do valor na agricultura, rondando os 28%. Novamente a indústria da cortiça apresenta uma fraqueza, com cerca de 45% dos seus trabalhadores inseridos neste escalão.

De modo a compreendermos quais as actividades que mais lucros geram é importante analisar os valores que correspondem ao volume de negócios: Em 1999, as actividades que apresentavam maior número de empresas com volume de negócios inferiores a 50 mil euros eram o alojamento e restauração e o comércio a retalho. Pelo contrário nos valores mais elevados de volume de negócios, destaca-se a indústria da cortiça, demonstrando a sua importância à data. De facto 19% das empresas da indústria da cortiça apresentavam valores entre os 1 000 a 1 999 milhares de euros, e 8% entre os 5 000 a 99 999 milhares de euros.

Em 2004 as actividades que mais se destacaram no escalão de menos de 50 milhares de euros foram as mesmas que em 1999 (alojamento e restauração e comércio a retalho). Um dado interessante é o revelado pela indústria da cortiça, pois após os valores elevados de 1999, 5 anos depois apenas 3 empresas (7% do total) se encontravam no escalão dos 1000 a 1999 milhares de euros, o que demonstra o seu intenso declínio ao longo desse período. No escalão mais elevado, encontramos uma empresa da indústria alimentar.

Em 2009 os valores mínimos não sofreram alterações de fundo. Destaca-se a continuação do declínio do volume de vendas na indústria da cortiça e a manutenção de uma empresa no escalão mais alto desta hierarquia.

No que concerne à dimensão dos estabelecimentos, em 2000 os sectores que apresentavam maior numero de empresas no escalão mais reduzido, ou seja 1 a 4 pessoas eram o alojamento e restauração (45%) e o comércio a grosso e retalho. Como seria de esperar, no caso de empresas de dimensões superiores, a industria transformadora apresenta os maiores valores, destacando-se o facto de no escalão de 250 a 499 pessoas possuir cerca de 335 empresas.

Em 2009, os valores do escalão mínimo não sofrem alterações de fundo, à excepção das actividades artísticas que apresentaram 9 empresas. Tal como em 2000 a indústria transformadora possui empresas nos escalões superiores. No entanto registou uma quebra acentuada no escalão de 250 a 499 pessoas passando a contar com 289 empresas. É de realçar o aparecimento de mais actividades como é o caso do comércio a grosso e retalho com 261 empresas e a agricultura com 325 empresas, correspondendo a 25% do total.

5.5 - Acessibilidades e Transportes

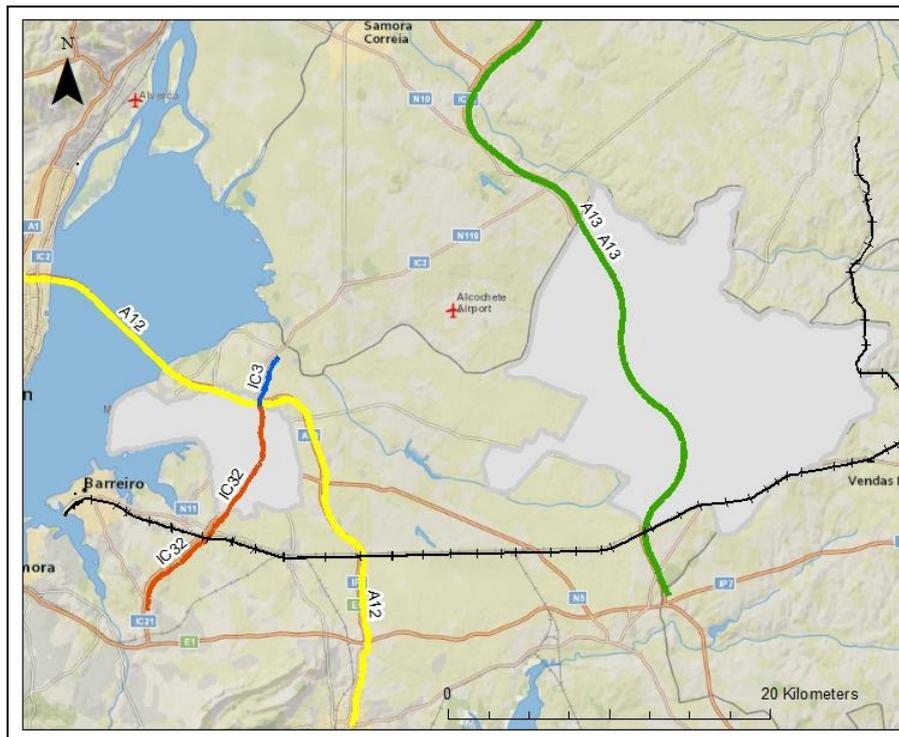
O Montijo encontra-se numa situação privilegiada em termos de centralidade rodoviária, devido à sua proximidade a Lisboa.

O território Oeste está servido por três estradas nacionais (EN4, EN5 e EN119), o território Este, mais afastado das ligações a Lisboa é coberto por duas estradas nacionais (EN4 e EN10), a EN4 assume particular importância pois estabelece ligação entre os dois territórios. Além da cobertura de estradas nacionais, o concelho é também servido pelo IC32 através de um pequeno troço que liga Coina à cidade do Montijo, apesar da sua pequena dimensão, futuramente terá maior importância pois será parte integrante da A33, o que fará com que o concelho seja servido por 3 autoestradas diferentes (embora duas delas sejam apenas na parte ocidental).

O território ocidental do Concelho é servido pela A12, o que permite a ligação a Lisboa, por meio de outra infraestrutura importante que se veio a revelar determinante para a cidade, a Ponte Vasco da Gama, que como já foi referido anteriormente contribuiu para o aumento populacional no Montijo.

O território oriental conta na sua rede viária com a A13. Esta autoestrada é também importante no conjunto das acessibilidades, pois permite a ligação entre o Norte e o Alentejo, através de interligações com outras autoestradas, nomeadamente a A1 e a A2.

Em relação à rede ferroviária, até 1989 ambos os territórios tinham ligações por comboio. A partir desse ano, a exploração do caminho de ferro no território ocidental terminou com o encerramento da linha (que transportava mercadorias e passageiros). Actualmente apenas o território oriental conta com este meio de transporte. Existe uma estação ferroviária em Pegões, explorada pela Linha do Alentejo, e um apeadeiro na freguesia de Canha.



Mapa 9 – Principais vias de comunicação do Concelho do Montijo

O concelho conta também com a existência de duas infra-estruturas portuárias (Cais dos Vapores e Cais do Seixalinho), estando as duas localizadas na própria cidade do Montijo, actualmente só a segunda se encontra em funcionamento, estabelecendo a ligação a Lisboa por via fluvial, tendo transportado em 2005 cerca de 1 719 010 passageiros (estatísticas dos transportes)

O Montijo encontra-se dotado também pela Base Aérea nº6 (pertencente à Força Aérea Portuguesa), cobrindo uma extensa área, correspondendo a cerca de 31% da freguesia de Montijo. Existe a possibilidade de o futuro aeroporto de Lisboa se localizar no Campo de Tiro de Alcochete, que apesar da designação indicar o contrário, 90% infra-estrutura se encontra localizada no Concelho de Montijo (estando o restante no Concelho de Benavente).

6 – O CASO DE ESTUDO

6.1 - Apresentação da Área de Estudo

Este capítulo é dedicado à área de estudo deste relatório, tendo sido a base das observações e entrevistas realizadas. Tendo em conta que a cidade está a atravessar um processo de desindustrialização, a área acabou por ser determinante pois as indústrias tradicionalmente de base para a economia do concelho localizavam-se na sua maioria no centro da cidade.

A área definida para este estudo corresponde ao perímetro urbano da freguesia do Montijo. A escolha desta área em particular resulta de um conjunto de observações realizadas após a escolha do tema a desenvolver ao longo do estágio na Divisão de Economia e Turismo (DET) da Câmara Municipal do Montijo. De facto o edifício que alberga a DET encontra-se exactamente no centro da cidade, pelo que existiu uma forte proximidade relativamente aos locais analisados.

A conjugação da localização no centro da cidade, com a situação dos espaços industriais, é de facto interessante pois permite a percepção de dois problemas em simultâneo, a questão do potencial declínio de um centro e a sua observação *in loco*, e a regeneração urbana de espaços industriais que por ao longo do meu percurso académico se tornou numa das temáticas de particular interesse pessoal. Além destes dois factores podemos ainda acrescentar a criatividade urbana. Ao observarmos algumas das soluções encontradas para albergar actividades criativas no ambiente urbano, algumas destas passam pela utilização de antigas unidades industriais e armazéns, que devido à grande área disponível e preços mais reduzidos se tornam nos espaços de eleição para artistas e jovens empresários. Mais uma vez o espaço analisado aparenta em parte reunir as condições para seguir este exemplo, pelo menos no que concerne ao estado de conservação do edificado (no geral em boas condições) e localização privilegiada.

A área de estudo acaba por ser coincidente com a cidade, embora como se pode verificar pelo mapa 10 a concentração de armazéns e indústrias abandonadas se centre em redor do centro e parte oriental do Montijo.

A área central da cidade apresenta uma malha urbana apertada e com algumas ruas de difícil acesso e circulação, dificultando o tráfego automóvel e o estacionamento. Este traçado apresenta também problemas ao nível dos estabelecimentos que não dispõem de espaços

apropriados para cargas e descargas, sendo um dos principais problemas destacados pelos entrevistados ao longo do trabalho de campo.

Na área central concentram-se várias actividades de serviços, predominando os estabelecimentos comerciais e de restauração, embora através de entrevistas, trabalho de campo e informações recebidas ao longo do estágio seja evidente um declínio da actividade comercial, com um crescente número de estabelecimentos encerrados ou prestes a encerrar. Este facto deve-se não só à crise económica que o país atravessa onde o consumo é particularmente afectado, mas também devido à influência do Centro Comercial Fórum Montijo que se encontra na periferia da cidade e que tem contribuído para o deslocamento de estabelecimentos comerciais para o espaço ou devido à forte concorrência tem contribuído para o encerramento de áreas comerciais no Montijo.

Nas áreas onde se regista maior concentração de armazéns e edifícios industriais abandonados nota-se uma degradação do espaço edificado em geral tornando-o pouco atractivo, sendo evidente uma menor circulação de transeuntes devido à escassez tanto de serviços como de habitações junto a alguns destes espaços. Existe outra concentração importante na área ribeirinha próxima do centro, onde devido ao anteriormente florescente transporte fluvial se reúnem vários armazéns junto ao rio Tejo, encontrando-se na sua grande maioria abandonados, embora neste caso não apresentem sinais de degradação evidentes.



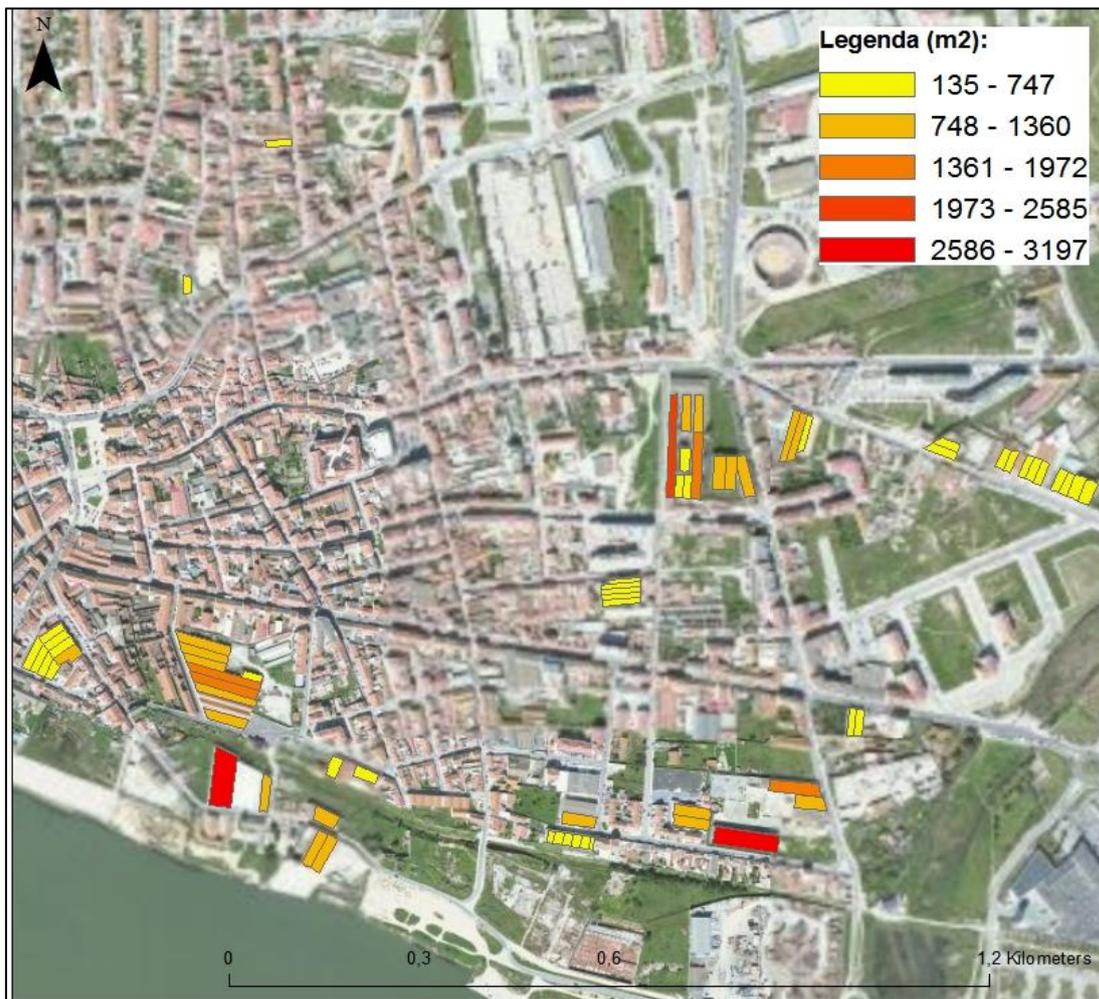
Figura 7 – Exemplo de armazéns abandonados 1 (Fonte Própria – Junho 2011)



Figura 8 - Exemplo de armazéns abandonados 2 (Fonte Própria - Junho 2011)

A área oriental da cidade apresenta características diferentes da central. Em primeiro lugar regista um nível de urbanização mais reduzido e conta com melhores condições de tráfego e espaços para cargas e descargas, o que a torna de um modo notório mais atractiva para a concentração de unidades industriais ligeiras e actividades de reparação e manutenção automóvel. É deste modo evidente um maior aproveitamento do património industrial abandonado, pois alguns dos estabelecimentos inquiridos ao longo do trabalho de campo, ocupavam armazéns e edifícios industriais desactivados.

É de realçar também que é nesta área que encontramos as indústrias corticeiras ainda existentes na cidade.



Mapa 10 - Espaços industriais abandonados (por m²) – Tratamento próprio

O mapa 10 apresenta os espaços industriais que se encontram actualmente sem actividade ou abandonados. No total foram contabilizados 68 espaços nesta situação, estando como já foi referido, distribuídos por todo o perímetro urbano da cidade de Montijo. No total ocupam uma área de 53 962m², o que dá um valor médio de 597m².

Tendo em conta o grande número de espaços contabilizados, estes foram divididos em 5 classes tendo em consideração a sua área em m². É então possível determinar que o espaço em área mais reduzido é de 135m² e o maior conta com 3 197m² sendo uma superfície superior a qualquer um dos estabelecimentos comerciais inquiridos, cuja descrição se encontra mais à frente neste relatório. A título de comparação, de acordo com a empresa imobiliária de escritórios *Jones Lang La Salle*, em 2009 a área média de escritórios transacionada em Lisboa era aproximadamente de 491 m², sendo ainda bastante inferior ao valor médio determinado por estes espaços.

Relativamente à sua distribuição, como já foi referido, estes espaços localizam-se principalmente na parte central (e próximo da zona ribeirinha) e oriental da cidade. Os locais de maior dimensão localizam-se na área central, sendo também de destacar a existência de uma fábrica completa ao abandono na parte leste do Montijo.

6.2 - Levantamento Funcional e Caracterização do Espaço

De modo a compreender melhor a ocupação do espaço e que tipos de actividades se desenvolvem nas áreas de maior concentração de edifícios industriais abandonados na cidade e que inclusivamente poderão usufruir destes espaços, foi preparado e incluído no roteiro do trabalho de campo e de observação, um conjunto de entrevistas aos estabelecimentos das actividades supracitadas.

A metodologia para as entrevistas procedia-se do seguinte modo: Visita à área pré-determinada como de análise, registo e levantamento fotográfico (quando autorizado pelos entrevistados/proprietários) dos estabelecimentos e marcação de entrevista com um responsável ou trabalhador do espaço.

Resultaram então 12 entrevistas a estabelecimentos que respeitavam o parâmetro de localização e ocupação do espaço pretendido para este trabalho.

Através do conjunto de entrevistas realizadas, podem retirar-se algumas conclusões interessantes. De facto apesar de já aqui ter sido referido que devido ao abandono de alguns espaços industriais e sua consequente degradação, tornar a área em redor pouco atractiva, a grande maioria dos inquiridos encontra-se satisfeita com a localização do seu estabelecimento, apontando a proximidade ao centro como uma grande vantagem.

A reforçar a importância da localização existe também a ideia da proximidade com os clientes, que na sua maioria habitam ou exercem a sua actividade profissional na área central da cidade, sendo de destacar o sentimento de o estabelecimento estar localizado próximo de uma área nobre da cidade e de prestígio, como é ainda visto o centro da cidade.

Um dos maiores problemas apontados é a escassez de espaço disponível para cargas e descargas, sendo referido praticamente por todos os inquiridos, excepto os que se localizam em áreas mais afastadas do centro. O problema apontado é facilmente observado, pois devido à já referida malha urbana mais apertada do centro, escasseiam locais apropriados para a deslocação de mercadorias e também de estacionamento. Este facto é apontado pelos

entrevistados como um entrave ao potencial de crescimento da sua actividade e motivo apontado como de urgente intervenção.

Um aspecto positivo a realçar é a longevidade de alguns dos estabelecimentos inquiridos, onde pelo menos 7 do total de 12 são anteriores ao ano 2000 (existindo mesmo um estabelecimento centenário, a Agência Funerária Ramos (ver Anexo 19, pag. 178) .



Figura 9 – Agência Funerária Ramos (Fonte: Própria - Dezembro 2010)

Considera-se este facto como um aspecto positivo pois demonstra a utilidade do estabelecimento e uma capacidade de fidelização de clientes, além de comprovar alguma resistência a um potencial declínio do centro intensificado com a proliferação de grandes áreas comerciais no Montijo e concelhos vizinhos.

Outro aspecto negativo realçado, embora este não esteja relacionado directamente com a localização e envolvente do estabelecimento, prende-se com problemas de cariz económico. De facto em duas das entrevistas, foi apontada como muito provável a possibilidade de falência e encerramento da actividade. O caso da Cadiar (ver Anexo nº 24, pag..183) é um destes exemplos, sendo de destacar que se encontra numa posição de liderança, como único fornecedor de pneus especializado em veículos de camionagem e transportes no sul do país. Apesar desta situação, poderá enfrentar num futuro próximo a falência.



Figura 10 – Cadiar (Fonte: Própria – Dezembro 2010)

No que concerne aos ramos de actividades desenvolvidos, encontramos 8 tipos de CAE diferentes:

- 18 – Impressão e actividades dos serviços relacionados com a impressão
- 22 – Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas;
- 31 – Fabricação de mobiliário e de colchões;
- 45 – Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos;
- 47 – Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos;
- 93 – Actividades desportivas de diversão e recreativas;
- 95 – Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico;
- 98 – Outras actividades dos serviços pessoais.

Destas a mais predominante é a 45 referente ao comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos.

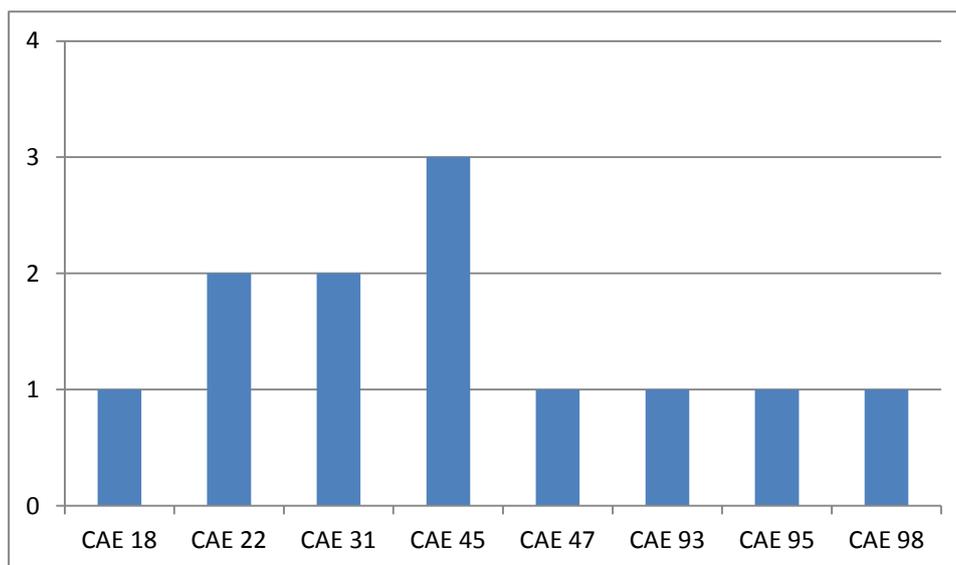


Gráfico 8 - Número de estabelecimentos inquiridos por tipo de CAE – Tratamento próprio

Os estabelecimentos do ramo 45 da CAE analisados exercem a sua actividade em antigos armazéns industriais, aproveitando a área disponível, a relação qualidade/preço e localização, conseguindo deste modo aproveitar edifícios que estavam vagos e em perigo de degradação. O mesmo ocorre com os estabelecimentos da CAE 22 (Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas) e CAE 31 (Fabricação de mobiliário e de colchões).



Mapa 11 - Localização dos estabelecimentos inquiridos por tipo de CAE – Tratamento próprio

Geograficamente, os estabelecimentos encontram-se distribuídos por várias áreas da cidade. Na área ribeirinha localizam-se os dois espaços inquiridos de maior área (1984m² e 768m²), a grande superfície registada por estes dois estabelecimentos, pode ser explicada pelo facto de a sua função anterior ser o armazenamento de cereais, além de que neste caso em particular os estabelecimentos ocupam respectivamente dois lotes. A justificação apresentada pelos inquiridos para este facto foram os preços baixos praticados pelos proprietários no início da década de 1990, alarmados com o encerramento de algumas actividades e a potencial desvalorização destes espaços.

Pelo contrário os espaços de menor dimensão situam-se próximos do centro da cidade onde a malha urbana é mais apertada e a área disponível é menor. Ao observar o mapa 11 nota-se

também a existência de estabelecimentos inquiridos na zona oriental da cidade, estes encontram-se mais afastados do centro, apresentam dimensões razoáveis, entre 463m² e 576m² e contam na óptica dos responsáveis inquiridos com boas acessibilidades, sendo de realçar que anteriormente nesta área localizavam-se grande parte das fábricas de cortiça, que como já foi referido anteriormente era uma das principais actividades económicas do concelho.

Além dos estabelecimentos, esta análise foi complementada com inquéritos a proprietários de alguns dos espaços industriais actualmente sem actividade. Estes inquéritos foram realizados a 5 proprietários, o número de inquiridos é relativamente reduzido pois na sua grande maioria não residem no concelho do Montijo.

Das entrevistas realizadas, destaca-se o facto de os proprietários demonstrarem no geral abertura para o arrendamento dos espaços a preços inferiores aos actualmente definidos caso exista um plano sustentado da autarquia em projectos de requalificação da sua envolvente. Quando questionados sobre o modelo de arrendamento, as respostas divergem, pois existe um caso de um proprietário que considera desvantajosa a divisão em parcelas do espaço devido ao facto de se ter de negociar com vários inquilinos simultaneamente. Os restantes inquiridos consideram no entanto vantajosa a divisão por parcelas pois permite a fixação de vários serviços, rentabilizando o espaço. Tendo em conta o panorama actual da economia, os proprietários estão dispostos a arrendar entre os 5€/m² a 13,5€/m² (valor mais reduzido e mais elevado determinados no conjunto das entrevistas). Apesar de aparentemente reduzido, o valor máximo proposto não difere muito do valor actual de arrendamento de escritórios em Lisboa, que de acordo com a imobiliária Remax ronda os 19,5€/m².

Entre as propostas entretanto apresentadas para arrendamento, alguns proprietários destacam oficinas, pequenas e médias empresas e principalmente armazenamento para floricultura (actividade em franca expansão no concelho). Existiu também um exemplo de uma proposta para a criação de uma bienal de arte num dos espaços.

A ideia principal a retirar deste conjunto de entrevistas prende-se com o sentimento geral dos proprietários em relação ao destino a dar aos espaços em questão. Consideram que no geral o estado do edificado encontra-se bastante aceitável e que poderiam albergar actividades económicas ou artísticas, valorizando deste modo não só o edifício em si como a área em redor. Na sua maioria os proprietários preferem uma solução viável para estes espaços, embora alguns devido à escassez de inquilinos observem a demolição como uma opção a ter em conta. No entanto mesmo esta solução se apresenta difícil pois é considerado por alguns

dos entrevistados que estamos a atravessar um período negativo para a construção civil e sector imobiliário.

6.3 – Análise SWOT

A análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*) é uma ferramenta utilizada principalmente no planeamento estratégico. Permite identificar as forças e fraquezas e as oportunidades e ameaças externas num determinado território. Neste caso foi criada uma análise conjunta à freguesia do Montijo e área de estudo no que concerne aos objectivos deste relatório.

6.3.1 – Análise à Freguesia do Montijo

Forças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento populacional evidente com um incremento de 30% entre 2001 e 2011, demonstrando vitalidade e capacidade de atracção de novos habitantes; • Maior área urbana do concelho, concentrando os serviços essenciais à população do concelho; • Elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo do Montijo com projectos de desenvolvimento turístico e de lazer; <p>Área de estudo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Localização privilegiada na cidade (centro e área ribeirinha); • É considerada pelos entrevistados como uma área nobre e de prestígio da cidade; • A área oriental da cidade conta com espaço útil para cargas e descargas e também para estacionamento; • Sentimento de pertença dos comerciantes relativamente ao local, sendo que de acordo com as entrevistas na sua maioria não mudaria de local (na sua maioria encontram-se na área antes de 2000). 	<ul style="list-style-type: none"> • A cidade do Montijo é servida por um conjunto de excelentes acessibilidades (rodoviárias e fluviais) que a ligam a Lisboa, cuja proximidade (20 km) e a sua localização central na AML deverão ser vistas como uma grande vantagem e motivo gerador de dinâmicas positivas a nível socioeconómico; • De acordo com entrevistas e informações no local, a floricultura tem vindo a ser alvo de um desenvolvimento importante nos últimos anos devido às condições naturais registadas; • A localização da freguesia próxima do Estuário do Tejo apresenta um importante potencial turístico que poderá ser potenciado com o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo do Montijo; <p>Área de estudo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande parte dos espaços degradados encontra-se em razoáveis condições de conservação do edificado, o que poderá valorizar a sua reabilitação; • Centro histórico com boa especificidade para circulação pedonal, em termos do ambiente e características morfológicas da área; • Planos de nível superior contêm

	indicações relativas a acções positivas no sentido da reabilitação de algumas áreas da cidade;
Fraquezas	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • A indústria corticeira outrora determinante para a economia do Montijo é neste momento praticamente residual; <p>Área de estudo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Malha urbana apertada o que prejudica a circulação de veículos; • Escassez de estacionamentos e espaços designados para cargas e descargas; • Espaços industriais abandonados distribuem-se por várias áreas do centro da cidade; • Ambiente geral degradado em redor de grande parte dos espaços abandonados; • Dificuldades económicas dos comerciantes pela redução do volume de vendas e de negócios resultando no encerramento de alguns estabelecimentos; • Espaço público com poucos equipamentos, espaços verdes e de lazer, mobiliário urbano pobre e fraca animação. 	<ul style="list-style-type: none"> • O incremento da construção na última década poderá contribuir para a degradação e desertificação dos núcleos centrais e mais antigos • Expansão progressiva da cidade levando à perda de protagonismo do núcleo central; <p>Área de estudo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Actual panorama económico negativo pode retrain a aposta na reabilitação dos espaços; • A presença de grandes unidades comerciais na periferia da cidade e concelhos vizinhos prejudica a sustentabilidade do comércio tradicional no centro da cidade; • Degradação do espaço poderá contribuir para o aumento da criminalidade.

Quadro 15 - Análise SWOT à freguesia do Montijo

7 – O FUTURO DO ESPAÇO

Este capítulo foca-se essencialmente em planos de nível nacional, regional e municipal onde directa ou indirectamente, o Montijo é parte integrante dos seus relatórios. Estes instrumentos são fundamentais devido às análises de diagnóstico e sobretudo os exercícios de prospectiva realizados. De facto é possível determinar um cenário plausível para o futuro da área de estudo se tivermos em conta o que é referido. Por exemplo é largamente referido que o ecossistema do estuário do Tejo apresenta características relevantes, que devido à sua qualidade paisagística, fauna e flora poderão ser determinantes no seio da actividade turística. Outro aspecto valorizado é a localização geográfica do Montijo o que o coloca numa situação vantajosa relativamente à maioria dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

7.1 – Planos com Referências Directas/Indirectas à Área de Estudo

PLANO NACIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT)

O PNPOT é o principal instrumento estratégico de desenvolvimento territorial de âmbito nacional, servindo como referência para a organização territorial em Portugal. Deste modo as suas orientações estratégicas e princípios são também transpostos para Planos Directores Municipais de vários municípios, incluindo obviamente o Montijo.

Os objectivos do PNPOT passam pela conservação da biodiversidade e património (natural e cultural) tendo como base a utilização sustentada dos recursos. É também referido como fundamental o reforço da competitividade de Portugal no seio da Península Ibérica e no eixo Atlântico. Um objetivo largamente referido ao longo do plano passa pela coesão territorial do território, destacando-se o reforço das infraestruturas de suporte e equipamentos colectivos e expansão das tecnologias de informação e comunicação (PNPOT, 2007).

No âmbito do PNPOT o concelho do Montijo insere-se na sub-região da Área Metropolitana de Lisboa. De acordo com o conjunto de objectivos definidos para a AML, podemos destacar os seguintes para o caso do Montijo:

- Desenvolvimento de actividades baseadas no conhecimento e tecnologia;
- Estruturação e qualificação do Arco Ribeirinho Sul;
- Qualificação dos subúrbios e promoção da inserção urbana de áreas críticas;

- Revitalização dos centros históricos através da reabilitação do património edificado;
- Protecção das frentes ribeirinhas e zonas costeiras e desenvolvimento do seu potencial turístico;
- Desenvolvimento de programas integrados de renovação de espaços industriais abandonados através de soluções que criem novas centralidades e referências no espaço urbano;
- Desenvolvimento de estruturas de cooperação intermunicipal e promoção da participação das populações no que concerne ao ordenamento do território;

O PNPO pela sua importância na hierarquia nacional de planos de organização territorial em Portugal, lança as bases para possíveis intervenções a realizar no Montijo. De facto de acordo com os objectivos da PNPO, grande parte deles adaptam-se à realidade do concelho em estudo principalmente no que concerne ao tema deste relatório como é o caso do desenvolvimento de programas de renovação de espaços industriais.

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (PROTAML)

O PROTAML foi aprovado pela resolução do Conselho de Ministros nº68/2002. O plano pretende a sustentabilidade ambiental, qualificação metropolitana, coesão sócio territorial e organização do sistema metropolitano de transportes (PROTAML, 2002).

Para atingir os objectivos acima propostos, é assumida uma interdependência entre as áreas centrais, periferias e regiões de polarização urbanas através de 5 vertentes:

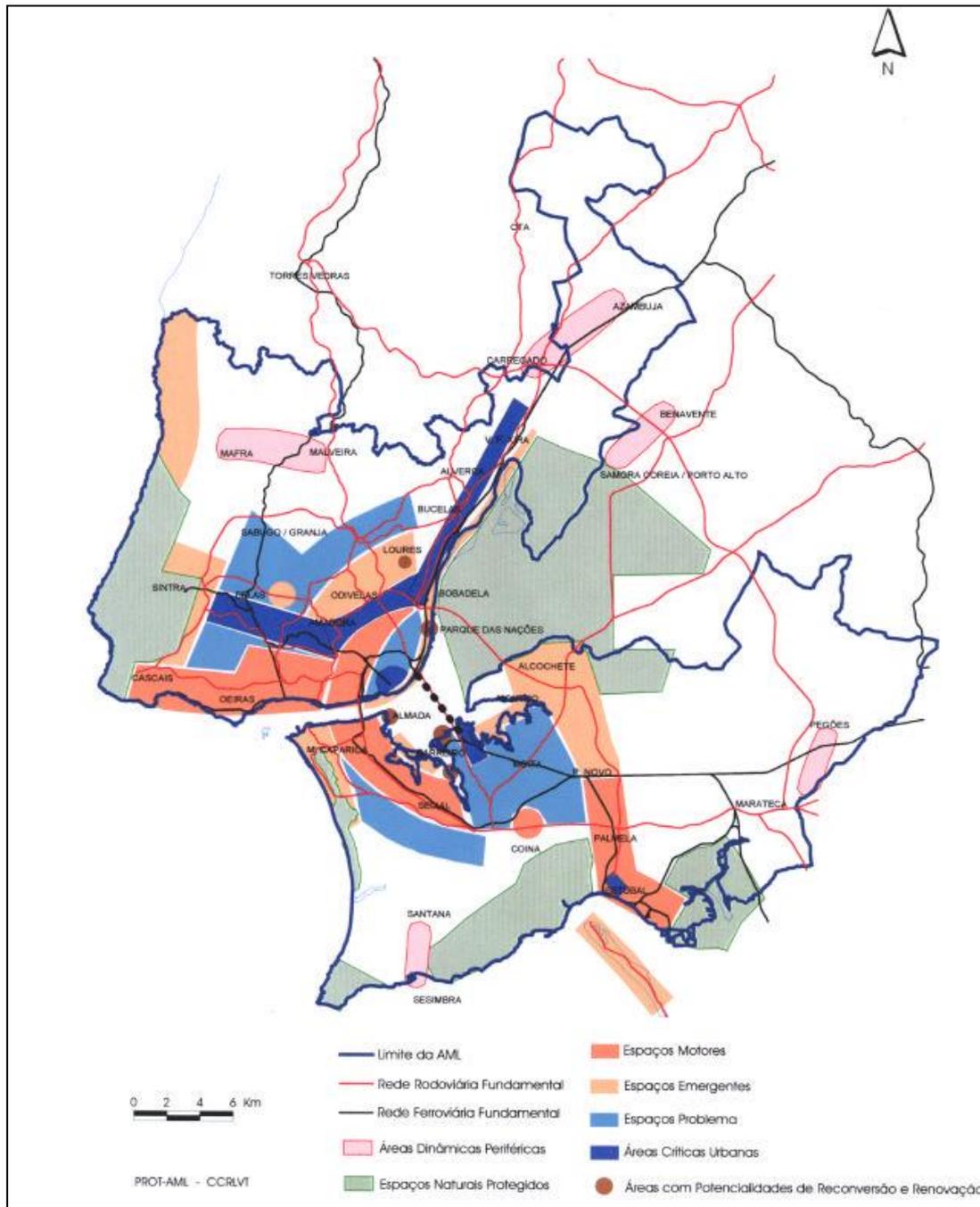
- Estrutura Metropolitana Policentrada/ Desenvolvimento de novas centralidades.
- Estrutura de transportes em rede.
- Corredores e infraestruturas de articulação nacional e internacional.
- Presença da água como valor estratégico e estruturante da AML.
- Estrutura Metropolitana de Protecção e Valorização Ambiental.

O Concelho do Montijo, como parte integrante da Área Metropolitana de Lisboa, está obviamente integrado no PROTAML. Tendo em conta os objectivos do plano salienta-se no caso deste município, o reequacionamento do papel do Arco Ribeirinho Sul, a envolvente do Estuário do Tejo e configuração de um novo espaço urbano metropolitano. Este espaço privilegia o Montijo devido às condições de acessibilidade proporcionadas pela Ponte Vasco da

Gama e correspondentes vias de comunicação, que de acordo com o plano são determinantes na centralização da AML no estuário do Tejo.

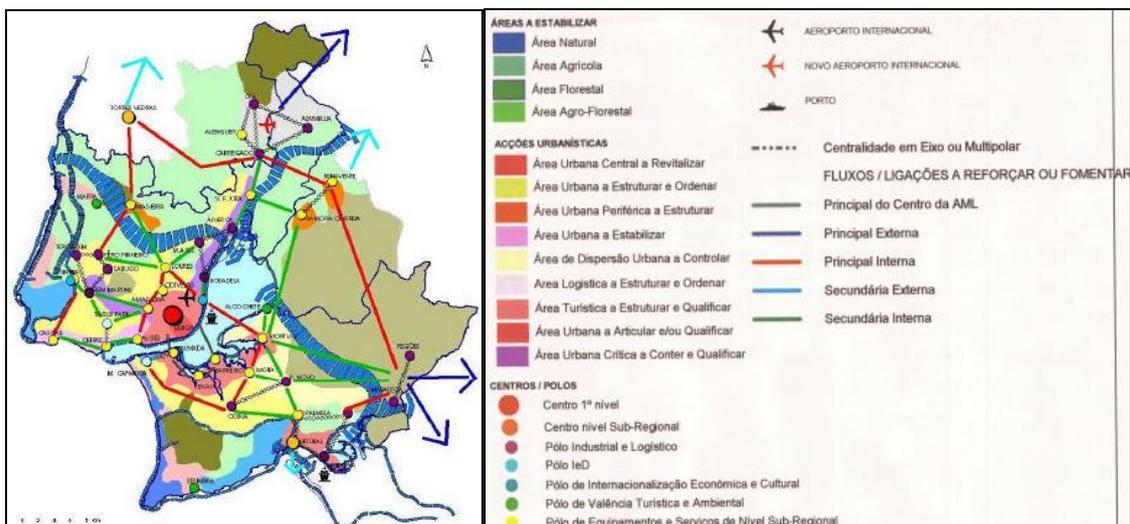
O PROTAML identificou no concelho do Montijo dois tipos de espaços que caracterizam dinâmicas de transformação territorial. O território Oeste (onde se localiza a área de estudo deste relatório) é deste modo caracterizado como um espaço emergente, com potencialidades para protagonizar transformações positivas na AML no que concerne ao desenvolvimento de funções especializadas e novos usos, como a reestruturação e qualificação urbana e ambiental de sectores importantes na estrutura metropolitana. A importância destes espaços emergentes é determinante pois possuem um papel potencialmente importante no âmbito do recreio, lazer e turismo, ligação ao mar e integração com a estrutura ecológica metropolitana. Juntamente às características de localização e acessibilidades são também valorizados a diferenciação funcional, o facto de possuir espaços de qualidade ambiental caracterizados por baixas densidades urbanas e oferta habitacional diferenciada da generalidade da AML.

O território Este é também abordado no plano, embora neste caso seja classificado como uma área dinâmica periférica, com capacidade de atracção de actividades e residência.



Mapa 12 – Dinâmicas territoriais no âmbito do PROTAML (PROTAML, 2002)

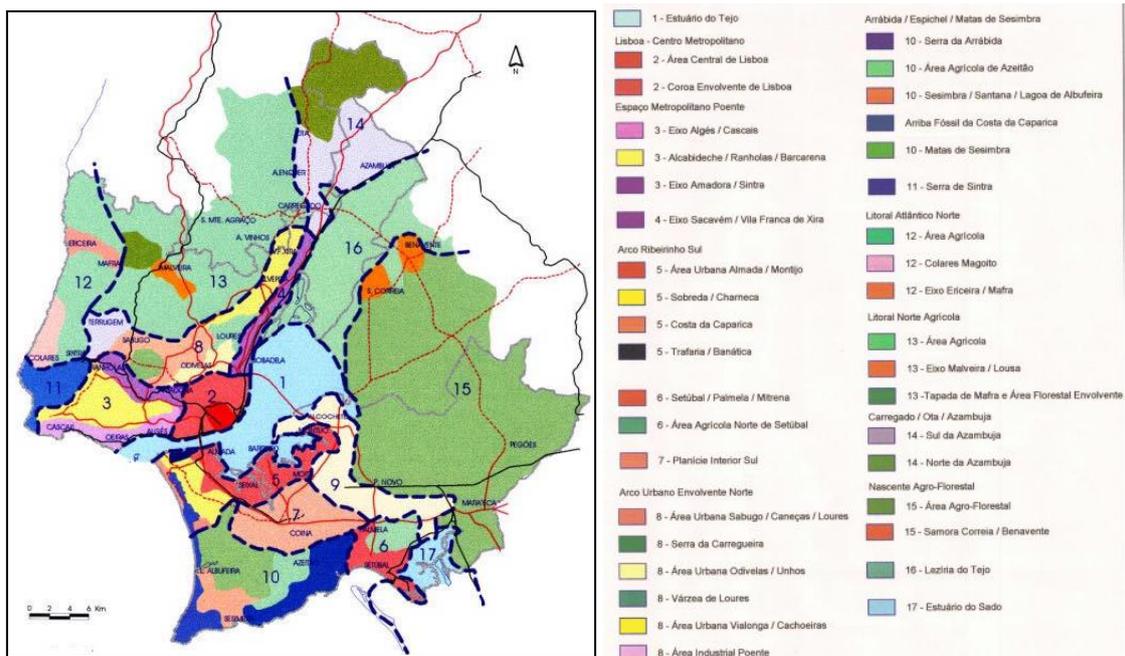
O PROTAML propõe também um modelo territorial onde são aplicadas as opções estratégicas tomadas pelo plano. Deste modo destacam-se sete elementos fundamentais, como por exemplo desenvolvimento de eixos e conjuntos multipolares, articulações entre o norte e sul da AML, constituição de pólos de valência turística, entre outras. No caso da área de estudo, interessa destacar a proposta de um anel no centro da AML que engloba Lisboa e o eixo Almada-Seixal-Barreiro, onde a prioridade passa pela melhoria das acessibilidades.



Mapa 13 – Modelo Territorial do PROTAML (PROTAML, 2002)

Para a delimitação do modelo territorial descrito acima, foram determinadas 17 unidades territoriais distintas, onde podemos destacar quatro por serem as que estão directamente relacionadas com o Montijo.

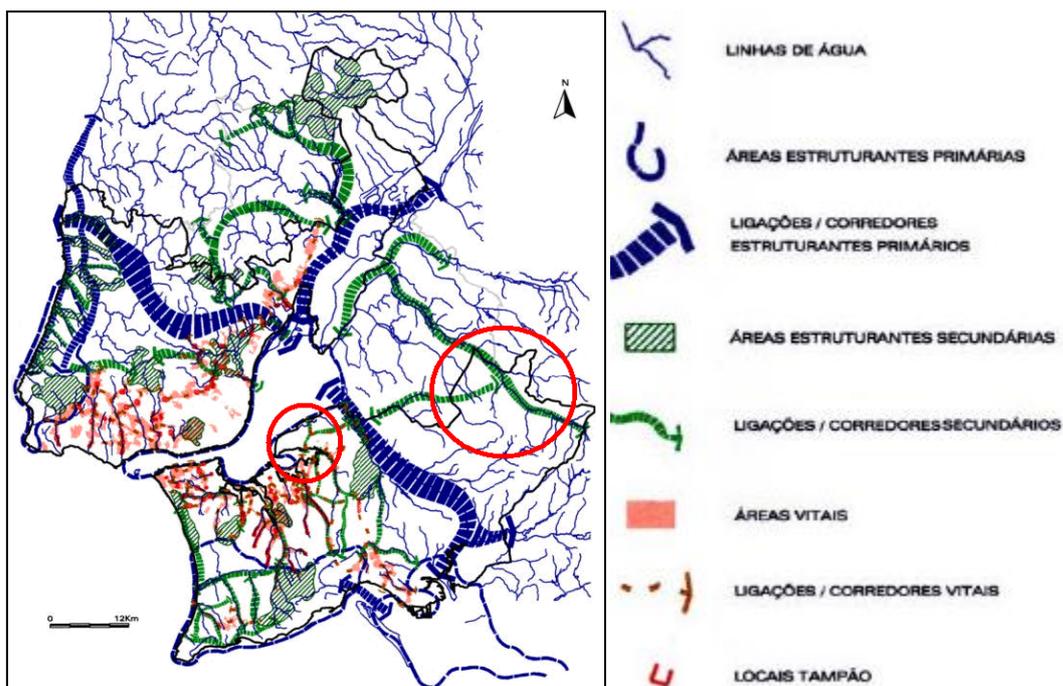
A primeira destas unidades é o **Estuário do Tejo** que pela sua centralidade se tornou na base do desenvolvimento urbano e através deste se processam as ligações entre as duas margens do rio, onde o território Oeste do Montijo ganha particular importância devido às ligações a Lisboa que atravessam o espaço. Além do sistema urbano e acessibilidades, destaca-se também pelas condições naturais e ambientais onde poderão ser desenvolvidas actividades de recreio e lazer. Outra Unidade em destaque é a **Área Urbana Almada/Montijo** que deve ser entendida neste contexto como uma sub-unidade do Arco Ribeirinho Sul, sendo considerada como a grande coroa urbana da margem Sul. A terceira unidade a ter em consideração é o **Espaço de Transição Nascente** este centrado no sector agrícola. De acordo com o PROTAML, a faixa de território entre Alcochete e Palmela (onde estão incluídas várias freguesias do Montijo) é considerada como tendo um elevado potencial no solo e nos aquíferos, resultando numa agricultura diversificada beneficiada pela ligação a várias vias de comunicação. A última área em destaque é a **Área agro-florestal** que se encontra integrada na Reserva Natural do Estuário do Tejo destando-se pela exploração florestal ligada ao montado sendo uma área de ligação entre os estuários do Tejo e Sado.



Mapa 14 – Unidades Territoriais do PROTAML (PROTAML, 2002)

A componente ambiental é também prioritária para o PROTAML, sendo esquematizada através da Rede Ecológica Metropolitana (REM). Tal como nas restantes componentes do modelo territorial, também neste campo podemos destacar o que está directamente relacionado com o Montijo.

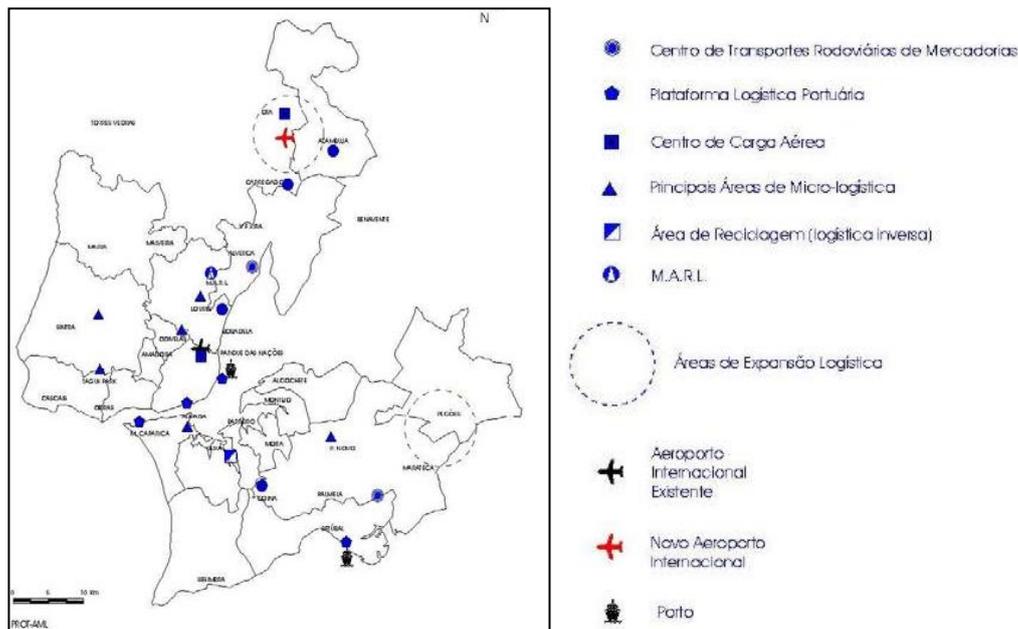
O território Oeste do concelho que se encontra no Estuário do Tejo, abrangendo uma área ribeirinha de 22,7 km de extensão, atravessando inclusivamente a cidade do Montijo, encontra-se integrado no que é considerado como área estruturante primária devido à biodiversidade e valor paisagístico. São também destacados corredores secundários, localizados em áreas de biodiversidade ecológica mas com espaços predominantemente ocupados (Montijo-Salinas do Samouco e Ribeira de Canha). Por último temos as áreas de ligação - corredores vitais, que correspondem a áreas urbanas consolidadas mas que apresentam sinais de fragmentação e espaço desordenado. O PROTAML prevê a sua transformação em espaços de lazer e recreio. No Montijo foram considerados a ligação Montijo-Salinas do Samouco, e Montijo-Alcochete.



Mapa 15 – Rede Ecológica Metropolitana (PROTAML, 2002)

Relativamente aos transportes que como temos vindo a observar ao longo deste relatório têm sido determinantes ao longo da última década na dinâmica socioeconómica do Montijo, o PROTAML prevê um sistema articulado entre o Núcleo Central (onde como vimos anteriormente se localiza o território Oeste) e periferia. É também considerada uma ligação aos pólos secundários onde está incluído o território Este.

O plano destaca o potencial aproveitamento de uma linha ferroviária actualmente ao abandono, entre o Montijo e Pinhal Novo, que poderá ser novamente reactivada para servir o eixo urbano Montijo-Pinhal Novo-Palmela-Setúbal. É também referido que a freguesia de Pegões no território Este poderá servir como uma Área de Expansão Logística.



Mapa 16- Áreas de logística definidas no PROTAML (PROTAML, 2002)

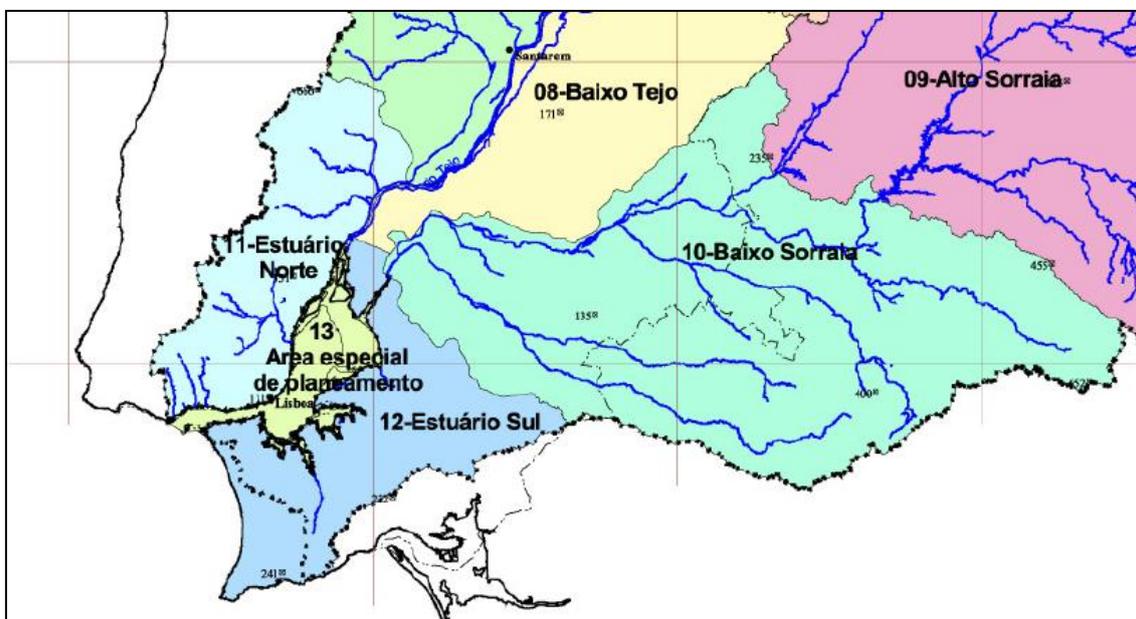
Como se pode verificar, apesar do Montijo ser dos municípios mais pequenos da AML encontra-se numa posição privilegiada, no que é considerado pelo PROTAML como uma área central juntamente com Lisboa, onde se concentram os principais eixos viários. A sua localização no estuário do Tejo é também valorizada devido à forte componente ambiental associada, que poderá ser uma oportunidade para o desenvolvimento de novas valências na área ambiental, associadas ao turismo e lazer.

PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TEJO (PBH Tejo)

Aprovado em 2001, o PBH é um plano sectorial com influência directa nos restantes instrumentos de ordenamento do território. O seu objetivo passa pela gestão dos recursos numa perspectiva integrada com a bacia hidrográfica. Ou seja promover a gestão racional da procura da água e garantir a qualidade do meio hídrico através da sua protecção e recuperação.

O plano subdivide-se em Unidades de Homogéneas de Planeamento (UHP), que correspondem a áreas de intervenção distintas. O concelho do Montijo encontra-se integrado quase na sua totalidade na bacia hidrográfica do Tejo, estando o território Oeste inserido na UHP Estuário Sul, sendo caracterizado por possuir uma elevada densidade urbana e industrial. É também referido que os níveis de tratamento de águas residuais urbanas são reduzidos agravado pelo

facto de os efluentes industriais ainda serem lançados sem tratamento específico em áreas de reduzida circulação de água. De facto o Estuário Sul é considerado pelo plano como a área onde se regista a maior carga poluente da bacia (PBH, 2001).



Mapa 17 – Unidades Homogéneas de Planeamento (PBH Tejo, 2001)

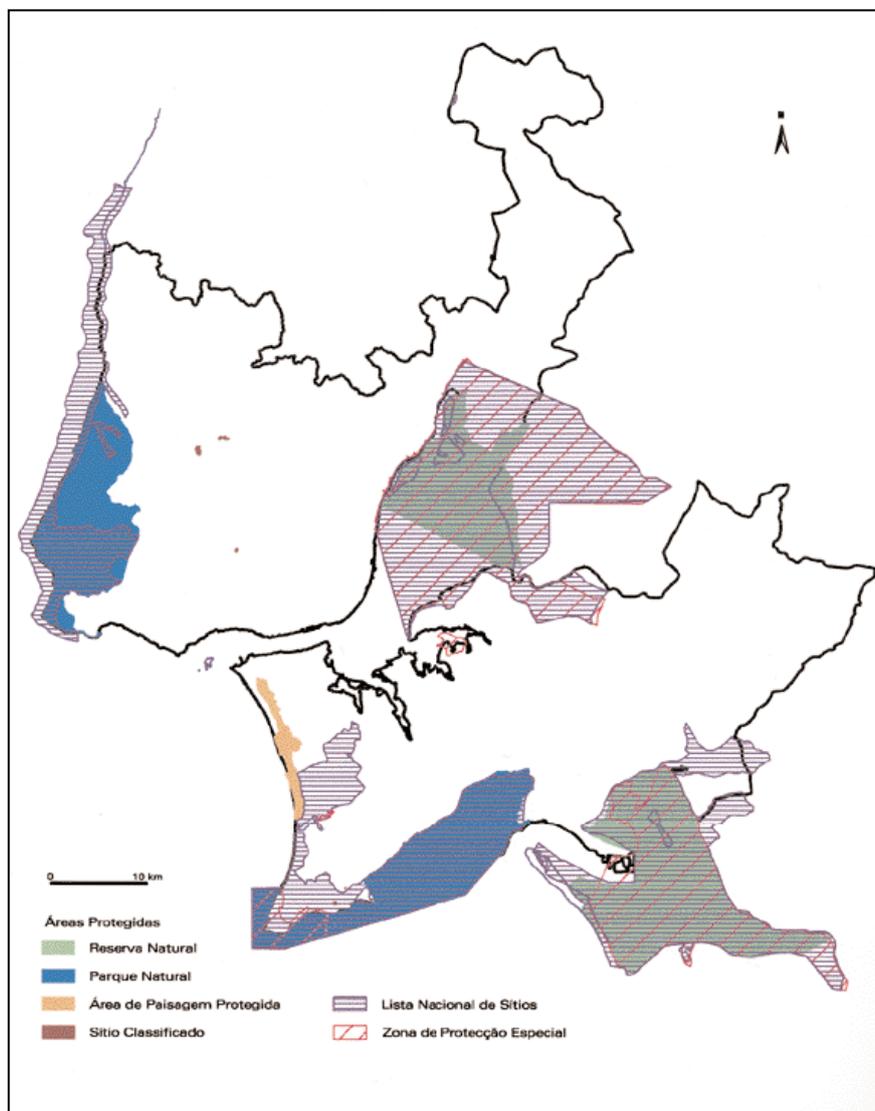
O PBH foca-se essencialmente na gestão dos recursos hídricos e de frentes de água, este facto é relevante para uma cidade como o Montijo que tem uma frente ribeirinha considerável e que se localiza em pleno Estuário do Tejo. Caso os objectivos e propostas do plano sejam levadas a cabo poderemos a assistir a médio prazo a uma “reaproximação” entre a cidade e o rio. O termo reaproximação é aqui utilizado, pois como já foi referido anteriormente, o rio foi durante vários séculos o mais importante meio de comunicação da cidade e a sua principal fonte de riqueza.

INSTRUMENTOS DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Os Instrumentos de Conservação da Natureza resultam de diversos estudos publicados ao longo dos últimos anos e que possuem relevância estratégica, neste caso para o Concelho do Montijo.

Um dos exemplos destes instrumentos é a Rede Natura 2000 que considera a zona húmida do Estuário do Tejo localizada na freguesia do Montijo, como uma área a preservar devido à

biodiversidade e habitats naturais aí presentes. A Rede Natura 2000 especificou mesmo esta área em duas categorias, **Zona de Protecção Especial** e **Zona Especial de Conservação**.



Mapa 18 – Classificação dos Concelhos da AML (PROTAML, 2002)

O próprio PROTAML que já foi analisado neste capítulo reuniu um conjunto de instrumentos de conservação da AML, de modo a proteger e valorizar o património ambiental. Para serem integradas, as áreas têm de cumprir alguns requisitos, como a integração na Rede Nacional de Áreas Protegidas, onde se incluem os Parques e Reservas Naturais, Áreas de Paisagem Protegida e Sítios Classificados. Deverão estar também classificadas (ou em vias de atingir esse objetivo) como Zonas de Protecção Especial (ZPE) e/ou incluídas na Lista Nacional de Sítios.

O Montijo é um dos concelhos abrangidos na ZPE do Estuário do Tejo. Esta Zona de Protecção Especial é considerada como a zona húmida mais extensa de Portugal e uma das mais importantes da Europa, devido à sua biodiversidade e diversidade paisagística, tornando-a numa área por excelência de nidificação de aves. O Montijo encontra-se também representado nas Zonas Especiais de Conservação, devido novamente à área referente ao Estuário do Tejo.

PLANO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO MONTIJO (PEDTM)

O PEDTM foi elaborado em 2008 e tem como objectivo o desenvolvimento sustentável do turismo no concelho do Montijo. Para atingir esta meta foi necessário proceder à identificação da procura turística, inventariação do nível de competitividade do sector no concelho, desenvolvimento dos instrumentos de planeamento e avaliação (juntamente com os parceiros) de uma estratégia de *marketing* territorial para o Montijo.

O diagnóstico realizado identificou várias fragilidades no panorama turístico actual do concelho. A principal prende-se com a taxa de ocupação de 33,7% que é inferior aos valores nacionais que rondam os 43%. Para além deste factor destaca-se o reduzido valor de estadia média que é apenas de 2,1 dias contrastando com a média nacional de 3 dias. Outra fragilidade é o reduzido número de alojamentos classificados pelo Turismo de Portugal, com cinco, sendo de realçar que destes apenas um está classificado como estabelecimento hoteleiro. Por último é realçada uma assimetria entre os dois territórios no que concerne às infraestruturas básicas, encontrando-se o território Oeste melhor equipado devido principalmente à maior densidade urbana de onde se destaca a cidade do Montijo.

Relativamente ao diagnóstico, este abrange todo o concelho. Para este relatório interessa-nos sobretudo os aspectos referentes à cidade. De acordo com o diagnóstico realizado ao Montijo este aproxima-se dos interesses deste trabalho, pois é referido que existe uma “falta de qualificação de algum património urbano”, “existência de grandes empreendimentos industriais que circundam o estuário do Tejo” e “antigo complexo de transformação de cortiça desactivado e degradado”. Como se pode verificar os edifícios industriais abandonados que se encontram na cidade são um entrave, neste caso, ao desenvolvimento do turismo e promoção do Montijo.

No que concerne às propostas estratégicas propriamente ditas, o plano propõe algumas soluções para a cidade. De acordo com o interesse para este relatório convém destacar a “Requalificação urbanística e paisagística da frente ribeirinha do Montijo”, “Requalificação urbanística do centro urbano da cidade” e “Requalificação de edifícios com interesse patrimonial e histórico”. De facto estas três acções propõem a requalificação urbana do Montijo, permitindo deste modo a preservação do património, sugerindo uma aproximação da cidade ao rio Tejo.

Este relatório foca na componente teórica a criatividade e promoção territorial. O plano em análise apresenta também uma estratégia de *marketing* territorial. Entre as acções propostas podemos destacar a criação de uma “marca turística” e criação de um portal de venda eletrónica com a oferta turística do concelho.

PLANO ESTRUTURANTE DA ZONA RIBEIRINHA DO MONTIJO (PEZOR MONTIJO)

O último plano em análise, ao contrário dos restantes já se encontra terminado, no entanto pela sua importância e acções desenvolvidas na área de estudo é relevante a sua inclusão, e como é aqui discutido o futuro do espaço, as bases para esse futuro foram lançadas pelo PEZOR.

Seguindo o exemplo de outros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, o Montijo também criou o plano estruturante da zona ribeirinha, estando também ligado à sua requalificação ambiental e urbana através de critérios de desenvolvimento sustentável.

A área de actuação do plano centra-se sobretudo na zona ribeirinha da cidade do Montijo (267 hectares).

Em 2002 de modo a diminuir os níveis de poluição e simultaneamente reduzir a utilização de transporte individual, foi criada uma ligação entre a cidade do Montijo e o cais de embarque dos transportes fluviais (Cais do Seixalinho). Outra medida levada a cabo foi a recuperação da Quinta do Saldanha (séc. XVII), uma antiga casa senhorial localizada próxima de um troço da via de comunicação entre a cidade e o cais. O próprio centro da cidade (Praça da Republica) também foi alvo de intervenção tanto a nível do edificado como de espaço urbano.

Em 2006 o PEZOR centrou-se na requalificação da principal área verde da cidade (Parque Municipal Carlos Loureiro) e fundamentalmente na área ribeirinha integrada no espaço físico do Montijo. O projecto foi escolhido através de um concurso internacional (liderado pela

Ordem dos Arquitectos), e teve um impacto importante na cidade pois alterou radicalmente a imagem da frente ribeirinha e promoveu um incremento de serviços na área, principalmente restauração e comércio.

O financiamento do PEZOR dividiu-se pelo Programa Operacional do Ambiente, Programa Turístico do Tejo e Programa Operacional de Lisboa e Vale do Tejo. O restante financiamento é conseguido por meio de parcerias.

O PEZOR destaca-se por ter tido em conta a opinião dos cidadãos, tendo a sua participação sido feita através de *workshops* e inquéritos à população e actores locais.

8 - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

O principal objectivo deste relatório passa pela análise do problema observado, ou seja existência de um grande número de antigos edifícios industriais e de armazenamento abandonados no centro da cidade, juntamente com proposta de um conjunto de soluções para melhorar a imagem da área e sobretudo encontrar uma utilização viável para grande parte destes espaços.

As componentes da análise foram sendo criadas através de trabalho de campo *in situ* (entrevistas e observação), complementado com análises estatísticas (população, meio social, economia e emprego), recurso aos Sistemas de Informação Geográfica para efeitos de localização e análise de padrões de crescimento urbano. Foi também utilizado um instrumento fundamental neste tipo de trabalhos de investigação, a análise SWOT, que permite reunir a informação recolhida, organizando-a de modo eficiente.

Além dos métodos acima referidos, foi também necessário recorrer a bibliografia de base de modo a conhecer a realidade e pertinência do tema, permitindo a agregação de conceitos base e informação científica necessária para a aplicação de uma proposta para a cidade.

Através dos instrumentos descritos, juntamente com os relatórios técnicos discutidos no capítulo anterior, podemos destacar a existência de seis características fundamentais que no fundo são determinantes positiva ou negativamente para o presente e futuro da cidade. As três características potenciadoras de crescimento e desenvolvimento determinadas são:

- Centralidade e excelentes acessibilidades;
- Potencial turístico;
- Conservação da natureza.

No entanto foram detectados também três grandes entraves a um maior desenvolvimento da cidade:

- Declínio de actividades tradicionais (principalmente no que concerne à indústria da cortiça);
- Declínio do centro;
- Crescimento de freguesias vizinhas.

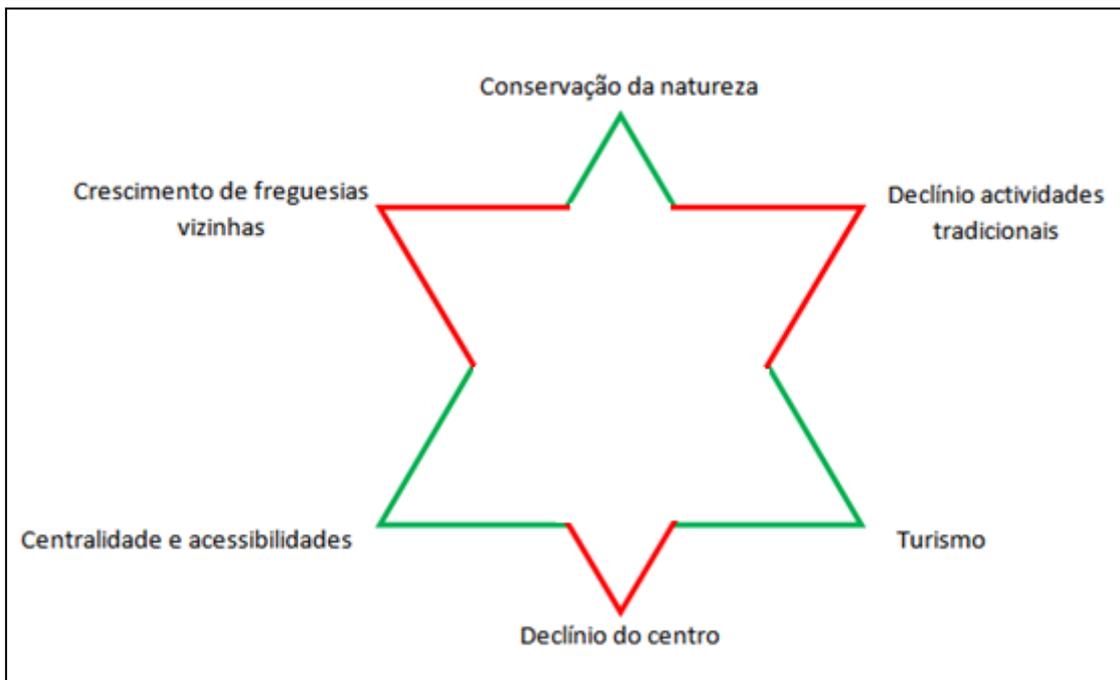


Figura 11 – Esquema síntese da análise

A **conservação da natureza** foi referida em alguns relatórios (Instrumentos de conservação da natureza e PROTAML), onde é descrito que a área do Estuário do Tejo, pertencente ao Montijo, é vista como um sítio classificado e de protecção especial, beneficiando do facto de ser uma das zonas húmidas mais importantes da Europa devido à sua biodiversidade. O PROTAML destaca mesmo este facto como sendo fundamental no desenvolvimento da actividade turística. De facto tendo em conta a qualidade paisagística e beneficiando de preservação, seria fundamental um maior investimento em infraestruturas de lazer e recreação, sem colocar em causa obviamente a biodiversidade e o ecossistema aí instalados.

Proposta: Tendo em conta a extensão da zona ribeirinha da cidade, seria interessante que esta também fosse integrada num projecto de conservação e desenvolvimento juntamente com o estuário do Tejo. Este projecto poderia resultar numa maior união da cidade ao Rio Tejo, além de permitir a reabilitação de espaços industriais abandonados que se localizam na área.

A componente relativa à **centralidade e acessibilidades** é largamente referida ao longo deste relatório. De facto o Montijo encontra-se actualmente numa situação privilegiada em termos de acessos, sendo de destacar obviamente a Ponte Vasco da Gama que transformou a cidade ao longo da última década. Permitindo um acesso directo a Lisboa e à margem norte da AML e

que levou a um crescimento populacional importante contrariando a tendência de decréscimo registada a partir da década de 1980.

Proposta: É de destacar que anteriormente a economia do Montijo beneficiou da sua localização geográfica privilegiada para se tornar num centro de comércio e produção de cortiça, pelo que potenciando de novo a centralidade, reforçada com as acessibilidades já aqui citadas, e aproveitando os espaços industriais em declínio, poderia albergar empresas que poderiam aproveitar os preços mais reduzidos do que os praticados por exemplo em Lisboa.

Tal como ocorre no vizinho concelho de Almada onde foi criado um pólo da Universidade Nova de Lisboa (Faculdade de Ciências e Tecnologia), o Montijo poderia albergar um pólo em condições semelhantes o que traria impactos positivos para a cidade a nível económico e rejuvenescimento da população. Actualmente o único equipamento que poderia ser a base para um potencial centro de investigação seria o Centro Tecnológico da Cortiça. Este centro é um dos dois do género existentes no país, o outro (e mais antigo - 1987) localiza-se em Santa Maria de Lamas. O seu objetivo prende-se com a inovação e sustentabilidade no sector corticeiro, através de métodos e técnicas como gestão ambiental, controlo da qualidade e investigação e desenvolvimento. No caso do Centro do Montijo, este foca-se essencialmente na área de produção de rolhas (CTCOR, 2005). Apesar da aparente componente científica descrita pelo Centro Tecnológico, este acaba por operar mais como uma unidade reguladora e verificadora de qualidade do que como um local de produção e inovação, pelo que a inversão do declínio do sector corticeiro no Montijo poderá não ser atingida com este projecto. Caso sofresse uma inversão no *focus* dos seus objectivos, ou seja, mais dedicado à produção e investigação científica, existiria a oportunidade de a cidade continuar a desenvolver uma das actividades tradicionais, embora com uma componente mais tecnológica, além de servir como centro de atracção de técnicos especializados para a cidade.

O **Turismo** apesar de actualmente não estar devidamente desenvolvido, a cidade do Montijo só conta com um Hotel, poderá nos próximos anos sofrer um desenvolvimento importante. De facto o estuário do Tejo é apontado como um local de forte potencialidade devido à sua qualidade paisagística e ecossistema protegido.

Apesar da actualmente escassa oferta hoteleira, ao nível da restauração o Montijo tem vindo a ganhar notoriedade, sendo a gastronomia e vinhos neste momento, de acordo com o Departamento de Economia e Turismo da Câmara Municipal, a fileira mais procurada pelos turistas.

Proposta: Apesar da oferta hoteleira estar longe de ser satisfatória, existem outras valências que o Montijo poderá potencializar, como é o caso da sua localização geográfica. De facto a sua proximidade com Lisboa, poderia ser aproveitada para captar mais turistas. No entanto para aumentar o número de visitantes, deveria existir um maior desenvolvimento de *marketing* territorial que promovesse a cidade como uma alternativa à massificação urbana dos concelhos vizinhos, destacando a qualidade paisagística, gastronomia e vinhos.

Relativamente aos vinhos, tendo em conta que na Parte Oriental do concelho se localiza um importante produtor de vinhos nacional, Adega Cooperativa de Pegões, poderia ser explorada a fileira do turismo rural aliada à produção vinícola.

Negativamente podemos destacar a componente do **declínio do centro da cidade**. De facto esta área da cidade, foi alvo de uma análise aprofundada ao longo o período em que decorreu o estágio. Rapidamente foi observado que embora não estivesse num declínio fortemente evidente, o centro apresentava sinais de estar a caminhar nessa direcção. Notou-se um aumento do número de estabelecimentos a encerrar, e em entrevistas realizadas, alguns comerciantes referiram que iriam encerrar o seu estabelecimento em breve ou realocar a actividade para o Fórum Montijo.

Um dos maiores sinais para o declínio é como seria de esperar, o que está na base deste trabalho, ou seja os espaços industriais abandonados. Como já foi referido embora na sua maioria se encontrem num estado de conservação razoável, o facto de não albergarem qualquer tipo de actividade nem receberem manutenção acaba por tornar a área em seu redor pouco atractiva. Apesar de parte do centro ter sido alvo de intervenção, no âmbito do Plano estruturante da área ribeirinha do Montijo, não foi tido em consideração qualquer tipo de intervenção nos espaços industriais, exceptuando um pequeno número que se localizava muito próximo da área ribeirinha. Embora o plano tenha tido como objectivo a requalificação de uma área muito específica da cidade, fica patente o facto de ter sido uma oportunidade não aproveitada para melhorar alguns problemas do centro da cidade.

Proposta: De modo a contrariar a tendência de declínio, seria importante um maior investimento na melhoria do espaço público, como mobiliário urbano de melhor qualidade, criação de espaços para cargas e descargas (que tem sido apontado como um dos principais problemas no desenvolvimento de actividades no centro). Seria interessante conjugar a reabilitação dos espaços industriais abandonados com a revitalização de centro da cidade,

através das diversas propostas ao longo deste capítulo dirigidas especialmente para estas infraestruturas.

O **decrécimo das actividades tradicionais** é uma componente preocupante. Como podemos observar ao longo do trabalho, o sector da cortiça e do abate e transformação de carnes passaram por alteração significativas nas ultimas décadas. No entanto, as duas actividades acabaram por se organizar de modo distinto.

A indústria corticeira foi determinante para a economia do Montijo, empregando várias centenas de trabalhadores e albergando dezenas de fábricas. Infelizmente o desenvolvimento de técnicas de transformação de cortiça noutros países como Estados Unidos, Brasil e Alemanha veio comprometer a sustentabilidade do sector em Portugal, juntando-se a este facto o crescimento dos componentes de plástico em detrimento das rolhas (exactamente o produto de maior valor fabricado em Portugal – Mendes, 2002). Este facto veio causar o encerramento de várias indústrias do sector no nosso país, o Montijo foi particularmente afectado, de tal modo que em 2007 existiam apenas 24 unidades no concelho. É de destacar que algumas destas unidades são corticeiras de pequena dimensão (essencialmente familiares) com métodos de produção rudimentares. Pode-se considerar que para além da competição internacional, o sector corticeiro no Montijo registou uma fraca introdução de novas tecnologias e métodos de produção, além de obviamente uma diversificação do produto final.

A actividade de abate e transformação de carnes teve tal como no caso da indústria corticeira, um desenvolvimento constante ao longo da primeira metade do século XX, no entanto com a adesão de Portugal à União Europeia em 1986, foram impostos imperativos legais e novas regras de funcionamento e de condições de trabalho. Tendo em conta as precárias condições da maioria das fábricas, foi inevitável o encerramento de grande parte das unidades (Tinoco, 2009). Embora actualmente o declínio não seja tão evidente como no caso da cortiça, o sector da carne ainda tem alguma implementação no mercado nacional, embora nunca tenha recuperado a dimensão das décadas anteriores.

Proposta: Seria interessante conjugar o já citado Centro Tecnológico da Cortiça na recuperação da actividade no Montijo. Tendo em conta que o declínio resultou da excessiva competitividade e reduzida capacidade tecnológica, o *shift* da produção poderia alterar-se para produtos de maior valor acrescentado do que as tradicionais placas de cortiça. Deste modo a produção iria focar-se em nichos onde a competitividade não seria tão intensa e poderia resultar em maiores lucros para as empresas que ainda sobrevivem.

Ao longo das entrevistas e trabalho de campo, é notório o crescimento da floricultura no concelho. De acordo com uma entrevista feita a empresários do ramo, o Montijo dispõe de condições muito favoráveis ao desenvolvimento da actividade, principalmente no que concerne ao clima, tipo de solo e localização geográfica próxima de Lisboa. Tendo em conta que assistimos ao declínio de actividades tradicionais, seria importante para a economia da cidade se registasse a emergência de um novo sector. Seria importante que a autarquia, juntamente com os promotores privados (seguindo o exemplo do Reino Unido) concentrasse esforços na captação de mais investimentos em áreas emergentes, como a floricultura, onde poderiam ser organizados eventos relacionados com a actividade, de modo a promover o concelho como área produtora de excelência.

Nos últimos anos, duas **freguesias vizinhas** do Montijo (Atalaia e Afonsoeiro) têm registado um crescimento acentuado da sua população, aliás entre 2001 e 2011 de acordo com o INE a variação no período compreendido entre estes dois anos, foi de 103% no Afonsoeiro e de 70,6% na Atalaia, são valores muito superiores ao Montijo com 30,5%.

Apesar de o Montijo apresentar valores populacionais superiores às duas freguesias destacadas, este incremento registado em apenas 10 anos é indicativo de um crescimento da atractividade destas duas freguesias, em contraste com uma cidade do Montijo ainda com um saldo positivo mas em risco de perder população para estas freguesias, caso esta tendência se mantenha. Embora actualmente este facto não pareça preocupante, a médio e longo prazo poderá prejudicar a área de estudo, visto que o sector da construção poderá focar-se nas freguesias emergentes. Outro facto importante é o potencial aumento do declínio do centro do Montijo, visto que com o aumento populacional de áreas limítrofes, os habitantes tendem a frequentar os serviços disponíveis na sua área de residência, podendo mesmo alguns serviços exclusivos da Montijo serem transferidos para estas freguesias devido ao aumento das necessidades da população.

Proposta: No caso desta componente, a solução passaria pela realização de outras propostas apresentadas noutras componentes. Pois estas seriam suficientes para intensificar o crescimento da cidade em detrimento de novas áreas urbanas em freguesias vizinhas.

Ao longo deste capítulo têm vindo a ser apresentadas algumas conclusões, e mesmo determinadas acções que poderiam ser levadas a cabo, no âmbito de uma intervenção na área de estudo. No entanto se observarmos exemplos de acções de regeneração urbana, destaca-se o facto de existir como base de suporte um projecto ou infraestrutura âncora. Por exemplo no

caso de Bilbao, a infraestrutura base, foi notoriamente o Museu Guggenheim. Após observação à área de estudo e tendo em conta a ênfase dada ao valor da cultura e criatividade ao longo deste trabalho, o edifício-âncora sugerido neste trabalho seria o Cineteatro Joaquim de Almeida.

O Cineteatro Joaquim de Almeida (CTJA) é uma infraestrutura emblemática na cidade. Foi construído em 1957 tendo funcionado ininterruptamente até 1991. Após esse ano e até 1999 encontrou-se desactivado, tendo sido adquirido então pela Autarquia. Foram então realizadas obras de remodelação, reabrindo novamente ao público em 2005. Como principais características podemos destacar que conta com 643 lugares e contrariamente a outras salas de espectáculos, o CTJA apresenta outras valências como espaços dedicados a exposições, fototeca, videoteca e também um núcleo de documentação artística.



Figura 12 – Cineteatro Joaquim de Almeida (Fonte: <https://ssl.panoramio.com/photo/49892308>)

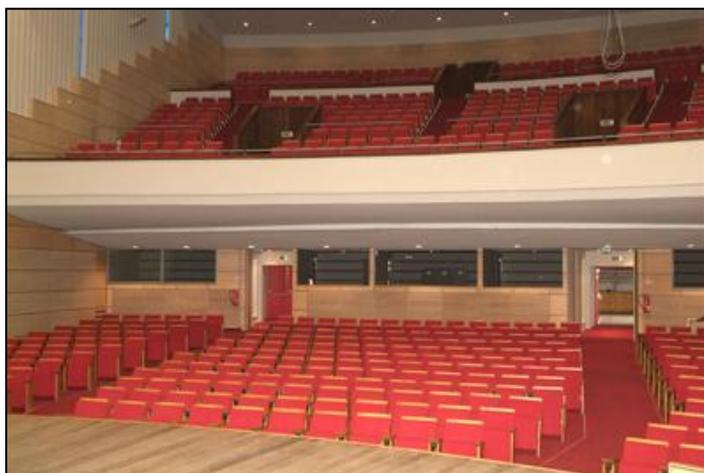


Figura 13 – Interior do CTJA (Fonte: Câmara Municipal do Montijo)

O CTJA localiza-se no centro da cidade, o que significa que se encontra na área de estudo. Este facto reforça ainda mais o potencial estatuto de edifício âncora. Esta infraestrutura poderia assumir o papel de elemento central no que concerne ao sector cultural do concelho, pois é de longe o equipamento do género de maior dimensão e que apresenta mais valências.

Como se localiza no centro da cidade, este factor poderia influenciar a reabilitação de alguns dos espaços industriais mais próximos, que poderiam servir como estruturas de apoio ao CTJA, e também como *ateliers* para indivíduos pertencentes à classe cultural/criativa. De facto tendo em conta a área considerável de alguns dos espaços e o seu razoável estado de conservação, estes poderiam albergar artistas, cuja actividade requer habitualmente a utilização de áreas de grandes dimensões.

Como se pode verificar, o Montijo reúne um conjunto de características que devidamente potenciadas poderiam colocar a cidade na rota de um desenvolvimento sustentável. De facto a freguesia em estudo conta com excelentes acessibilidades, permitindo rapidamente o deslocamento de pessoas e mercadorias para a cidade de Lisboa. Este facto tem permitido a fixação de população no Montijo, mas a economia local não tem beneficiado de um modo evidente, o que pode ser explicado por os novos habitantes continuarem a exercer a sua actividade profissional nos concelhos vizinhos. Seria necessário investir na fixação de empresas no concelho, ou como foi referido acima, na implantação de um pólo universitário, à semelhança do que ocorre noutros concelhos do país (como Almada ou Oliveira do Hospital, apenas para referir dois exemplos), aproveitando as infraestruturas industriais abandonadas e podendo potenciar o Centro de Investigação da Cortiça.

Outras características referidas passam pelo ecossistema envolvente do Estuário do Tejo que tem vindo a ser reconhecido como uma área natural por excelência e que poderia ser aproveitado na promoção turística do Concelho, que poderia acrescentar mais uma valência à tradicional oferta da gastronomia e vinhos.

Como ficou patente ao longo deste capítulo, encontramos também entraves que podem colocar em causa o desenvolvimento da cidade (e município). O crescimento das freguesias vizinhas pode a longo prazo comprometer o papel do Montijo como área urbana “por excelência” do Concelho, concentrando os serviços mais importantes de suporte à população. Mais graves no entanto são os outros dois factores apontados: o declínio das actividades tradicionais, principalmente o caso da cortiça que tem sido amplamente discutido neste trabalho, pois o seu decréscimo foi bastante vincado e trouxe consigo consequências para a

economia local. O “outro” declínio está relacionado com a redução da importância do centro da cidade, estando a perder gradualmente actividades comerciais e albergando cada vez mais espaços abandonados.

Apesar de terem sido referidas algumas propostas, é conveniente existir uma infraestrutura base que opere como espaço aglutinador e que realce o sentimento de pertença às populações. Tendo em conta que a cultura e a criatividade têm sido a solução encontrada, é proposto que esta infraestrutura ou edifício âncora seja o Cineteatro Joaquim de Almeida. Este espaço recentemente renovado reúne um conjunto de características como a polivalência e centralidade que o colocam no centro da actividade cultural do município.

No que concerne aos espaços industriais abandonados, os proprietários, tal como já foi referido anteriormente neste trabalho, revelam interesse na recuperação das infraestruturas em detrimento da sua demolição. Outro facto importante centra-se na questão da divisão dos espaços de modo a albergar vários arrendatários, o que pode ser uma solução visto que existe uma maior divisão da área, resultando no conjunto em rendas mais reduzidas por arrendatário. O facto de a demolição não ser vista positivamente pelos proprietários, está relacionada com o facto de os espaços em questão se localizarem em áreas centrais da cidade, o que acaba por os valorizar, sendo ainda mais reforçado pelo facto de actualmente o país atravessar um panorama económico pouco favorável, notando-se uma redução significativa da construção civil. Tendo em conta a visão dos proprietários acerca das infraestruturas industriais abandonadas, estas podem ser utilizadas também como espaços de criação de emprego através da recepção de empresas em início de actividade. De facto teriam à disposição vários m² de área e rendas potencialmente mais reduzidas.

Para atingir os objectivos propostos, seria necessário o envolvimento da Câmara Municipal em todo este processo, pois seria o elemento central na determinação de políticas de intervenção urbana. A autarquia é vista pelos proprietários dos espaços como o elemento dinamizador, pois revelam que não existe da sua parte dimensão económica suficiente para investir na reabilitação dos espaços. Todavia a Câmara Municipal tendo em conta que poderá neste momento não contar com fundos suficientes para avançar com trabalhos de reabilitação, uma “solução intermédia” poderia passar por incentivos fiscais a empresas que apresentem meios para ocupar os espaços. Outra solução “alternativa” poderia ser a utilização de alguns dos espaços como base para iniciativas como exposições, feiras ou eventos de promoção de actividades locais que tenham potencial económico (como a floricultura).

A Parte II deste relatório teve como base o concelho do Montijo, tendo sido feita uma caracterização a vários níveis (geográfico, social e económico). Através desta análise foi possível conhecer o espaço em estudo e as suas principais características. Tendo em conta a relevância da regeneração urbana como tema de base, foi dado especial relevo ao sector da construção e também à ocupação do solo, pois permitem a verificação das principais transformações sofridas pela cidade, além do seu crescimento. O sector económico foi também alvo de uma análise mais profunda pois permite uma avaliação das principais actividades e sua evolução ao longo dos últimos anos.

A área de estudo do relatório foi também alvo de uma caracterização aprofundada devido ao facto de ter sido a base para o trabalho de campo que esteve no cerne deste relatório. Foram também descritas as entrevistas aos estabelecimentos e também aos proprietários de espaços industriais inactivos. Deste modo foi possível observar a dinâmica da área e suas perspectivas futuras e no segundo caso as condições de arrendamento (para uma possível intervenção) e objectivos propostos para os espaços. Através de toda a informação descrita foram produzidos mapas e uma análise SWOT que são ferramentas fundamentais para a definição da proposta.

A análise de planos de nível nacional, regional e local foi também tida em conta pois apresenta informação determinante sobre a área de estudo e seu enquadramento a vários níveis. Os planos apresentam também perspectivas futuras e potenciais projectos a implementar na área.

O último capítulo foi dedicado à proposta de intervenção, onde toda a informação relevante foi tida em conta, sendo apresentados alguns pontos positivos que poderiam servir como base para uma intervenção na cidade, e pontos negativos que poderão ser entraves ao desenvolvimento da cidade e intensificadores do declínio observado. Tendo em conta que a criatividade foi utilizada como exemplo principal de regeneração urbana em áreas industriais em declínio, foi utilizado como equipamento âncora, o Cine Teatro Joaquim de Almeida devido às suas características e polivalência.

9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório foi o resultado de um conjunto de actividades que se podem considerar como de base para um geógrafo. De facto o tema foi concebido após uma observação ao espaço (que mais tarde seria identificado como a área de estudo). Através dessa observação foi detectado um problema, que imediatamente foi determinado como fundamental: a existência de vários espaços industriais encerrados no centro da cidade do Montijo. Como se tem verificado ao longo deste trabalho, este facto contribui para o declínio urbano, devido a degradação da área em redor levando a um potencial aumento da criminalidade e vandalismo, além da óbvia perda de atractividade do centro.

Após a determinação do problema, foi necessário proceder a trabalho de campo de modo a compreender o seu impacto na área de estudo e quais as actividades económicas predominantes no local. Para esse efeito foram realizadas entrevistas aos estabelecimentos que se localizam na área e visitas aos edifícios industriais actualmente sem actividade. Para determinar possíveis soluções para o espaço ou encontrar uma explicação para o fenómeno registado, foram realizadas entrevistas também a alguns proprietários de espaços industriais abandonados.

Após esta primeira fase de trabalho de campo, era necessário enriquecer os conhecimentos já adquiridos relativamente a regeneração urbana, mas também à reabilitação e renovação. Para analisar potenciais soluções para a área foram estudados exemplos de intervenções na Europa, especialmente no Reino Unido pelo seu pioneirismo e eficácia das mesmas. No entanto este trabalho teria de ser obviamente adaptado à realidade Portuguesa, sendo necessário analisar políticas de intervenção urbana no nosso país e conhecer o panorama da construção e reabilitação. Tendo em conta a importância da criatividade neste tipo de intervenções, foi também dado realce às intervenções urbanas baseadas nas indústrias criativas, que podem de facto ser parte da solução para os problemas observados. Tal como no caso das políticas, também neste caso foi necessário analisar casos Portugueses para enquadramento à realidade do nosso país. A informação aqui apresentada encontra-se reflectida na Parte I deste relatório.

Como seria de esperar foi levada a cabo também uma profunda análise do concelho e freguesia do Montijo, de modo a compreender o território e suas especificidades, facilitando deste modo não só a compreensão da situação encontrada como também a procura de soluções para o cenário encontrado. Após a análise, a informação foi reunida e resumida de

modo a criar uma análise SWOT que apresentasse os problemas e fraquezas, mas também as forças e oportunidades presentes na área de estudo.

Outro recurso utilizado foram os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para a criação de mapas com a localização dos espaços industriais abandonados, incluindo uma análise baseada na sua área em m² e também um mapa com a localização dos estabelecimentos inquiridos com a sua distribuição por CAE. Foram também criados mapas com a ocupação do uso do solo em dois períodos temporais diferentes (2000 e 2006). Deste modo é possível visualizar a informação de um modo mais directo e passível de ser sujeito a análises mais aprofundadas.

Por ultimo foram analisados planos de vários níveis que estão directa ou indirectamente relacionados com a área de estudo, como é o caso do PROTAML. Estes planos são essenciais na determinação de soluções devido ao extensivo diagnóstico e avaliações feitas.

O resultado da conjugação de toda a análise levada a cabo é a proposta para a área de estudo. Neste capítulo foram tidas em conta tanto a dimensão da cidade, a oferta ao nível dos espaços em declínio e soluções utilizadas noutros casos semelhantes. Deste modo e com uma base assente na cultura com a utilização do cineteatro Joaquim de Almeida como edifício âncora e propostas relacionadas com o ensino superior, turismo e ambiente.

De acordo com a análise realizada, o Montijo deverá ter na conservação da natureza (devido ao estuário do Tejo), no turismo e nas acessibilidades e centralidade no que concerne à AML, componentes essenciais que podem ser a base para um novo paradigma de desenvolvimento da cidade. No entanto existem entraves como é o caso do declínio das actividades tradicionais (principalmente no caso da cortiça), o declínio do centro e a um menor nível, o crescimento das freguesias vizinhas.

A proposta apresentada tem como objetivo uma solução sustentada para a cidade que apesar de registar um crescimento populacional devido à Ponte Vasco da Gama que com a melhoria dos acessos a Lisboa permitiu um fluxo de novos habitantes que procuravam uma alternativa ao meio urbano da capital. Apesar do crescimento populacional, a cidade apresenta problemas que necessitam de uma intervenção profunda de modo a travar um potencial declínio semelhante ao que ocorreu no final dos anos 80 com o encerramento de várias indústrias, facto que por sua vez esteve na origem do abandono dos edifícios industriais que estão na base deste relatório.

Para uma proposta deste género ser bem-sucedida, é fundamental que a autarquia esteja envolvida, não apenas como parte interessada no seu sucesso mas também como agente principal na sua determinação, pois é sem dúvida o elemento com maior capacidade de organizar e levar a cabo uma intervenção desta natureza. Seria importante que os proprietários dos espaços tivessem direito à oportunidade de proporem soluções e ideias para a resolução deste problema, além de contar com o consenso da população, que como se espera sejam os principais beneficiados de uma possível intervenção.

10 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AECOPS - O mercado da reabilitação: enquadramento, relevância e perspectivas. 2009;
- CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO/QUIMIPARQUE - Quimiparque: Uma estratégia de desenvolvimento urbanístico. 2007;
- ALVES, Brandão - Avaliação da qualidade do espaço público urbano: Proposta metodológica. Textos universitários de ciências sociais e humanas, Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e Tecnologia/ Ministério da Ciência e do Ensino Superior. Dinalivro. 2003;
- ANDRÉ, Isabel; VALE, Mário – A criatividade urbana na região de Lisboa. Sessão de divulgação do estudo: Criatividade urbana na região de Lisboa e programa criativo, Lisboa, 2011;
- AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS – Desenvolvimento empresarial e urbano do Barreiro: Estratégia e plano de acção. 2007;
- AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS - Estratégia de desenvolvimento empresarial e urbano do Barreiro: Diagnóstico de partida. 2007;
- BARATA SALGUEIRO, Teresa - A cidade em Portugal – Uma geografia urbana. 3ª Edição. Edições Afrontamento. Porto. 1999;
- BARATA SALGUEIRO, Teresa - Cidade pós-moderna: Espaço fragmentado”. III Congresso de Geografia Portuguesa. Edições Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos. Lisboa. 1999;
- CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO/QUIMIPARQUE – Modelo de desenvolvimento Barreiro século XXI: Estudo prévio de Plano Urbanização Quimiparque e zona envolvente. Barreiro. 2009;
- CÂMARA MUNICIPAL DO MONTIJO - Apresentação do Plano Estratégico para o desenvolvimento do turismo do Montijo (PEDTM), Montijo, 2011;
- CHOAY, Françoise - Alegoria do património. Edições70. Lisboa. 2008;
- CLAS MONTIJO – Diagnóstico social do concelho de Montijo. Montijo. 2002;
- Decreto-Lei n.º 307/2009. Diário da República I Série. 206. 2009;

DPP – Cidades inovadoras e competitivas para o desenvolvimento sustentável. DPP. Lisboa. 2007;

EEA – The European environment: State and outlook 2010. EEA. 2010;

FERNANDES, José Manuel – Arquitectura e indústria em Portugal no século XX. Lisboa. Secil. 2003;

FERREIRA, Fátima – Intervenções de regeneração urbana em Portugal. Jessica *Kick-Off Meeting*, Lisboa;

FLORIDA, Richard – Cities and the creative class. New York. Routledge. 2005;

HALL, Tim – Routledge contemporary human geography series: Urban Geography. 3ª Edição. Nova Iorque: Taylor and Francis. 2006;

IHRU – Relatório de monitorização dos programas: SOLARH, RECRUA, REHABITA, RECRIPH, PROHABITA, PER, Acordos de colaboração incêndios 2007 e 2008. Lisboa. OHRU. 2009;

INE – Anuário estatístico da Região de Lisboa. INE. 2009;

ISCTE; IRIC/UP – Contributos para o Plano Estratégico de Habitação: 2008/2013: Relatório 2 Políticas de habitação. 2008;

KIDD, Alan; BEESLEY, Ian – Manchester: A History. 4ª Edição. Lancaster: Carnegie Pub. 2006;

LANDRY, Charles - The creative city: A toolkit for urban innovators. Earthscan. 2000;

LANG, Thilo - Insights in the British debate about urban decline and urban regeneration. Erkner. Leibniz-Institute for Regional Development and Structural Planning. 2005;

LANGSTRAAT, James – The Urban Regeneration Industry in Leeds: Measuring Sustainable Urban Regeneration Performance. Earth & Environment. Leeds. 2 (2006), p. 167-210;

MANCHESTER CITY COUNCIL – Reframing Manchester's cultural strategy. Manchester. MCC. 2010;

MAOTDR – Política de cidades POLIS XXI. Lisboa. 2007;

MARQUES, Juliana; LEITE, Carlos - Projectos Urbanos em antigas áreas industriais degradadas: Um novo conceito de urbanismo na experiência 22@bcn de Barcelona. Actas do III Fórum de Pesquisa FAU-Mackenzie. 2007;

MARQUES DA COSTA, Eduarda – Uma nota sobre as políticas das cidades em Portugal nos anos noventa. *Infogeo*. Lisboa. 14 (1999), p. 131-137;

MEDEIROS, Carlos Alberto (direcção); SALGUEIRO, T.B.; FERRÃO, João (coordenação) - Geografia de Portugal: Sociedade, paisagens e cidades. 1ª Edição. Vol. II. Rio de Mouro. Círculo de Leitores e Autores. 2006;

MEDEIROS, Carlos Alberto (direcção); GASPAR, Jorge; SIMÕES, José Manuel (coordenação) - Geografia de Portugal: Planeamento e ordenamento do território. 1ª Edição. Vol. IV. Rio de Mouro. Círculo de Leitores e Autores. 2006

MENDES, Américo – A economia do sector da cortiça em Portugal: Evolução das actividades de produção e transformação ao longo dos séculos XIX e XX. Porto: Universidade Católica Portuguesa. 2002;

Mercado industrial e logístico da Grande Lisboa. *Business Briefing*. 2010;

MONTGOMERY, John – Developing city cultural economies: Briefing notes. London: Urban Cultures Ltd. 2010;

NASCIMENTO, Edgar - O papel das políticas de requalificação urbana e ambiental: o caso do Programa POLIS em Bragança, Chaves e Viana do Castelo. Lisboa, 2008. Tese de Mestrado;

O'CONNOR, Justin - From margin to centre: The role of alternative culture and creativity, the making of a creative city. Taipei, 2005;

O'CONNOR, Justin – Creative industries and creative city. Proceedings of the 9th International Conference of Finland Futures Research Centre and Finland Futures Academy, Turku, 2007;

ONU – World urbanization prospects: The 2009 revision. ONU. 2009;

PAIVA, José; AGUIAR, José; PINHO, Ana (coord.) - Guia técnico de reabilitação habitacional. Vol. I; 1ª Edição, IHRU/LNEC. Lisboa. 2006;

PAIVA, José Vasconcelos; AGUIAR, José; PINHO, Ana (coord.) - Guia técnico de reabilitação habitacional. Vol. II; 1ª Edição, IHRU/LNEC. Lisboa. 2006;

PESTANA, Cândida; PINTO-LEITE, José; MARQUES, Nuno - O Programa POLIS como impulsionador da Regeneração Urbana. Actas do 1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde. 2009;

PINHO, Ana – Evolução das políticas públicas de Reabilitação Urbana em Portugal. *Workshop* Novo Regime da Reabilitação Urbana, Lisboa, 2010;

Plano estruturante da Zona Ribeirinha do Montijo. Revista Estuarium. Nº 12, 2005;

PROT-AML – Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa. 2002. Vol. I;

QCA – Programa de Reabilitação Urbana: Relatório final. Lisboa. 2004;

QREN – Regulamento específico da política de cidades: Parcerias para a regeneração urbana. Lisboa. 2007;

QUEIRÓS, João - The role of culture in urban regeneration policies: Research notes drawn from Porto's case. Proceedings of the First International Conference of Young Urban Researchers. ISCTE Lisboa. 2007;

QUEIRÓS, Margarida; BRITO HENRIQUES, Eduardo; SOARES, Pedro - Desenvolvimento e seus impactos territoriais. Lisboa. Centro de Estudos Geográficos. 2002;

QUEIRÓS, Margarida; MARTINS, Filipa – Estratégias de valorização de áreas desindustrializadas: O caso da Quimiparque. Actas da Conferência Internacional Desinvestimento: Estratégias empresariais, as regiões e as políticas, Lisboa, 2003;

QUEIRÓS, Margarida – Da teoria à prática na intervenção em *Brownfield*: A regeneração da CUF/Quimigal no Barreiro. Actas do V Congresso da Geografia Portuguesa, Guimarães, 2004;

REIS, Ana - Cidades criativas, turismo cultural e regeneração urbana. Economia criativa como estratégia de desenvolvimento, São Paulo. 2008;

Resolução do conselho de ministros n.º 20/2011. Diário da República I Série. 58. 2011;

TINOCO, Alfredo – Património industrial e pré-industrial de Montijo. Lisboa. Edições Colibri, 2009;

VÁZQUEZ, Isabel – Desafios para a reabilitação urbana. *Workshop* perspectivas da reabilitação para o futuro, Aveiro, 2009;

WINKLER, Astrid – Sheffield city report. ASE. Sheffield. 2007;

WEBSITES CONSULTADOS:

<http://www.22barcelona.com/> [Consultado em Março de 2012];

<http://www.ctcor.com/> [Consultado em Fevereiro de 2012];

<http://www.geograph.org.uk/photo/2840508> [Consultado em Dezembro de 2011];

<http://www.guardian.co.uk/leeds/2011/mar/28/question-clarence-dock-leeds-james-martin>
[Consultado em Dezembro de 2011];

<http://www.guggenheim.org/bilbao> [Consultado em Março de 2012];

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/legislacaosobrepatrimonio/> [Consultado em Fevereiro de 2012];

<http://www.mun-montijo.pt/pt/>;

<https://ssl.panoramio.com/photo/49892308> [Consultado em Maio de 2012];

<http://www.ticcih.org/> [Consultado em Março 2012];

ANEXOS

1

**ESTRUTURA ETÁRIA DOS CONCELHOS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL EM 2001 (INE, 2008) -
TRATAMENTO PRÓPRIO**

Unidade Territorial	2001								
	Grupos Etários								
	Total	0-14	%	15-24	%	25-64	%	>65	%
Alcochete	13010	2115	16,26	1596	12,27	7299	56,10	2000	15,37
Almada	160825	22662	14,09	21655	13,46	89563	55,69	26945	16,75
Barreiro	79012	10184	12,89	10838	13,72	45506	57,59	12484	15,80
Moita	67449	11231	16,65	10314	15,29	37213	55,17	8691	12,89
Montijo	39168	5879	15,01	5104	13,03	21393	54,62	6792	17,34
Palmela	53353	8567	16,06	7129	13,36	29606	55,49	8051	15,09
Seixal	150271	25092	16,70	22578	15,02	87474	58,21	15127	10,07
Sesimbra	37567	6229	16,58	5001	13,31	20824	55,43	5513	14,68
Setúbal	113934	17686	15,52	16267	14,28	63156	55,43	16825	14,77
Península de Setúbal	714589	109645	15,34	100482	14,06	402034	56,26	102428	14,33

**ESTRUTURA ETÁRIA DOS CONCELHOS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL EM 2008 (INE, 2008) -
TRATAMENTO PRÓPRIO**

Unidade Territorial	2008								
	Grupos Etários								
	Total	0-14	%	15-24	%	25-64	%	>65	%
Alcochete	17464	3022	17,30	1784	10,22	9605	55,00	3053	17,48
Almada	166103	25995	15,65	16351	9,84	93134	56,07	30623	18,44
Barreiro	77893	10613	13,63	7154	9,18	45572	58,51	14554	18,68
Moita	71596	11678	16,31	8336	11,64	41464	57,91	10118	14,13
Montijo	41432	7217	17,42	4169	10,06	22583	54,51	7463	18,01
Palmela	62820	10395	16,55	6775	10,78	34848	55,47	10802	17,20
Seixal	175837	28822	16,39	19303	10,98	104931	59,68	22781	12,96
Sesimbra	52371	9025	17,23	5506	10,51	28727	54,85	9113	17,40
Setúbal	124459	20183	16,22	13299	10,69	70720	56,82	20257	16,28
Península de Setúbal	789975	126950	16,07	82677	10,47	451584	57,16	128764	16,30

2

**DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO POR ÁREA (HA) NO CONCELHO DO MONTIJO
– 2000 (TRATAMENTO PRÓPRIO – FONTE: IGP, 2010)**

Freguesias	Tecido urbano	Indústria, comércio e transportes	Culturas temporárias	Culturas permanentes	Áreas agrícolas heterogéneas	Florestas	Zonas húmidas costeiras	Massas de águas
Afonsoeiro	59,10	46,85	0,00	0,00	237,58	0,00	0,00	12,91
Atalaia	46,49	0,00	0,18	0,00	200,78	15,10	0,00	0,00
Pegões	116,65	0,00	334,34	432,00	712,71	791,30	0,00	0,00
Alto Estanqueiro Jardia	82,73	26,82	2,00	0,00	912,19	78,64	0,00	0,00
Sarilhos	180,65	0,00	0,00	0,00	876,82	0,54	50,80	68,16
Santo Isidro de Pegões	107,01	0,00	363,25	351,86	2728,72	1942,89	0,00	0,00
Montijo	288,08	656,83	0,00	0,00	880,58	215,64	147,56	468,73
Canha	29,68	0,00	1588,94	358,19	3702,65	14519,18	0,00	0,00

3

DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO POR ÁREA (HA) NO CONCELHO DO MONTIJO – 2006 (TRATAMENTO PRÓPRIO – FONTE: IGP, 2010)

Freguesias	Tecido urbano	Var (%)	Indústria, comércio e transportes	Var (%)	Culturas Temporárias	Var (%)	Culturas Permanentes	Var (%)	Áreas agrícolas heterogéneas	Var (%)	Florestas	Var (%)	Zonas húmidas costeiras	Var (%)	Massas de águas	Var (%)
Afonsoeiro	123,57	109%	64,22	37%	0,00	0%	0,00	0%	220,21	-7%	0,00	0%	0,00	0%	12,91	0%
Atalaia	46,49	0%	0,00	0%	0,18	1%	0,00	0%	200,78	0%	15,10	0%	0,00	0%	0,00	0%
Pegões	130,03	11%	0,00	0%	343,36	3%	411,04	-5%	695,55	-2%	806,10	2%	0,00	0%	0,00	0%
Alto Estanqueiro Jardia	82,73	0%	52,38	95%	1,84	-8%	0,00	0%	931,11	2%	34,15	-57%	0,00	0%	0,00	0%
Sarilhos	180,65	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	876,82	0%	0,54	1%	50,80	0%	68,16	0%
Santo Isidro de Pegões	127,75	19%	48,10	0%	444,52	22%	356,95	1%	2741,34	0%	1886,91	-3%	0,00	0%	0,00	0%
Montijo	311,91	8%	658,83	0%	0,00	0%	0,00	0%	755,89	-14%	340,32	58%	206,73	40%	409,56	-13%
Canha	32,25	9%	0,00	0%	1567,82	-1%	1278,19	257%	2816,19	-24%	14883,86	3%	0,00	0%	0,00	0%

4

**NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS DO CONCELHO DO
MONTIJO POR ACTIVIDADE ECONÓMICA EM 1999 (MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E
SEGURANÇA SOCIAL, (2012))**

CAE	Nº de Pessoas ao Serviço	%
0110 – AGRICULTURA	406	4,52
0111 – CULT. DE CEREAIS E OUTRAS CULTURAS	154	1,72
0112 - HORTICULTURA, ESPECIALIDADES HORTÍCOLAS E PROD. DE VIVEIRO	248	2,76
0113 - CULT. FRUTOS, FRUTOS CASCA RIJA, PROD. DESTIN. PREP. BEBIDAS ESPECIAR.	62	0,69
0120 - PRODUÇÃO ANIMAL	1	0,01
0121 – BOVINICULTURA	2	0,02
0123 – SUINICULTURA	201	2,24
0124 – AVICULTURA	34	0,38
0130 – PROD. AGRÍCOLA E ANIMAL ASSOCIADAS	111	1,24
0141 – ACT. DOS SERV. REL. COM A AGRICULTURA	53	0,59
0201 - SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL	12	0,13
0202 - ACTIVID. DOS SERV. RELAC. COM A SILVICUL. E A EXPLORACAO FLORESTAL	10	0,11
1513 – FAB. DE PRODUTOS À BASE DE CARNE	730	8,13
1533 - PREPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE FRUTOS E DE PRODUTOS HORTÍCOLAS, N.E.	12	0,13
1551 - INDÚSTRIAS DO LEITE E DERIVADOS	2	0,02
1561 – TRANSF. DE CEREAIS E LEGUMINOSAS	4	0,04
1571 - FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE CRIAÇÃO	108	1,20
1581 - PANIFICAÇÃO E PASTELARIA	86	0,96
1593 - INDÚSTRIA DO VINHO	22	0,25
1730 - ACABAMENTO DE TÊXTEIS	76	0,85
1740 – FAB. DE ART. TÊXTEIS CONFECCIONADOS, EXCEPTO VESTUÁRIO	2	0,02
1821 - CONFECÇÃO DE VESTUÁRIO DE TRABALHO E DE UNIFORMES	12	0,13
1822 - CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR	2	0,02
2010 - SERRAÇÃO, APLAINAMENTO E IMPREGNAÇÃO DA MADEIRA	95	1,06
2030 - FABRICAÇÃO DE OBRAS DE CARPINTARIA PARA A CONSTRUÇÃO	20	0,22

2052 - FABRICAÇÃO DE OBRAS DE CESTARIA E DE ESPARTARIA; INDÚSTRIA DA CORTIÇA	818	9,11
2122 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE PAPEL PARA USO DOMÉSTICO E SANITÁRIO	32	0,36
2213 - EDIÇÃO DE REVISTAS E DE OUTRAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	7	0,08
2215 - EDIÇÃO, N.E.	3	0,03
2222 - IMPRESSÃO, N.E.	34	0,38
2224 - COMPOSICAO E OUTRAS PREPARACOES DA IMPRESSAO	7	0,08
2451 - FAB. DE SABÕES, DETERGENTES, PROD. DE LIMPEZA E DE POLIMENTO	9	0,10
2461 – FAB. EXPLOSIVOS E ART. DE PIROTECNIA	12	0,13
2466 – FAB. OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, N.E.	41	0,46
2611 - FABRICAÇÃO DE VIDRO PLANO	9	0,10
2612 - MOLDAGEM E TRANSF. DE VIDRO PLANO	3	0,03
2615 – FAB. E TRANSF. DE OUTRO VIDRO (INCLUI VIDRO TÉCNICO)	4	0,04
2626 – FAB. DE PROD. CERÂMICOS REFRACTÁRIOS	4	0,04
2640 - FABRIC. TIJOLOS, TELHAS E OUTROS PRODUT. BARRO PARA A CONSTRUCAO	86	0,96
2661 – FABR. DE PRODUTOS DE BETÃO PARA A CONSTRUÇÃO	24	0,27
2663 - FABRICAÇÃO DE BETÃO PRONTO	7	0,08
2670 - SERRAGEM, CORTE E ACABAMENTO DA PEDRA	40	0,45
2742 - OBTENÇÃO E PRIMEIRA TRANSFORMAÇÃO DE ALUMÍNIO	2	0,02
2811 – FAB. ESTRUTURAS CONST. METÁLICAS	52	0,58
2812 – FAB. PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL	56	0,62
2840 - FABRIC. PROD. FORJADOS, ESTAMPADOS E LAMINADOS; METALURGIA DOS POS	2	0,02
2851 - TRATAMENTO E REVESTIMENTO DE METAIS	8	0,09
2852 - ACTIVIDADES DE MECÂNICA EM GERAL	64	0,71
2863 – FAB. FECHADURAS, DOBRADIÇAS E OUTRAS FERRAGENS	3	0,03
2875 – FAB. DE OUTROS PRODUTOS METÁLICOS, N.E.	26	0,29
2914 - FAB. DE ROLAMENTOS, DE ENGREN. DE OUTROS ORGAOS DE TRANSMISSAO	14	0,16
2923 – FAB. DE EQUIPAMENTO Não-doméstico PARA REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO	7	0,08
2924 – FAB. DE OUTRAS MÁQUINAS DE USO GERAL, N.E.	10	0,11

2932 - FAB. DE OUTRAS MAQUINAS P/ A AGRICUL., PECUARIA E SILVICULTURA	1	0,01
2940 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS-FERRAMENTAS	2	0,02
2953 - FAB. DE MAQUINAS PARA AS INDUST. ALIMENTARES, DAS BEBIDAS E TABACO	18	0,20
2956 - FAB. DE OUTRAS MAQUINAS E DE EQUIPAMENTO PARA USO ESPECIFICO, N.E.	15	0,17
3162 – FAB. DE OUTRO EQUIPAMENTO ELÉCTRICO, N.E.	79	0,88
3310 – FAB. DE MAT. MÉDICO-CIRÚRGICO E ORTOPÉDICO	5	0,06
3511 – CONSTR. E REP. DE EMBARCAÇÕES, EXCEPTO DE RECREIO E DESPORTO	3	0,03
3614 - FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA OUTROS FINS	47	0,52
3710 - RECICLAGEM SUCATA E DESPERDÍCIOS METÁLICOS	7	0,08
4010 – PROD. TRANS. E DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE	41	0,46
4511 - DEMOLIÇÃO E TERRAPLANAGENS	67	0,75
4512 - PERFURAÇÕES E SONDAGENS	42	0,47
4521 – CONSTR. GERAL EDIFÍCIOS E ENGENHARIA CIVIL	568	6,33
4523 – CONSTR. ESTRADAS, VIAS FERREAS, AEROPORT. E INSTALACOES DESPORT.	10	0,11
4524 - ENGENHARIA HIDRÁULICA	14	0,16
4525 - OUTRAS OBRAS ESPECIALIZADAS DE CONSTRUÇÃO	6	0,07
4531 - INSTALAÇÃO ELÉCTRICA	148	1,65
4532 - OBRAS DE ISOLAMENTO	18	0,20
4533 – INST. DE CANALIZAÇÕES E DE CLIMATIZAÇÃO	39	0,43
4540 - ACTIVIDADES DE ACABAMENTO	1	0,01
4541 - ESTUCAGEM	4	0,04
4543 - REVESTIMENTO DE PAVIMENTOS E DE PAREDES	1	0,01
4544 - PINTURA E COLOCACAO DE VIDROS	14	0,16
5010 - COMÉRCIO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	167	1,86
5020 - MANUTENÇÃO E REP. VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	119	1,33
5030 – COM. PEÇAS E ACESSÓRIOS VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	65	0,72
5040 - COMERCIO, MANUTENCAO E REPARACAO DE MOTOCICLOS, SUAS PECAS, ACESSORIOS	11	0,12
5050 - COMÉRCIO A RETALHO DE COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULOS A MOTOR	93	1,04
5114 - AGENT. COMER. GROS. MAQUINAS, EQUIP. INDUST., EMBARCA. AERONAVES	1	0,01

5115 - AGENT. COMER. GROS. MOBILIARIO, ART. PARA USO DOMESTICO E FERRAGENS	3	0,03
5117 - AGENT. COM. POR GROSSO PROD. ALIMENT., BEBIDAS E TABACO	14	0,16
5118 - AGENTES ESPECIALIZADOS DO COMÉRCIO POR GROSSO DE PRODUTOS, N.E.	5	0,06
5120 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS BRUTOS E ANIMAIS VIVOS	6	0,07
5121 - COMÉRCIO POR GROSSO DE CEREAIS, SEMENTES E ALIMENTOS PARA ANIMAIS	48	0,53
5122 - COMÉRCIO POR GROSSO DE FLORES E PLANTAS	17	0,19
5131 - COM. POR GROSSO FRUTA E PROD. HORTÍCOLAS	24	0,27
5132 - COM. POR GROSSO CARNE E PROD. BASE DE CARNE	13	0,14
5134 - COMÉRCIO POR GROSSO DE BEBIDAS	50	0,56
5136 - COM. POR GROSSO DE ACUCAR, DE CHOCOLATE E PRODUTOS DE CONFEITARIA	2	0,02
5138 - COM. POR GROSSO OUTROS PROD. ALIMENTARES	70	0,78
5139 - COMERCIO POR GROSSO N/ ESPECIALIZ. PROD. ALIMENTARES, BEBIDAS E TABACO	59	0,66
5143 - COM. POR GROSSO DE ELECTRODOMÉSTICOS, APARELHOS DE RÁDIO E TELEV.	25	0,28
5145 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PERFUMES E DE PRODUTOS DE HIGIENE	1	0,01
5146 - COM. POR GROSSO PROD. FARMACÊUTICOS	4	0,04
5147 - OUTRO COM. POR GROSSO BENS DE CONSUMO	9	0,10
5153 - COMER. GROS. DE MADEIRA, MATERIAIS DE CONSTRUCAO E EQUIP. SANITARIO	86	0,96
5154 - COM.GROS.FERRAG.,FERRAM.MANUAIS E ART.P/CANALIZACOES E AQUECIMENTO	23	0,26
5155 - COM. POR GROSSO DE PRODUTOS QUÍMICOS	61	0,68
5156 - COM. POR GROSSO BENS INTERMÉDIOS (NÃO AGRÍCOLAS)	5	0,06
5157 - COM. POR GROSSO DESPERDÍCIOS E SUCATAS	4	0,04
5162 - COM. POR GROSSO MAQ. PARA A CONSTRUCAO	4	0,04
5165 - COM. POR GROSSO DE MAQ. E EQUIP. P/ INDUSTRIA,COMERCIO E NAVEGACAO	60	0,67
5166 - COM. POR GROSSO DE MAQUINAS E OUTROS EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	5	0,06
5170 - COMERCIO POR GROSSO, N.E.	66	0,74
5211 - COM. RETALHO. EM ESTABEL. NAO ESP. COM PRED. PROD. ALIM. BEBID. TABACO	223	2,48

5212 - COMER. RETAL. ESTAB. NAO ESPEC. SEM PREDOMIN. PROD. ALIM. BEB. TABACO	1	0,01
5221 - COMÉRCIO A RETALHO DE FRUTA E DE PRODUTOS HORTÍCOLAS	5	0,06
5222 - COMÉRCIO A RETALHO DE CARNE E DE PRODUTOS À BASE DE CARNE	53	0,59
5223 - COM. A RETALHO PEIXE, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS	8	0,09
5224 - COMÉRCIO A RETALHO DE PÃO, PRODUTOS DE PASTELARIA E DE CONFEITARIA	15	0,17
5225 - COMÉRCIO A RETALHO DE BEBIDAS	2	0,02
5227 - OUTRO COMER. RETAL. PROD. ALIMENTARES ESTAB. ESPECIALIZADOS	8	0,09
5231 - COM. A RETALHO PROD. FARMACÊUTICOS (FARMÁCIAS)	40	0,45
5232 - COM. A RETALHO ART. MÉDICOS E ORTOPÉDICOS	6	0,07
5233 - COMÉRCIO A RETALHO DE PRODUTOS COSMÉTICOS E DE HIGIENE	6	0,07
5241 - COMÉRCIO A RETALHO DE TÊXTEIS	19	0,21
5242 - COMÉRCIO A RETALHO DE VESTUÁRIO	64	0,71
5243 - COMÉRCIO A RETALHO DE CALÇADO E DE ARTIGOS DE COURO	16	0,18
5244 - COMERCIO A RETAL. MOVEIS, ARTIGOS ILUMINACAO E OUTROS ARTIGOS P/LAR	65	0,72
5245 - COMER. RETAL. ELECTR. APAR. RADIO, TV, INST. MUSIC. DISC. PRO. SIMIL.	55	0,61
5246 - COMER. RETAL. FERRAGENS, TINTAS, VIDROS, EQUIP. SANIT. LADRIL. SIMIL.	39	0,43
5247 - COMÉRCIO A RETALHO DE LIVROS, JORNAIS E ARTIGOS DE PAPELARIA	20	0,22
5248 - COMER. RETALHO DE OUTROS PRODUTOS NOVOS EM ESTABEL. ESPECIAL.	94	1,05
5250 - COMÉRCIO A RETALHO DE ARTIGOS EM SEGUNDA MÃO EM ESTABELECIMENTOS	1	0,01
5271 - REPARAÇÃO DE CALÇADO E DE OUTROS ARTIGOS DE COURO	2	0,02
5272 - REPARAÇÃO DE ELECTRODOMÉSTICOS	10	0,11
5511 - ESTAB. HOTELEIROS COM RESTAURANTE	31	0,35
5512 - ESTAB. HOTELEIROS SEM RESTAURANTE	12	0,13
5530 - RESTAURANTES	211	2,35
5540 - ESTABELECIMENTOS DE BEBIDAS	138	1,54
5551 - CANTINAS	2	0,02
5552 - FORN. REFEIÇÕES AO DOMICÍLIO (CATERING)	7	0,08
6021 - OUTROS TRANS. TERR. REG. DE PASSAGEIROS	91	1,01

6022 - TRANSPORTE OCASIONAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS LIGEIOS	8	0,09
6024 - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS	100	1,11
6311 - MANUSEAMENTO DE CARGA	34	0,38
6321 - OUTRAS ACTIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES TERRESTRES	96	1,07
6330 - AGÊNCIAS DE VIAGENS E DE TURISMO	6	0,07
6411 - ACTIVIDADES DOS CORREIOS NACIONAIS	47	0,52
6420 – TELECOMUNICAÇÕES	13	0,14
6512 - OUTRA INTERMEDIACÃO MONETÁRIA	199	2,22
6522 - OUTRAS ACTIVIDADES DE CRÉDITO	2	0,02
6601 - SEGUROS VIDA E OUTRAS ACTIV. COMPLEMENTARES DE SEGURANCA SOCIAL	4	0,04
6603 - SEGUROS NÃO VIDA	24	0,27
6720 - ACTIVIDADES AUXILIARES DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	9	0,10
7012 - COMPRA E VENDA DE BENS IMOBILIÁRIOS	18	0,20
7031 - MEDIACAO IMOBILIARIA	61	0,68
7032 – ADMIN. DE IMÓVEIS POR CONTA DE OUTREM	1	0,01
7131 - ALUGUER DE MÁQ. E EQUIP. AGRÍCOLAS	24	0,27
7132 - ALUGUER DE MAQUINAS E EQUIP. P/ A CONSTRUCAO E ENGENHARIA CIVIL	6	0,07
7140 - ALUGUER DE BENS USO PESSOAL E DOMÉSTICO	1	0,01
7210 - CONSULTORIA EM EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	2	0,02
7220 - CONSULTORIA E PROGRAMAÇÃO INFORMÁTICA	8	0,09
7310 - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS	6	0,07
7411 - ACTIVIDADES JURÍDICAS	12	0,13
7412 – ACTIV. DE CONTABILIDADE, AUDITORIA E CONSULTORIA FISCAL	99	1,10
7413 - ESTUDOS DE MERCADO E SONDAgens DE OPINIÃO	5	0,06
7414 – ACTIV. DE CONSULT. NEGÓCIOS E GESTÃO	7	0,08
7420 - ACTIVIDADES DE ARQUITECTURA, DE ENGENHARIA E TÉCNICAS AFINS	8	0,09
7430 - ACTIVIDADES DE ENSAIOS E ANÁLISES TÉCNICAS	8	0,09
7440 – PUBLICIDADE	1	0,01
7450 - SELECÇÃO E COLOCAÇÃO DE PESSOAL	8	0,09
7460 – ACTIV. DE INVESTIGAÇÃO E DE SEGURANÇA	9	0,10

7470 - ACTIVIDADES DE LIMPEZA INDUSTRIAL	51	0,57
7481 - ACTIVIDADES FOTOGRÁFICAS	9	0,10
7484 - OUTRAS ACTIV. SERV. PREST. PRINCIP. AS EMPRESAS	19	0,21
7511 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - GERAL	5	0,06
7525 - ACTIVIDADES DE PROTECÇÃO CIVIL	27	0,30
8010 - ENSINO PRE-ESCOLAR E BASICO (1. CICLO)	67	0,75
8041 - ESCOLAS DE CONDUÇÃO E PILOTAGEM	14	0,16
8042 - ENSINO PARA ADULTOS E OUTRAS ACTIV. EDUCATIVAS	15	0,17
8512 – ACTIV. DE PRÁTICA CLÍNICA EM AMBULATÓRIO	24	0,27
8513 – ACTIV. DE MED. DENTÁRIA E ODONTOLOGIA	19	0,21
8514 - OUTRAS ACTIVIDADES DE SAÚDE HUMANA	52	0,58
8520 - ACTIVIDADES VETERINÁRIAS	9	0,10
8530 - ACTIVIDADES DE ACÇÃO SOCIAL	58	0,65
8531 - ACÇÃO SOCIAL COM ALOJAMENTO	82	0,91
8532 - ACÇÃO SOCIAL SEM ALOJAMENTO	216	2,41
9111 - ORGANIZAÇÕES ECONÓMICAS E PATRONAIS	4	0,04
9120 - ACTIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES SINDICAIS	2	0,02
9213 - PROJECCÃO DE FILMES E DE VÍDEOS	1	0,01
9220 - ACTIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO	45	0,50
9234 - OUTRAS ACTIVIDADES DE ESPECTÁCULO, N.E.	5	0,06
9262 - OUTRAS ACTIVIDADES DESPORTIVAS	8	0,09
9272 - OUTRAS ACTIVIDADES RECREATIVAS, N.E.	1	0,01
9301 - LAVAGEM E LIMPEZA A SECO DE TÊXTEIS E PELES	4	0,04
9302 – ACTIV. SALÕES DE CABELEIREIRO E INST. DE BELEZA	45	0,50
9303 - ACTIVIDADES FUNERÁRIAS E CONEXAS	6	0,07
9304 - MANUTENÇÃO FÍSICA	2	0,02
TOTAL	8.979	100,00

5

NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS DO CONCELHO DO MONTIJO POR ACTIVIDADE ECONÓMICA EM 2009 (MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL, 2011)

CAE	Nº Pessoas ao Serviço	%
0111 - CEREALICULTURA (EXC. ARROZ), LEGUMINOSAS SECAS E SEMENTES OLEAGINOSAS	3	0,02
0113 - CULTURA DE PRODUTOS HORTÍCOLAS, RAÍZES E TUBÉRCULOS	42	0,33
0119 - OUTRAS CULTURAS TEMPORÁRIAS	500	3,90
0121 – VITICULTURA	17	0,13
0125 - CULTURA DE OUTROS FRUTOS (INCLUI CASCA RIJA), EM ÁRVORES E ARBUSTOS	3	0,02
0129 - OUTRAS CULTURAS PERMANENTES	2	0,02
0130 - CULTURA DE MATERIAIS DE PROPAGAÇÃO VEGETATIVA	109	0,85
0141 - CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA PRODUÇÃO DE LEITE	13	0,10
0142 - CRIAÇÃO DE OUTROS BOVINOS (EXCEPTO PARA PRODUÇÃO DE LEITE) E BÚFALOS	7	0,05
0143 - CRIAÇÃO DE EQUINOS, ASININOS E MUARES	2	0,02
0145 - CRIAÇÃO DE OVINOS E CAPRINOS	3	0,02
0146 – SUINICULTURA	74	0,58
0147 – AVICULTURA	7	0,05
0149 - OUTRA PRODUÇÃO ANIMAL	6	0,05
0150 - AGRICULTURA E PRODUÇÃO ANIMAL COMBINADAS	92	0,72
0161 - ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS RELACIONADOS COM A AGRICULTURA	49	0,38
0162 – ACTIV. DOS SERV. RELACIONADOS COM PROD. ANIMAL,EXC. SERV. VETERINARIA	5	0,04
0163 - PREPARAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS PARA VENDA	4	0,03
0170 - CAÇA, REPOVOAMENTO CINEGÉTICO E ACTIV. DOS SERVIÇOS RELACIONADOS	7	0,05
0210 - SILVICULTURA E OUTRAS ACTIVIDADES FLORESTAIS	329	2,56
0220 - EXPLORAÇÃO FLORESTAL	10	0,08
0812 - EXTRACÇÃO DE SAIBRO, AREIA E PEDRA BRITADA; EXTR. DE ARGILAS E CAULINO	9	0,07
1011 - ABATE DE GADO (PRODUÇÃO DE CARNE)	340	2,65
1013 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS À BASE DE CARNE	451	3,52
1039 - OUTRA PREPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE FRUTOS E DE PRODUTOS HORTÍCOLAS	20	0,16

1051 - INDÚSTRIAS DO LEITE E DERIVADOS	7	0,05
1071 - PANIFICAÇÃO E PASTELARIA	73	0,57
1082 - INDÚSTRIA DO CACAU, DO CHOCOLATE E DOS PRODUTOS DE CONFEITARIA	3	0,02
1091 - FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE CRIAÇÃO	81	0,63
1101 - FABRICAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS DESTILADAS	11	0,09
1102 - INDÚSTRIA DO VINHO	40	0,31
1512 – FABR. DE ART. VIAGEM E USO PESS., MARROQUINARIA, CORREEIRO E SELEIRO	1	0,01
1610 - SERRAÇÃO, APLAINAMENTO E IMPREGNAÇÃO DA MADEIRA	71	0,55
1623 - FABRICAÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE CARPINTARIA PARA A CONSTRUÇÃO	7	0,05
1629 – FAB. OUTRAS OBRAS DE MADEIRA, DE CESTARIA E ESPARTARIA; IND. DA CORTICA	165	1,29
1722 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE PAPEL PARA USO DOMÉSTICO E SANITÁRIO	46	0,36
1811 - IMPRESSÃO DE JORNAIS	1	0,01
1812 - OUTRA IMPRESSÃO	15	0,12
1813 - ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO DA IMPRESSÃO E DE PRODUTOS MEDIA	19	0,15
2041 – FAB. DE SABÕES E DETERGENTES, PRODUTOS DE LIMPEZA E DE POLIMENTO	2	0,02
2053 - FABRICAÇÃO DE ÓLEOS ESSENCIAIS	8	0,06
2059 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS, N.E.	48	0,37
2211 - FABRICAÇÃO DE PNEUS E DE CÂMARAS-DE-AIR; RECONSTRUÇÃO DE PNEUS	5	0,04
2229 - FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE PLÁSTICO	8	0,06
2312 - MOLDAGEM E TRANSFORMAÇÃO DE VIDRO PLANO	9	0,07
2319 - FABRICAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE OUTRO VIDRO (INCLUI VIDRO TÉCNICO)	3	0,02
2331 - FABRICAÇÃO DE AZULEJOS, LADRILHOS, MOSAICOS E PLACAS DE CERAMICA	2	0,02
2332 – FAB. DE TIJOLOS, TELHAS E DE OUTROS PROD. CERÂMICOS P/A CONSTRUÇÃO	60	0,47
2352 - FABRICAÇÃO DE CAL E GESSO	5	0,04
2361 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BETÃO PARA A CONSTRUÇÃO	95	0,74
2363 - FABRICAÇÃO DE BETÃO PRONTO	26	0,20
2370 - SERRAGEM, CORTE E ACAB. DE ROCHAS ORN. E OUTRAS PEDRAS DE CONSTRUÇÃO	28	0,22
2511 - FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONSTRUÇÕES METÁLICAS	22	0,17
2512 - FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL	80	0,62
2561 - TRATAMENTO E REVESTIMENTO DE METAIS	24	0,19

2562 - ACTIVIDADES DE MECÂNICA EM GERAL	4	0,03
2572 - FABRICAÇÃO DE FECHADURAS, DOBRADIÇAS E DE OUTRAS FERRAGENS	7	0,05
2599 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS METÁLICOS, N.E.	8	0,06
2611 - FABRICAÇÃO DE COMPONENTES ELECTRÓNICOS	78	0,61
2740 – FAB. DE LÂMPADAS ELÉCTRICAS E DE OUTRO EQUIPAMENTO DE ILUMINAÇÃO	6	0,05
2825 – FAB. DE EQUIPAMENTO Não-doméstico PARA REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO	19	0,15
2829 - FABRICAÇÃO DE OUTRAS MÁQUINAS PARA USO GERAL, N.E.	26	0,20
2849 - FABRICAÇÃO DE OUTRAS MÁQUINAS-FERRAMENTAS	10	0,08
2893 – FAB. DE MÁQUINAS PARA AS INDÚSTRIAS ALIMENTARES, DAS BEBIDAS E TABACO	18	0,14
2932 – FAB. DE OUTROS COMPONENTES E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	7	0,05
3102 - FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO DE COZINHA	20	0,16
3109 - FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA OUTROS FINS	29	0,23
3250 - FABRICAÇÃO DE INSTRUMENTOS E MATERIAL MÉDICO-CIRÚRGICO	5	0,04
3312 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	9	0,07
3313 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO ELECTRÓNICO E ÓPTICO	2	0,02
3320 - INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	9	0,07
3700 - RECOLHA, DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	15	0,12
3811 - RECOLHA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS	1	0,01
3832 - VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS SELECIONADOS	8	0,06
4110 - PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA (DESENVOLV.PROJECTOS DE EDIFÍCIOS)	18	0,14
4120 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS)	499	3,89
4212 - CONSTRUÇÃO DE VIAS FÉRREAS	103	0,80
4213 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E TÚNEIS	76	0,59
4221 – CONSTR. DE REDES DE TRANSP. DE ÁGUAS, DE ESGOTOS E DE OUTROS FLUIDOS	25	0,19
4299 - CONSTRUÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, N.E.	40	0,31
4312 - PREPARAÇÃO DOS LOCAIS DE CONSTRUÇÃO	7	0,05
4313 - PERFURAÇÕES E SONDAGENS	12	0,09
4321 - INSTALAÇÃO ELÉCTRICA	85	0,66
4322 - INSTALAÇÃO DE CANALIZAÇÕES E DE CLIMATIZAÇÃO	113	0,88
4329 - OUTRAS INSTALAÇÕES EM CONSTRUÇÕES	139	1,08

4331 – ESTUCAGEM	5	0,04
4332 - MONTAGEM DE TRABALHOS DE CARPINTARIA E DE CAIXILHARIA	38	0,30
4333 - REVESTIMENTO DE PAVIMENTOS E DE PAREDES	37	0,29
4334 - PINTURA E COLOCAÇÃO DE VIDROS	10	0,08
4339 - OUTRAS ACTIVIDADES DE ACABAMENTO EM EDIFÍCIOS	9	0,07
4391 - ACTIVIDADES DE COLOCAÇÃO DE COBERTURAS	13	0,10
4399 - OUTRAS ACTIVIDADES ESPECIALIZADAS DE CONSTRUÇÃO, N.E.	20	0,16
4511 - COMÉRCIO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIOS	92	0,72
4519 - COMÉRCIO DE OUTROS VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	15	0,12
4520 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	104	0,81
4531 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	4	0,03
4532 - COMÉRCIO A RETALHO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	50	0,39
4540 – COM. MAN. E REPARAÇÃO DE MOTOCICLOS, DE SUAS PEÇAS E ACESSÓRIOS	11	0,09
4612 – AG. COM. P/ GROSSO COMBUST., MINÉRIOS, METAIS E PROD. QUI. P/INDÚSTRIA	4	0,03
4613 - AGENTES COMÉRCIO POR GROSSO DE MADEIRA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	4	0,03
4617 – AG. COMÉRCIO POR GROSSO DE PRODUTOS ALIMENTARES, BEBIDAS E TABACO	7	0,05
4618 - AGENTES ESPECIALIZADOS DO COMÉRCIO POR GROSSO DE OUTROS PRODUTOS	4	0,03
4619 - AGENTES COMÉRCIO POR GROSSO MISTO SEM PREDOMINÂNCIA	2	0,02
4621 – COM. GR.CEREAIS,TABACO,CORTIÇA BRUTO,SEMENT.,OUT.MAT.PRIM AGRÍC. E ALIM.P/ANIMAIS	52	0,41
4622 - COMÉRCIO POR GROSSO DE FLORES E PLANTAS	16	0,12
4623 - COMÉRCIO POR GROSSO DE ANIMAIS VIVOS	6	0,05
4631 - COMÉRCIO POR GROSSO DE FRUTA E DE PRODUTOS HORTÍCOLAS	78	0,61
4632 - COMÉRCIO POR GROSSO DE CARNE E DE PRODUTOS À BASE DE CARNE	19	0,15
4634 - COMÉRCIO POR GROSSO DE BEBIDAS	54	0,42
4636 – COM. POR GROSSO DE AÇÚCAR, CHOCOLATE E PRODUTOS DE CONFEITARIA	3	0,02
4638 - COMÉRCIO POR GROSSO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTARES	134	1,04
4639 – COM. POR GROSSO N. ESPEC. DE PRODUTOS ALIMENTARES, BEBIDAS E TABACO	72	0,56
4641 - COMÉRCIO POR GROSSO DE TÊXTEIS	5	0,04
4642 - COMÉRCIO POR GROSSO DE VESTUÁRIO E DE CALÇADO	10	0,08
4643 – COM. POR GROSSO DE ELECTRODOMÉSTICOS, AP. DE RÁDIO E TELEVISÃO	31	0,24

4644 – COM. POR GROSSO DE LOUÇAS EM CERÂMICA E EM VIDRO E PROD. DE LIMPEZA	17	0,13
4646 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS	4	0,03
4647 – COM. GRO. MÓVEIS P/USO DOMÉST., CARPETES, TAPETES E ART. DE ILUMINAÇÃO	6	0,05
4649 - OUTRO COMÉRCIO POR GROSSO DE BENS DE CONSUMO	31	0,24
4651 – COM. P/ GROSSO COMPUTADORES, EQUIP.PERIFÉRICOS E PROG. INFORMÁTICOS	5	0,04
4652 – COM. POR GROSSO DE EQUIP. ELECTRÓNICOS, DE TELECOM. E SUAS PARTES	30	0,23
4661 – COM. POR GROSSO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS	24	0,19
4662 - COMÉRCIO POR GROSSO DE MÁQUINAS-FERRAMENTAS	7	0,05
4663 – COM. POR GROSSO DE MÁQ. P/IND.EXTRACTIVA, CONSTR. E ENGENHARIA CIVIL	3	0,02
4666 - COMÉRCIO POR GROSSO DE OUTRAS MÁQUINAS E MATERIAL DE ESCRITÓRIO	2	0,02
4669 - COMÉRCIO POR GROSSO DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	30	0,23
4671 – COM. POR GROSSO DE COMB. SÓLIDOS, LÍQUIDOS, GASOSOS E PROD. DERIVADOS	5	0,04
4672 - COMÉRCIO POR GROSSO DE MINÉRIOS E DE METAIS	6	0,05
4673 – COM. POR GROSSO DE MADEIRA, DE MAT. DE CONSTR. E EQUIP. SANITÁRIO	79	0,62
4674 – COM. P/ GROSSO DE FERRAGENS, FERRAMENTAS MANUAIS E ART.P/CANALIZAÇÕES E AQUECIMENTO	43	0,34
4675 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PRODUTOS QUÍMICOS	40	0,31
4676 - COMÉRCIO POR GROSSO DE OUTROS BENS INTERMÉDIOS	12	0,09
4677 - COMÉRCIO POR GROSSO DE DESPERDÍCIOS E SUCATA	4	0,03
4690 - COMÉRCIO POR GROSSO NÃO ESPECIALIZADO	102	0,80
4711 – COM. A RETALHO EM ESTABEL. N/ ESPECIAL. C/PRED. PROD. ALIM.,BEBIDAS,TABACO	725	5,65
4719 – COM. A RETALHO EM ESTABEL. N/ ESPECIAL. S/PRED. PROD. ALIM.,BEBIDAS,TABACO	83	0,65
4721 – COM. A RETALHO DE FRUTAS E PRODUTOS HORTÍCOLAS, EM EST.ESPECIALIZADOS	11	0,09
4722 – COM. A RETALHO DE CARNE E PROD. À BASE DE CARNE, EM EST.ESPECIALIZADOS	34	0,27
4723 – COM. A RETALHO DE PEIXE, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS, EM EST.ESPECIALIZADOS	5	0,04
4724 – COM. RET. DE PÃO, PROD. PASTELARIA E CONFEITARIA, EM EST.ESPECIALIZADOS	9	0,07
4729 – COM. A RETALHO DE OUTROS PROD. ALIM., EM ESTAB. ESPECIALIZADOS	26	0,20
4730 – COM. A RETALHO DE COMB. P/VEÍCULOS A MOTOR, EM EST.ESPECIALIZADOS	92	0,72
4741 – COM. A RETALHO DE COMPUTADORES,UN.PERIFÉRICAS E PROG.INFORMÁTICOS,EM EST.ESPECIALIZADOS	35	0,27
4742 – COM. A RETALHO DE EQUIP. DE TELECOMUNICAÇÕES, EM EST.ESPECIALIZADOS	43	0,34

4751 - COMÉRCIO A RETALHO DE TÊXTEIS, EM EST.ESPECIALIZADOS	26	0,20
4752- COM.RETALHO DE FERRAGENS,TINTAS,VIDROS,EQUIP.SANITÁRIO,LADRILHOS,SIMIL,EM EST.ESPECIAL	85	0,66
4753 – COM. A RETALHO DE CARPETES,TAPETES,CORTIN,REVEST.P/PAREDES,PAVIMENTOS, EM EST.ESPECIAL.	4	0,03
4754 - COMÉRCIO A RETALHO DE ELECTRODOMÉSTICOS, EM EST.ESPECIALIZADOS	117	0,91
4759 – COM. RET. DE MÓVEIS, ARTIGOS ILUM. E OUT. ART. P/LAR, EM EST.ESPECIAL.	69	0,54
4761 - COMÉRCIO A RETALHO DE LIVROS, EM EST. ESPECIALIZADOS	17	0,13
4762 – COM. A RETALHO DE JORNAIS,REVISTAS E ART. DE PAPELARIA, EM EST.ESPECIAL.	35	0,27
4764 – COM. A RETALHO DE ART. DE DESPORTO, CAMPISMO E LAZER, EM EST.ESPECIAL.	100	0,78
4765 - COMÉRCIO A RETALHO DE JOGOS E BRINQUEDOS, EM EST.ESPECIAL.	20	0,16
4771 - COMÉRCIO A RETALHO DE VESTUÁRIO, EM EST.ESPECIAL.	432	3,37
4772 - COMÉRCIO A RETALHO DE CALÇADO E ARTIGOS DE COURO, EM EST.ESPECIAL.	41	0,32
4773 - COMÉRCIO A RETALHO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, EM EST.ESPECIAL.	69	0,54
4774 – COM. A RETALHO DE PRODUTOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS, EM EST.ESPECIAL.	8	0,06
4775 – COM. A RETALHO DE PRODUTOS COSMÉTICOS E DE HIGIENE, EM EST.ESPECIAL.	43	0,34
4776 – COM. A RETALHO DE FLORES, PLANTAS,SEM.FERTILIZ.,ANIMAIS COMP.RESP.ALIM.,EM EST.ESPECIAL.	20	0,16
4777 – COM. A RETALHO DE RELÓGIOS E ART. OURIV. E JOALHARIA, EM EST.ESPECIAL.	31	0,24
4778 - COMÉRCIO A RETALHO DE OUTROS PRODUTOS NOVOS, EM EST.ESPECIALIZADOS	196	1,53
4781 – COM. A RETALHO EM BANCAS,FEIRAS E UN.MÓVEIS DE VENDA,DE PROD.ALIMENTARES,BEB.TABACO	5	0,04
4791 - COMÉRCIO A RETALHO POR CORRESPONDÊNCIA OU VIA INTERNET	9	0,07
4799 - COMÉRCIO A RETALHO POR OUT.MÉTODOS, N/EFECTUADO EM ESTAB.BANCAS,FEIRAS OU UN.MÓVEIS DE VENDA	4	0,03
4932 - TRANSPORTE OCASIONAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS LIGEIOS	23	0,18
4939 - OUTROS TRANSPORTES TERRESTRES DE PASSAGEIROS, N.E.	103	0,80
4941 - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS	226	1,76
5210 – ARMAZENAGEM	1	0,01
5221 – ACTIV. AUX. E DE GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DOS TRANSPORTES TERRESTRES	89	0,69
5229 – ACTIV. AG. TRANSIT, ADUANEIROS E DE OUTRAS ACTIV. DE APOIO AO TRANSP.	69	0,54
5310 - ACTIVIDADES POSTAIS SUJEITAS A OBRIGAÇÕES DO SERVIÇO UNIVERSAL	44	0,34
5320 - OUTRAS ACTIVIDADES POSTAIS E DE COURIER	5	0,04

5511 - ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS COM RESTAURANTE	58	0,45
5610 - RESTAURANTES (INCLUI ACTIVIDADES DE RESTAURAÇÃO EM MEIOS MÓVEIS)	556	4,33
5629 - OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇO DE REFEIÇÕES	1	0,01
5630 - ESTABELECIMENTOS DE BEBIDAS	285	2,22
5811 - EDIÇÃO DE LIVROS	29	0,23
5813 - EDIÇÃO DE JORNAIS	4	0,03
5814 - EDIÇÃO DE REVISTAS E DE OUTRAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	4	0,03
5911 - PRODUÇÃO DE FILMES, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO	23	0,18
5913 - DISTRIBUIÇÃO DE FILMES, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO	1	0,01
5914 - PROJEÇÃO DE FILMES E DE VÍDEOS	20	0,16
6020 - ACTIVIDADES DE TELEVISÃO	14	0,11
6120 - ACTIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES SEM FIO	6	0,05
6201 - ACTIVIDADES DE PROGRAMAÇÃO INFORMÁTICA	2	0,02
6202 - ACTIVIDADES DE CONSULTORIA EM INFORMÁTICA	9	0,07
6311 – ACTIV. DE PROCESS. DADOS, DOMICILIAÇÃO DE INF. E ACTIV.RELACIONADAS	9	0,07
6312 - PORTAIS WEB	1	0,01
6419 - OUTRA INTERMEDIACÃO MONETÁRIA	193	1,50
6420 - ACTIVIDADES DAS SOCIEDADES GESTORAS DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS	20	0,16
6512 - SEGUROS NÃO VIDA	21	0,16
6621 - ACTIVIDADES DE AVALIAÇÃO DE RISCOS E DANOS	4	0,03
6622 - ACTIVIDADES DE MEDIADORES DE SEGUROS	11	0,09
6810 - COMPRA E VENDA DE BENS IMOBILIÁRIOS	32	0,25
6820 - ARRENDAMENTO DE BENS IMOBILIÁRIOS	6	0,05
6831 - MEDIAÇÃO E AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA	57	0,44
6832 – ADMIN. DE IMÓVEIS P/ CONTA DE OUTREM; ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS	25	0,19
6910 - ACTIVIDADES JURÍDICAS E DOS CARTÓRIOS NOTARIAIS	19	0,15
6920 - ACTIVIDADES DE CONTABILIDADE E AUDITORIA; CONSULTORIA FISCAL	161	1,26
7010 - ACTIVIDADES DAS SEDES SOCIAIS	1	0,01
7022 - OUTRAS ACTIVIDADES DE CONSULTORIA PARA OS NEGÓCIOS E A GESTÃO	23	0,18
7111 - ACTIVIDADES DE ARQUITECTURA	21	0,16

7112 - ACTIVIDADES DE ENGENHARIA E TÉCNICAS AFINS	15	0,12
7120 - ACTIVIDADES DE ENSAIOS E ANÁLISES TÉCNICAS	13	0,10
7219 - OUTRA INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS	8	0,06
7311 - AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE	24	0,19
7312 - ACTIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	2	0,02
7420 - ACTIVIDADES FOTOGRÁFICAS	6	0,05
7490 - OUTRAS ACTIVIDADES DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMILARES	13	0,10
7500 - ACTIVIDADES VETERINÁRIAS	12	0,09
7711 - ALUGUER DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIOS	2	0,02
7732 - ALUGUER DE MÁQUINAS E EQUIP. P/CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA CIVIL	66	0,51
7739 - ALUGUER DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, N.E.	23	0,18
7820 - ACTIVIDADES DAS EMPRESAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO	20	0,16
7911 - ACTIVIDADES DAS AGÊNCIAS DE VIAGEM	19	0,15
8020 - ACTIVIDADES RELACIONADAS COM SISTEMAS DE SEGURANÇA	23	0,18
8121 - ACTIVIDADES DE LIMPEZA GERAL EM EDIFÍCIOS	13	0,10
8122 - OUTRAS ACTIV. DE LIMPEZA EM EDIFÍCIOS E EM EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	2	0,02
8129 - OUTRAS ACTIVIDADES DE LIMPEZA	4	0,03
8130 - ACTIVIDADES DE PLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE JARDINS	66	0,51
8230 - ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS E OUTROS EVENTOS SIMILARES	11	0,09
8299 - OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS DE APOIO PRESTADOS ÀS EMPRESAS, N.E.	128	1,00
8411 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL	261	2,03
8425 - ACTIVIDADES DE PROTECÇÃO CIVIL	30	0,23
8510 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	87	0,68
8520 - ENSINO BÁSICO (1º E 2º CICLOS)	61	0,48
8531 - ENSINO BÁSICO (3º CICLO) E SECUNDÁRIO GERAL	82	0,64
8532 - ENSINOS SECUNDÁRIOS TECNOLÓGICO,ARTÍSTICO E PROFISSIONAL	32	0,25
8553 - ESCOLAS DE CONDUÇÃO E PILOTAGEM	19	0,15
8559 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL, ESCOLAS DE LÍNGUAS E OUTRAS ACT. EDUCATIVAS	63	0,49
8610 - ACTIVIDADES DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE COM INTERNAMENTO	13	0,10
8621 - ACTIVIDADES DE PRÁTICA MÉDICA DE CLÍNICA GERAL, EM AMBULATÓRIO	14	0,11

8622 - ACTIVIDADES DE PRÁTICA MÉDICA DE CLÍNICA ESPECIALIZADA, EM AMBULATÓRIO	17	0,13
8623 - ACTIVIDADES DE MEDICINA DENTÁRIA E ODONTOLOGIA	41	0,32
8690 - OUTRAS ACTIVIDADES DE SAÚDE HUMANA	85	0,66
8730 – ACTIV. DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS E C/DEFICIÊNCIA, C/ALOJAMENTO	105	0,82
8790 - OUTRAS ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL COM ALOJAMENTO	1	0,01
8810 – ACTIV. DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS E C/DEFICIÊNCIA, SEM ALOJAMENTO	62	0,48
8891 - ACTIVIDADES DE CUIDADOS PARA CRIANÇAS, SEM ALOJAMENTO	107	0,83
8899 - OUTRAS ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL SEM ALOJAMENTO, N.E.	428	3,34
9001 - ACTIVIDADES DAS ARTES DO ESPECTÁCULO	2	0,02
9311 - GESTÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS	2	0,02
9312 - ACTIVIDADES DOS CLUBES DESPORTIVOS	1	0,01
9313 - ACTIVIDADES DE GINÁSIO (FITNESS)	10	0,08
9319 - OUTRAS ACTIVIDADES DESPORTIVAS	5	0,04
9321 - ACTIVIDADES DOS PARQUES DE DIVERSÃO E TEMÁTICOS	2	0,02
9329 - OUTRAS ACTIVIDADES DE DIVERSÃO E RECREATIVAS	9	0,07
9411 - ACTIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ECONÓMICAS E PATRONAIS	3	0,02
9420 - ACTIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES SINDICAIS	3	0,02
9491 - ACTIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS	2	0,02
9499 - OUTRAS ACTIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS, N.E.	173	1,35
9522 – REP. DE ELECTRODOMÉSTICOS E OUTROS EQUIP. DE USO DOM. E P/JARDIM	9	0,07
9523 - REPARAÇÃO DE CALÇADO E DE ARTIGOS DE COURO	7	0,05
9524 - REPARAÇÃO DE MOBILIÁRIO E SIMILARES, DE USO DOMÉSTICO	1	0,01
9525 - REPARAÇÃO DE RELÓGIOS E DE ARTIGOS DE JOALHARIA	1	0,01
9529 - REPARAÇÃO DE OUTROS BENS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO	6	0,05
9601 - LAVAGEM E LIMPEZA A SECO DE TÊXTEIS E PELES	99	0,77
9602 - ACTIVIDADES DE SALÕES DE CABELEIREIRO E INSTITUTOS DE BELEZA	97	0,76
9603 - ACTIVIDADES FUNERÁRIAS E CONEXAS	13	0,10
9604 - ACTIVIDADES DE BEM-ESTAR FÍSICO	2	0,02
9609 - OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS,N.E.	7	0,05
TOTAL	12.828	100,00

6

**NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS DO CONCELHO DO MONTIJO, SEGUNDO O NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO EM 1999
(MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL, 2011)**

CAE	Quadros Superiores	%	Quadros Médios	%	Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa	%	Profissionais Altamente Qualificados	%	Profissionais Qualificados	%	Profissionais Semiqualificados	%	Profissionais não Qualificados	%	Praticantes e Aprendizes	%	Ignorado	TOTAL
01 - AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E ACTIV. DOS SERVIÇOS RELACIONADOS	62	5	6	0	34	3	1	0	140	11	175	14	834	66	3	0	17	1.272
02 - SILVICULTURA, EXPLORAÇÃO FLORESTAL E ACTIV. DOS SERVIÇOS RELACIONADOS	6	27	-	0	3	14	3	14	8	36	-		1	5	1	5	-	22
15 - INDÚSTRIAS ALIMENTARES E DAS BEBIDAS	34	4	7	1	40	4	27	3	624	65	123	13	32	3	67	7	10	964
17 - FABRICAÇÃO DE TÊXTEIS	3	4	-	0	4	5	1	1	52	67	14	18	3	4	1	1	-	78
18 - INDUST. DO VESTUÁRIO; PREPAR., TINGIM. FABRIC. ARTIGOS PELES COM PELO	2	14	-	0	-	0	-	0	7	50	2	14	-	0	1	7	2	14
20 - IND.MADEI. CORTICA E SUAS OBR.EXC.MOBIL;FAB.OBR.CESTARIA.ESPART.	77	8	1	0	52	6	11	1	209	22	241	26	320	34	10	1	12	933
21 - FABRICAÇÃO DE PASTA, DE PAPEL E CARTÃO E SEUS ARTIGOS	3	9	1	3	-	0	-	0	6	19	9	28	1	3	12	38	-	32

22 - EDIÇÃO, IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE SUPORTES DE INFORMAÇÃO GRAVADOS	11	22	-	0	1	2	14	27	11	22	3	6	1	2	9	18	1	51
24 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	7	11	4	6	6	10	2	3	19	31	11	18	13	21	-	0	-	62
26 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	21	12	2	1	10	6	1	1	85	48	29	16	18	10	10	6	1	177
27 - INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	2	100	-	2
28 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS METÁLICOS, EXCEPTO MÁQUINAS E EQUIPAMENTO	27	13	-	0	5	2	2	1	76	36	19	9	30	14	42	19	10	211
29 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS, N.E.	12	18	-	0	-	0	1	1	38	57	-	0	4	6	10	15	2	67
31 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E APARELHOS ELÉTRICOS, N.E.	2	3	2	3	3	4	-	0	69	87	3	4	-	0	-	0	-	79
33 - FAB. APAREL. INSTR. ME.-CIRURGIC. ORTOP., PRECISAO, OPTICA REL	2	40	-	0	-	0	-	0	1	20	-	0	-	0	2	40	-	5
35 - FABRICAÇÃO DE OUTRO MATERIAL DE TRANSPORTE	1	33	-	0	-	0	1	33	1	33	-	0	-	0	-	0	-	3
36 – FAB. MOBILI.;. IND. TRANSF.,	7	15	-	0	1	2	-	0	16	34	5	11	12	26	6	13	-	47
37 – RECICLAGEM	1	14	-	0	-	0	-	0	2	29	1	14	1	14	1	14	1	7
40 - PROD. E DISTRIBUICAO DE ELECTRICIDADE, DE GAS, DE VAPOR E AGUA QUENTE	-	0	-	0	3	7	1	2	35	85	1	2	1	2	-	0	-	41
45 – CONSTRUÇÃO	127	14	14	2	56	6	15	2	483	52	56	6	129	14	40	4	12	932
50 - COMERC.MANUTENCAO E REPARACAO V.AUTOM. E	69	15	3	1	14	3	4	1	218	48	61	13	34	7	43	9	9	455

MOTOCIC;COM.RE.COMBUST.VEIC.																			
51 - COMERC. POR GROSSO, AGENTES DO COMERCIO, EXCEP. VEIC. AUTOM. E MOTOC	114	17	7	1	16	2	24	4	284	43	65	10	103	15	40	6	12	665	
52 - COMERCIO RETALHO (EXC.VEIC.AUTO.,MOTOCI,COMB.VEIC) REPAR.BENS PESS.DOME	130	17	12	2	24	3	28	4	338	45	25	3	81	11	99	13	15	752	
55 – ALOJ. E RESTAURAÇÃO (RESTAURANTES E SIMILARES)	62	15	6	2	1	0	20	5	165	41	39	10	59	15	38	9	11	401	
60 - TRANSPORTES TERRESTRES; TRANSPORTES POR OLEODUTOS OU GASODUTOS	23	12	1	1	9	5	4	2	143	72	11	6	2	1	-	0	6	199	
63 – ACT. ANEXAS E AUXIL. TRANSP; AGÊNCIAS DE VIAGENS E DE TURISMO	14	10	-	0	29	21	11	8	73	54	1	1	5	4	2	1	1	136	
64 - CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES	-	0	2	3	2	3	15	25	8	13	32	53	1	2	-	0	-	60	
65 - INTERMEDIÇÃO FINANC., EXC. SEGUROS E FUND. DE PENSÕES	6	3	28	14	6	3	23	11	134	67	-	0	2	1	-	0	2	201	
66 - SEGUROS, FUNDOS DE PENSOES E DE OUTRAS ACTIV. COMPLEMENT. SEG. SOCIAL	-	0	9	32	-	0	-	0	18	64	1	4	-	0	-	0	-	28	
67 - ACTIVIDADES AUXILIARES DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2	22	1	11	-	0	-	0	4	44	-	0	-	0	2	22	-	9	
70 - ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS	19	24	1	1	2	3	3	4	23	29	1	1	14	18	14	18	3	80	
71 - ALUGUER MAQUINAS E EQUIP. SEM PESSOAL E BENS PESSOAIS E DOMESTICOS	2	6	1	3	5	16	-	0	18	58	-	0	2	6	1	3	2	31	
72 - ACTIVIDADES INFORMÁTICAS E CONEXAS	2	20	2	20	-	0	-	0	4	40	-	0	-	0	2	20	-	10	

73 - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	2	33	-	0	-	0	-	0	1	17	-	0	3	50	-	0	-	6
74 - OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS	43	18	12	5	2	1	18	8	70	30	12	5	60	25	15	6	4	236
75 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURANÇA SOCIAL (OBRIGATÓRIA)	-	0	-	0	2	6	-	0	18	56	1	3	10	31	-	0	1	32
80 – EDUCAÇÃO	11	11	5	5	-	0	18	19	36	38	8	8	13	14	1	1	4	96
85 - SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL	45	10	35	8	9	2	40	9	72	16	138	30	89	19	11	2	21	460
91 - ACTIVIDADES ASSOCIATIVAS DIVERSAS, N.E.	-	0	-	0	1	17	-	0	4	67	-	0	1	17	-	0	-	6
92 – ACTIV. RECR., CULT. E DESP.	3	5	2	3	1	2	23	38	17	28	6	10	8	13	-	0	-	60
93 - OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS	11	19	-	0	-	0			11	19	4	7	1	2	29	51	-	57

7

**NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS DO CONCELHO DO MONTIJO, SEGUNDO O NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO EM 2004
(MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL, 2011)**

CAE	Quadros Superiores	%	Quadros Médios	%	Encarregados, contra mestres, mestres e chefes de equipa	%	Profissionais Altamente Qualificados	%	Profissionais Qualificados	%	Profissionais Semiquali- ficados	%	Profissionais não Qualificados	%	Praticantes e Aprendizes	%	Ignorado	TOTAL
01 - AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E ACTIV. DOS SERVIÇOS RELACIONADOS	54	6	15	2	41	4	3	0	97	11	240	26	449	49	6	1	14	919
02 - SILVICULTURA, EXPLORAÇÃO FLORESTAL E ACTIV. DOS SERVIÇOS RELACIONADOS	5	18	1	4	3	11	-	0	4	15	12	44	2	7	-	0	-	27
05 - PESCA, AQUICULTURA E ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS RELACIONADOS	2	40	-	0	-	0	-	0	1	20	-	0	-	0	-	0	2	5
15 - INDÚSTRIAS ALIMENTARES E DAS BEBIDAS	50	5	10	1	37	4	32	3	580	62	112	12	44	5	62	7	13	940
18 - INDUST. DO VESTUÁRIO; PREPAR., TINGIM. FABRIC. ARTIGOS PELES COM PELO	-	0	-	0	-	0	-	0	3	75	-	0	-	0	1	25	-	4

35 – FAB. DE OUTRO MAT. DE TRANSPORTE	1	33	-	0	1	33	-	0	-	0	-	0	1	33	-	0	-	3
36 - FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO; OUTRAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS, N.E.	5	9	1	2	2	3	1	2	19	33	5	9	19	33	6	10	-	58
37 – RECICLAGEM	2	10	-	0	1	5	-	0	7	35	1	5	3	15	-	0	6	20
40 - PROD. E DISTRIBUICAO DE ELECTRICIDADE, DE GAS, DE VAPOR E AGUA QUENTE	-	0	-	0	1	33	-	0	1	33	1	33	-	0	-	0	-	3
45 – CONSTRUÇÃO	166	13	79	6	71	5	33	3	633	48	62	5	221	17	28	2	19	1.312
50 - COMERC.MANUTENCAO E REPARACAO V.AUTOM. E MOTOCIC;COM.RE.COMBUST.VEIC.	59	15	8	2	10	3	4	1	203	51	56	14	30	8	19	5	7	396
51 - COMERC. POR GROSSO, AGENTES DO COMERCIO, EXCEP. VEIC. AUTOM. E MOTOC	137	12	42	4	46	4	17	1	589	50	132	11	117	10	87	7	8	1.175
52 - COMERCIO RETALHO (EXC.VEIC.AUTO.,MOTOCI,COMB.VEIC) REPAR.BENS PESS.DOME	139	7	45	2	95	5	40	2	1003	51	48	2	148	8	440	22	14	1.972
55 - ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO	87	12	19	3	13	2	38	5	304	40	93	12	86	11	73	10	43	756
60 - TRANSPORTES TERRESTRES; TRANSPORTES POR OLEODUTOS OU GASODUTOS	50	14	6	2	9	3	18	5	216	62	32	9	19	5	1	0	-	351
63 – ACTIV. ANEX. E AUXIL. TRANSP; AGÊNC. VIAGENS E TUR. E OUT. ACT. APOIO TUR.	13	6	5	2	15	7	25	12	87	42	12	6	-	0	41	20	46	206
64 - CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES	1	2	2	4	1	2	12	21	2	4	-	0	1	2	-	0	-	56
65 - INTERMEDIACÃO FINANCEIRA,	2	1	43	21	5	2	41	20	111	55	-	0	1	0	-	0	-	203

EXCEPTO SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES																		
66 - SEGUROS, FUNDOS DE PENSOES E DE OUTRAS ACTIV. COMPLEMENT. SEG. SOCIAL	-	0	7	32	-	0	1	5	13	59	1	4	-	0	-	0	-	22
67 - ACTIVIDADES AUXILIARES DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	2	18	1	9	1	9	1	9	3	27	2	18	-	0	1	9	-	11
70 - ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS	39	36	3	3	1	1	5	5	29	27	-	0	12	11	4	4	14	107
71 - ALUGUER MAQUINAS E EQUIP. SEM PESSOAL E BENS PESSOAIS E DOMESTICOS	6	9	5	7	-	0	3	4	42	62	11	16	-	0	-	0	1	68
72 - ACTIVIDADES INFORMÁTICAS E CONEXAS	13	43	3	10	-	0	5	17	7	23	1	3	-	0	-	0	1	30
73 - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	1	13	1	13	-	0	4	50	-	0	-	0	1	13	-	0	1	8
74 - OUTRAS ACT. DE SERV. PREST. PRINCIP. ÀS EMPRESAS	77	11	58	8	10	1	18	3	102	15	84	12	218	31	18	3	116	701
75 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURANÇA SOCIAL (OBRIGATÓRIA)	21	9	4	2	-	0	20	8	18	7	63	26	85	35	-	0	32	243
80 – EDUCAÇÃO	32	24	15	11	3	2	27	20	23	17	20	15	11	8	4	3	1	136
85 - SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL	57	8	33	5	6	1	58	8	86	12	306	44	117	17	12	2	26	701
91 - ACTIV ASSOCIATIVAS DIVERSAS, N.E.	6	3	6	4	4	2	4	2	42	26	76	47	22	14	-	0	2	162
92 – ACT. RECR, CULT. E DESPORTIVAS	9	10	5	6	2	2	20	2	17	19	13	14	8	9	-	0	6	90
93 - OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS	14	6	8	3	4	2	25	11	107	46	49	21	5	2	41	18	2	231

8

**NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS DO CONCELHO DO MONTIJO, SEGUNDO O NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO EM 2009
(MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL, 2011)**

CAE	Quadros Superiores	%	Quadros Médios	%	Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa	%	Profissionais Altamente Qualificados	%	Profissionais Qualificados	%	Profissionais Semiqua- lificados	%	Profissionais não Qualificados	%	Praticantes e Aprendizes	%	Ignorado	TOTAL
01 - AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E ACTIV. DOS SERVIÇOS RELACIONADOS	46	5	19	2	40	4	9	1	96	10	420	44	271	29	7	1	37	945
02 - SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL	5	1	1	0	-	-	-	-	6	2	322	95	-	-	-	-	5	339
08 - OUTRAS IND. EXTRACTIVAS	-	-	-	-	-	-	-	-	7	78	2	22	-	-	-	-	-	9
10 - INDÚSTRIAS ALIMENTARES	36	3	22	2	31	3	38	4	500	51	179	18	49	5	113	12	7	975
11 - INDÚSTRIA DAS BEBIDAS	3	6	6	12	2	4	1	2	24	47	12	24	2	4	1	2	-	51
15 - IND. DO COURO E DOS PROD. DO COURO	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100	-	-	-	-	-	-	-	1
16 - IND. DA MADEI. E DA CORTIÇA E SUAS OBRAS EXC.MOBIL.FAB. OBRAS CESTARIA E ESPARTARIA	19	8	5	2	20	8	4	2	54	22	27	11	111	46	-	-	3	243

17 – FAB. PASTA, PAPEL, CARTÃO E ARTIGOS	3	7	1	2	-	-	1	2	13	28	18	39	-	-	10	22	-	46
18 - IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE SUPORTES GRAVADOS	6	17	4	11	1	3	8	23	8	23	1	3	1	3	5	14	1	35
20 - FABRICAÇÃO DE PROD.QUÍMICOS E DE FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS,EXC.PROD.FARMACÊUTICO	6	10	3	5	6	10	-	-	26	45	11	19	-	-	-	-	6	58
22 – FAB. DE ART. DE BORRACHA E DE MAT. PLÁSTICAS	3	23	1	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	13
23 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	26	11	3	1	12	5	17	8	113	50	31	14	14	5	4	2	8	228
25 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS METÁLICOS, EXCEPTO MÁQUINAS E EQUIPAMENTO	22	15	11	8	3	2	3	2	66	45	13	9	2	1	18	12	7	145
26 - FABRICAÇÃO EQUIP.INFORMÁTICOS, EQUIP. P/COMUNICAÇÕES E PROD.ELECTRÓNICOS E ÓPTICOS	5	6	2	3	1	1	1	1	2	3	64	82	-	-	3	4	-	78
27 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELÉCTRICO	-	-	1	17	-	-	3	50	2	33	-	-	-	-	-	-	-	6
28 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS, N.E.	5	7	7	10	-	-	4	5	27	37	5	7	1	1	1	1	23	73
29 – FAB. DE VEÍCULOS AUTO., REBOQUES,SEMI-REBOQUES E COMPON. P/VEÍCULOS AUTO.	1	14	-	-	-	-	-	-	5	71	-	-	-	-	1	14	-	7
31 - FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO E DE	5	10	2	4	4	8	2	4	12	24	11	22	10	20	2	4	1	49

COLCHÕES																			
32 - OUTRAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	3	60	-	-	-	-	-	-	1	20	-	-	1	20	-	-	-	5	
33 – REP., MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	7	35	8	40	-	-	1	5	2	10	-	-	1	5	-	-	1	20	
37 - RECOLHA, DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	2	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	15	
38 - RECOLHA, TRATAMENTO E ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS; VALORIZAÇÃO DE MATERIAIS	2	22	1	11	-	-	-	-	4	44	-	-	1	11	-	-	1	9	
41 - PROMOÇÃO IMOB. (DESENV.PROJ. DE EDIFÍCIOS); CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	90	17	50	10	33	6	24	4	231	45	10	2	54	10	6	1	19	517	
42 - ENGENHARIA CIVIL	18	7	13	5	30	12	22	9	116	48	7	3	15	6	11	5	12	244	
43 – ACTIV. ESPECIALIZADAS DE CONSTRUÇÃO	51	10	26	5	27	5	19	4	229	47	31	6	58	12	24	5	23	488	
45 – COM., MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO, DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS	27	10	15	5	6	2	6	2	160	58	20	7	10	4	11	4	21	276	
46 – COM. P GROSSO (INCLUI AGENTES), EXC. DE VEICULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS	110	12	45	4	29	3	14	1	435	45	139	15	118	12	30	3	31	951	
47 - COMERCIO A RETALHO, EXCEPTO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS	142	6	64	3	118	5	59	2	1.195	50	130	5	309	13	336	14	41	2.394	
49 - TRANSPORTES TERRESTRES E TRANSPORTES POR OLEODUTOS OU	33	9	15	4	4	1	5	1	230	65	30	9	17	5	-	-	18	352	

GASODUTOS																			
52 - ARMAZENAGEM E ACTIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES (INCLUI MANUSEAMENTO)	15	9	8	5	6	4	37	23	46	29	23	14	4	3	-	-	20	159	
53 - ACTIVIDADES POSTAIS E DE COURIER	-	-	-	-	-	-	1	2	14	29	33	67	-	-	-	-	1	49	
55 - ALOJAMENTO	7	12	1	2	3	5	1	2	19	33	4	7	11	19	8	14	4	58	
56 - RESTAURAÇÃO E SIMILARES	66	8	22	3	14	2	34	4	306	36	97	12	87	10	167	20	49	842	
58 - ACTIVIDADES DE EDIÇÃO	4	11	-	-	1	3	4	11	22	59	5	14	-	-	-	-	1	37	
59 - ACTIVIDADES CINEMATOGRAFICAS,VÍDEO,PRODUÇÃO DE PROG.TELEVISÃO,GRAVAÇÃO SOM E EDIÇÃO MÚSICA	4	9	1	2	3	7	11	25	8	18	8	18	4	9	4	9	1	44	
60 - ACTIV. DE RÁDIO E DE TV	1	7	-	-	-	-	9	64	1	7	-	-	-	-	-	-	3	14	
61 - TELECOMUNICAÇÕES	-	-	-	-	-	-	5	83	1	17	-	-	-	-	-	-	-	6	
62 - CONSULTORIA E PROG. INFORMÁTICA E ACTIV. RELACIONADAS	7	64	-	-	-	-	4	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	
63 - ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO	3	30	3	30	-	-	1	10	3	30	-	-	-	-	-	-	-	10	
64 - ACTIV. DE SERV. FINANCEIROS, EXC. SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	20	9	44	21	10	5	39	18	70	33	20	9	1	0	-	-	9	213	
65 - SEGUROS, RESEGUROS E FUNDOS DE PENSOES, EXCEPTO SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA	-	-	7	33	-	-	-	-	13	62	1	5	-	-	-	-	-	21	

66 – ACTIV. AUX. DE SERVIÇOS FINANCEIROS E DOS SEGUROS	4	27	-	-	-	-	7	47	3	20	1	7	-	-	-	-	-	15
68 - ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS	54	45	1	1	1	1	15	13	14	12	4	3	16	13	4	3	11	120
69 – ACTIV. JURÍDICAS E DE CONTABILIDADE	44	24	41	23	-	-	8	4	51	28	5	3	7	4	5	3	19	180
70 – ACTIV. DAS SEDES SOC. E DE CONSULTORIA PARA A GESTÃO	13	54	4	17	-	-	2	8	2	8	-	-	-	-	-	-	3	24
71 – ACTIV. DE ARQUITECTURA, ENGENHARIA E TÉCN.AFINS;ACTIV.ENSAIOS E DE ANÁLISES TÉCNICAS	14	29	5	10	1	2	17	35	3	6	5	10	1	2	-	-	3	49
72 – ACTIV. DE INVESTIGAÇÃO CIENTIFICA E DE DESENVOLV.	1	13	1	13	-	-	1	13	1	13	3	38	1	13	-	-	-	8
73 - PUBLICIDADE, ESTUDOS MERCADO E SONDAgens OPINIÃO	9	35	6	23	1	9	-	-	3	12	4	15	-	-	-	-	3	26
74 - OUTRAS ACTIVIDADES DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMILARES	7	37	1	5	1	5	2	11	3	16	3	16	-	-	1	5	1	19
75 - ACTIVIDADES VETERINÁRIAS	5	42	-	-	-	-	-	-	5	42	2	17	-	-	-	-	-	12
77 - ACTIVIDADES DE ALUGUER	4	4	6	7	11	12	16	18	28	31	16	18	3	3	-	-	7	91
78 - ACTIVIDADES DE EMPREGO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	20
79 - AGÊNCIAS DE VIAGEM,OPERADORES TURÍSTICOS, OUTROS SERV.RESERVAS E ACTIV.RELACIONADAS	2	11	-	-	-	-	10	53	1	5	-	-	-	-	3	16	3	19

80 - ACTIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA	-	-	3	13	-	-	-	-	19	83	1	4	-	-	-	-	-	23
81 – ACTIV. REL COM EDIFÍCIOS, PLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE JARDINS	10	12	-	-	11	13	1	1	5	6	44	52	13	15	-	-	1	85
82 – ACTIV. DE SERV. ADMIN. E DE APOIO PRESTADOS ÀS EMPRESAS	24	17	4	3	1	1	5	4	43	31	48	35	10	7	-	-	4	139
84 – ADMIN. PÚB. E DEFESA; SEG. SOC. OBRIGATÓRIA	7	2	51	18	1	0	3	1	28	10	156	54	2	1	-	-	43	291
85 – EDUCAÇÃO	65	19	128	37	1	0	27	8	37	11	62	18	8	2	-	-	16	344
86 - ACTIVIDADES DE SAÚDE HUMANA	29	17	10	5	-	-	37	22	39	23	40	24	4	2	3	2	8	170
87 – ACT. DE APOIO SOCIAL COM ALOJ	16	15	2	2	2	2	-	-	9	8	61	58	13	12	-	-	3	106
88 – ACT. DE APOIO SOCIAL SEM ALOJAMENTO	40	7	38	6	5	1	53	9	75	13	309	52	42	7	-	-	35	597
90 - ACTIV DE TEATRO, MÚSICA, DANÇA E OUTRAS ACTIV. ARTÍSTICAS E LITERÁRIAS	2	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
93 – ACT. DESP., DE DIVERSÃO E RECREATIVAS	4	14	1	3	-	-	5	17	8	28	2	7	6	21	1	3	2	29
94 - ACTIV DAS ORG ASSOCIATIVAS	7	4	16	9	8	4	2	1	40	22	76	42	29	16	1	1	2	181
95 – REP. DE COMPUTADORES E DE BENS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO	2	8	-	-	1	4	-	-	16	67	-	-	-	-	1	4	4	24
96 - OUTRAS ACTIV DE SERVIÇOS PESSOAIS	31	14	9	4	3	1	2	1	72	33	48	22	2	1	37	17	14	218
TOTAL	1.197	9	738	6	452	4	600	5	4.573	36	2.564	20	1.309	10	818	6	577	12.828

31 – FAB. DE MÁQ. E APARELHOS ELÉTRIC., N.E.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100	-	-	-	-	-	-	-	1
33 - FAB. APAREL. INSTRUM. MEDICO-CIRURGIC. ORTOPED., PRECISAO, OPTICA REL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
35 – FAB. DE OUTRO MATERIAL DE TRANSPORTE	-	-	-	-	1	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
36 – FAB. DE MOBILIÁRIO; OUTRAS IND. TRANSF.	-	-	2	29	-	-	1	14	2	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7
37 – RECICLAGEM	-	-	-	-	1	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
45 – CONSTRUÇÃO	16	15	16	15	15	14	14	13	18	17	16	15	4	3	-	-	1	1	-	-	-	10	110
50 – COM.MAN. E REP. V.AUTOM. E MOTOCIC;COM.RE.COMB UST.VEIC.	10	14	14	20	8	11	7	10	10	14	6	8	9	13	1	1	1	1	-	-	-	5	71
51 - COM. P/ GROSSO, AGENTES DO COM., EXCEP. VEIC. AUTOM. E MOTOC	4	4	13	14	19	20	20	21	14	15	13	14	7	7	1	1	-	-	-	-	-	4	95
52 – COM. RETALHO (EXC.VEIC.AUTO.,MOTOCI, COMB.VEIC) REPAR.BENS	40	22	64	35	15	8	29	16	12	6	4	2	4	2	1	0	-	-	-	-	-	16	185

10

NÚMERO DE EMPRESAS SEGUNDO O ESCALÃO DE VOLUME DE NEGÓCIOS DA EMPRESA NO ANO DE 2004 (MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL, 2011)

CAE	Menos de 50 Milhares de Euros	%	50 a 149 Milhares de Euros	%	150 a 249 Milhares de Euros	%	250 a 499 Milhares de Euros	%	500 a 999 Milhares de Euros	%	1000 a 1999 Milhares de Euros	%	2000 a 4999 Milhares de Euros	%	5000 a 9999 Milhares de Euros	%	10000 a 49999 Milhares de Euros	%	50000 a 499999 Milhares de Euros	%	Ignorado	TOTAL
01 - AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E ACTIV. DOS SERVIÇOS RELACIONADOS	19	14	34	25	20	15	30	22	11	8	10	7	4	3	1	1	-	-	-	-	6	135
02 - SILVICULTURA, EXPLORAÇÃO FLORESTAL E ACTIV. DOS SERVIÇOS RELACIONADOS	2	33	1	17	-	-	-	-	1	17	-	-	-	-	-	-	2	33	-	-	2	6
15 - INDÚSTRIAS ALIMENTARES E DAS BEBIDAS	1	3	12	33	5	14	4	11	3	8	2	6	1	3	2	6	-	-	1	3	3	36
18 - INDUST. DO VESTUÁRIO; PREPAR., TINGIM. FABRIC. ARTIGOS PELES COM PELO	1	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
20 - IND.MAD. CORTICA E OBR.EXC.MOBIL.FAB.OBR.CEST.ESPART	5	13	8	20	4	10	3	8	6	15	3	8	7	18	-	-	1	3	-	-	3	40

23 – FAB. DE OUTROS PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	1	7	3	21	2	14	3	21	0	0	1	7	0	0	1	7	2	0	0	0	1	14
25 – FAB. DE PROD. METAL. EXC. MÁQ. E EQUIP.	6	23	7	27	3	12	5	19	3	12	1	4	0	0	0	0	0	0	0	0	1	26
26 – FAB. EQUIP. INF. EQUIP. P/COMUNICAÇÕES E PROD. ELECTRÓNICOS E ÓPTICOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	1
27 – FAB. DE EQUIP. ELÉCTRICO	0	0	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
28 – FAB. DE MÁQUINAS E DE EQUIPAMENTOS, N.E.	1	13	1	13	1	13	2	25	1	13	2	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
29 – FAB. DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, REBOQUES, SEMI-REBOQUES E COMPON. P/VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	0	0	0	0	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
31 – FAB. DE MOBILIÁRIO E DE COLCHÕES	1	17	0	0	2	33	0	0	1	17	1	17	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6
32 - OUTRAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	0	0	2	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
33 – REP., MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP.	3	43	1	14	1	14	1	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	7
38 - RECOLHA, TRATAMENTO E ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS; VALORIZAÇÃO DE MATERIAIS	0	0	0	0	1	33	0	0	0	0	0	0	1	33	0	0	0	0	0	0	1	3
41 – PROM. IMOB. (DESENVOLV.PROJ. DE EDIFÍCIOS); CONSTR. EDIF.	13	15	13	15	14	16	12	13	13	15	5	6	3	3	0	0	1	1	0	0	15	89
42 - ENGENHARIA CIVIL	2	29	0	0	1	14	2	29	1	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	7
43 – ACTIV. ESPECIALIZADAS DE CONSTRUÇÃO	18	26	17	25	4	6	7	10	10	15	3	4	2	3	1	1	0	0	0	0	6	68
45 - COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO, DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS	15	22	21	31	6	9	9	13	9	13	1	1	2	3	0	0	0	0	0	0	4	67
46 – COM. POR GROSSO (INCLUI AGENTES), EXC. DE VEIC. AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS	10	8	20	16	12	9	22	17	17	13	21	16	14	11	4	3	0	0	0	0	9	129
47 – COM. A RETALHO, EXC. DE VEÍC. AUTO. E MOTOCICLOS	35	17	67	33	14	7	22	11	15	7	11	5	11	5	5	2	1	1	0	0	21	202

74 - OUTRAS ACTIV. DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMILARES	2	29	4	57	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	7
75 – ACTIV. VETERINÁRIAS	0	0	3	60	1	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5
77 – ACTIV. DE ALUGUER	0	0	0	0	0	0	1	33	1	33	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3
79 – AGÊNC. DE VIAGEM, OPERADORES TURÍSTICOS, OUTROS SERV.RESERVAS E ACTIV.RELACIONADAS	0	0	0	0	1	33	0	0	1	33	0	0	1	33	0	0	0	0	0	0	0	3
81 – ACTIV. REL. COM ED., PLANTAÇÃO E MAN. DE JARDINS	6	55	2	18	2	18	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	11
82 – ACTIV. DE SERV. ADMIN. E DE APOIO PRESTADOS ÀS EMPRESAS	4	18	6	27	2	9	0	0	2	9	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	7	22
84 – ADMIN. PÚB. E DEFESA; SEG. SOCIAL OBRIGATÓRIA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	7
85 – EDUCAÇÃO	8	30	5	19	5	19	4	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	27
86 – ACTIV. DE SAÚDE HUMANA	3	9	13	38	3	9	4	12	1	3	1	3	1	3	0	0	0	0	0	0	8	34
87 – ACTIV. DE APOIO SOCIAL COM ALOJAMENTO	1	14	1	14	0	0	1	14	0	0	0	0	1	14	0	0	0	0	0	0	3	7
88 – ACTIV. DE APOIO SOCIAL SEM ALOJAMENTO	3	23	3	23	2	15	2	15	0	0	0	0	0	0	1	8	0	0	0	0	2	13
90 – ACTIV. DE TEATRO, MÚSICA, DANÇA E OUTRAS ACTIV. ARTÍSTICAS E LITERÁRIAS	0	0	0	0	0	0	1	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
93 – ACTIV. DESPORTIVAS, DE DIVERSÃO E RECREATIVAS	4	33	4	33	1	8	1	8	1	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	12
94 – ACTIV. DAS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS	3	38	0	0	1	13	1	13	0	0	0	0	1	13	0	0	0	0	0	0	2	8
95 - REPARAÇÃO DE COMPUTADORES E DE BENS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO	2	33	1	17	2	33	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6
96 - OUTRAS ACTIV. DE SERVIÇOS PESSOAIS	40	65	8	13	3	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	62
TOTAL	316	22	371	26	135	10	157	11	109	8	69	5	54	4	14	1	9	1	2	0	182	1.418

L - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURANÇA SOCIAL (OBRIGATÓRIA)	0	0	9	24	28	76	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	37
M – EDUCAÇÃO	24	24	26	26	50	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
N - SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL	85	16	75	14	48	9	150	29	167	32	0	0	0	0	0	0	0	0	525
O - OUTRAS ACT. DE SERV. COLECTIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	68	55	17	14	0	0	39	31	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	124
TOTAL	1.962	21	1.722	18	1.537	16	1.639	17	1.139	12	461	5	362	4	244	3	335	4	9.401

J – ACT. DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.	29	24	24	20	24	20	45	37	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	122
K – ACT. FINANCEIRAS E DE SEGUROS	68	27	82	33	53	21	46	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	249
L – ACT. IMOBILIÁRIAS	81	68	39	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120
M - ACTIVIDADES DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMILARES	185	58	99	31	34	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	318
N – ACT. ADMIN. E DOS SERV. DE APOIO	57	15	50	13	46	12	92	24	132	35	-	-	-	-	-	-	-	-	377
O – ADMIN. PÚB. E DEFESA; SEG. SOCIAL OBRIGATÓRIA	11	4	49	17	31	11	81	28	-	-	119	41	-	-	-	-	-	-	291
P – EDUCAÇÃO	62	18	27	8	39	11	159	46	57	17	-	-	-	-	-	-	-	-	344
Q – ACT. DE SAÚDE HUMANA E APOIO SOCIAL	86	10	76	9	156	18	328	38	-	-	-	-	-	-	227	26	-	-	873
R - ACT ARTÍSTICAS, DE ESPECTÁCULOS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS	22	71	9	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31
S - OUTRAS ACT. DE SERVIÇOS	157	37	33	8	25	6	33	8	175	41	-	-	-	-	-	-	-	-	423
TOTAL	2.517	20	2.124	17	1.981	15	2.404	19	1.614	13	933	7	153	1	227	2	875	7	12.828

14 (Ficha 1)



Nome do Estabelecimento: Pneus União

Classificação de Actividade Económica: 45 (Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos)

CAE Anterior: 49 (Transportes e armazenagem)

Localização: Rua 1º de Dezembro

Ano de Abertura: 1990

Área: 768 m²

Nº de Trabalhadores: 7

Apresentação: Localiza-se junto à área ribeirinha e a apenas 600 m do centro da cidade. A oficina abriu ao serviço em 1990, num espaço que à data era considerado pelo entrevistado como atractivo.

De todos os estabelecimentos inquiridos, este era o que apresentava o maior número de trabalhadores (7).

Quando inquirido acerca da localização ideal do seu estabelecimento, o responsável pelo espaço referiu que seria na zona industrial do Montijo, o que permitiria aumentar a área da oficina e manter-se num local igualmente atractivo para sua carteira de clientes de nível regional.

15 (Ficha 2)



Nome do Estabelecimento: Mildeals (Venda de Produtos em 2ª mão)

CAE: 47 (Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos)

CAE Anterior: 56 (Restauração e similares)

Localização: Rua Alexandre Herculano

Ano de Abertura: 2009

Área: 383 m²

Nº de Trabalhadores: 3

Apresentação: Dos estabelecimentos inquiridos é um dos que se encontra mais próximo do centro da cidade (300 m). É um espaço de comércio recente, tendo sido inaugurado em 2009. O responsável inquirido refere que é vantajosa a localização próxima do centro de tal modo que aponta mesmo para possibilidades de expansão (aliado ao conceito de negócio de vendas de artigos em 2ª mão num cenário de crise económica).

Como aspecto negativo é apontado o facto de existir pouco espaço disponível para cargas/descargas, principalmente quando conta com uma área de influência regional.

16 (Ficha 3)



Nome do Estabelecimento: Ginásio Fit Club

CAE: 93 (Actividades desportivas, de diversão e recreativas)

CAE Anterior: 93 (Actividades desportivas, de diversão e recreativas)

Localização: Travessa Serpa Pinto

Ano de Abertura: 2008

Área: 117 m²

Nº de Trabalhadores: 4

Apresentação: É o estabelecimento mais próximo do centro da cidade (280 m). De acordo com o responsável entrevistado encontra-se numa área central, por isso mais atractiva, estando próximo dos clientes (que na sua maioria exercem a sua actividade profissional em locais próximos do ginásio). Devido à sua localização o responsável aponta para boas perspectivas de crescimento do estabelecimento aliado também a um desenvolvimento e crescimento deste tipo de serviços (ginásios) em Portugal.

17 (Ficha 4)

Nome do Estabelecimento: sem nome (Marcenaria)

CAE: 31 (Fabricação de mobiliário e de colchões)

CAE Anterior: 52 (Armazenagem e actividades auxiliares dos transportes – inclui manuseamento -)

Localização: Travessa João de Deus

Ano de Abertura: 1980

Área: 107 m²

Nº de Trabalhadores: 1

Apresentação: Pequena oficina de marcenaria gerida apenas pelo proprietário. Apesar de na visão do inquirido ser vantajoso localizar-se perto do centro e com boas acessibilidades, as perspectivas apontam para o seu encerramento devido à forte concorrência deste tipo de serviço.

18 (Ficha 5)



Nome do Estabelecimento: *sem nome atribuído* (Oficina)

CAE: 95 (Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico)

CAE Anterior: -

Localização: Travessa João de Deus

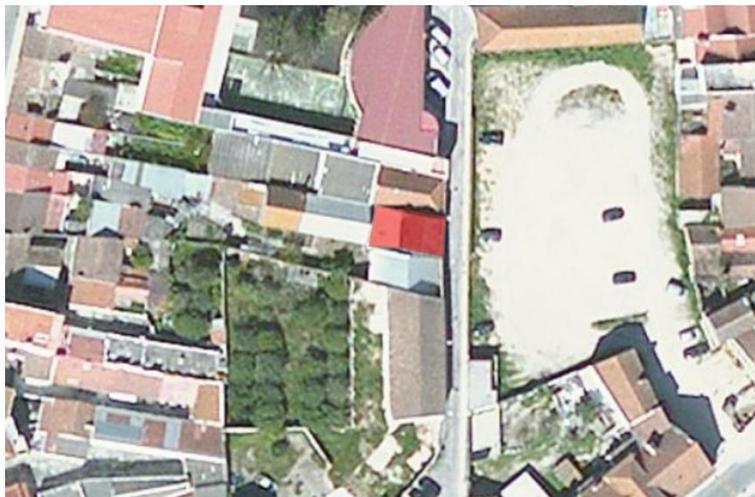
Ano de Abertura: 1975

Área: 349 m²

Nº de Trabalhadores: 1

Apresentação: Tal como noutros exemplos inquiridos, existem algumas oficinas/marcenarias próximas do centro do Montijo, normalmente como 2ª actividade ou como complemento de reforma (a maioria dos proprietários são idosos), pelo que a questão da localização ou perspectivas de futuro da actividade são de certo modo secundárias.

19 (Ficha 6)



Nome do Estabelecimento: Agência Funerária Ramos

CAE: 96 (Outras actividades dos serviços pessoais)

Função Anterior: -

Localização: Travessa João de Deus

Ano de Abertura: 1886

Área: 148 m²

Nº de Trabalhadores: 4

Apresentação: Estabelecimento centenário (fundado em 1886). O negócio encontra-se, de acordo com o inquirido, em expansão, sendo reforçado pela proximidade com o centro. Existiam mesmo à data da entrevista planos para a abertura de uma sucursal num concelho vizinho. O maior entrave refere-se à falta de espaço para cargas/descargas.

20 (Ficha 7)



Nome do Estabelecimento: *Sem nome atribuído* (Marcenaria)

CAE: 31 (Fabricação de mobiliário e de colchões)

Função Anterior: 46 (Comércio por grosso – inclui agentes -, excepto de veículos e motociclos)

Localização: Travessa João de Deus

Ano de Abertura: 1970

Área: 280 m²

Nº de Trabalhadores: 1

Apresentação: O inquirido refere que devido à redução do poder de compra o estabelecimento deverá encerrar em breve. Contrariamente a outros inquéritos realizados na área e a proprietários de estabelecimentos com a mesma actividade, o entrevistado considera que existe neste caso, espaço para cargas e descargas.

21 (Ficha 8)



Nome do Estabelecimento: Raincola U

CAE: 18 (Impressão e actividades dos serviços relacionados com a impressão)

CAE Anterior: 10 (Indústrias alimentares)

Localização: Travessa João de Deus

Ano de Abertura: 2005

Área: 761 m²

Nº de Trabalhadores: 4

Apresentação: Estabelecimento com excelente localização na óptica do responsável entrevistado (proximidade com o centro). Apesar desta vantagem, existe uma forte concorrência no ramo pelo que o futuro do estabelecimento é incerto.

Ao contrário da grande maioria dos estabelecimentos inquiridos que se limita a ter uma carteira de clientes local/regional, neste caso a clientela é de nível nacional.

22 (Ficha 9)



Nome do Estabelecimento: Passil Auto

CAE: 45 (Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos)

CAE Anterior: 16 (Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria)

Localização: Rua Pocinho das Nascentes

Ano de Abertura: 2008

Área: 463 m²

Nº de Trabalhadores: 4

Apresentação: Esta oficina pode considerar-se como relativamente recente (foi inaugurada em 2008), mas de acordo com o inquirido existem boas possibilidades de expansão aliadas a uma excelente localização.

O espaço que ocupa era anteriormente utilizado por uma unidade de transformação de cortiça.

23 (Ficha 10)

Nome do Estabelecimento: Amável Pneus

CAE: 22 (Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas)

CAE Anterior: 45 (Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos)

Localização: Rua Pocinho das Nascentes

Ano de Abertura: 1998

Área: 463 m²

Nº de Trabalhadores: 3

Apresentação: O inquirido considera a localização vantajosa por se encontrar relativamente afastado de zonas habitacionais, são destacadas também boas acessibilidades.

24 (Ficha 11)



Nome do Estabelecimento: Cadiar

CAE: 22 (Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas)

CAE Anterior: -

Localização: Rua Pocinho das Nascentes

Ano de Abertura: 1960

Área: 576 m²

Nº de Trabalhadores: 5

Apresentação: Actualmente é o único fornecedor de pneus para veículos pesados e empresas de camionagem e transportes do Sul do país. Apesar da posição de liderança e da grande carteira de clientes, a actual recessão económica impede a manutenção do estabelecimento que está, de acordo com o inquirido, numa situação próxima da falência. Relativamente à localização, esta pode ser considerada como a ideal pois encontra-se relativamente afastado de edifícios residenciais, sendo rodeado de estabelecimentos de reparação de automóveis e pequenas unidades de transformação de cortiça.

25 (Ficha 12)



Nome do Estabelecimento: Fonecar

CAE: 45 (Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos)

CAE Anterior: 49 (Transportes e armazenagem)

Localização: Rua José de Sousa Rana

Ano de Abertura: 1990

Área: 1984 m²

Nº de Trabalhadores: 3

Apresentação: Oficina inaugurada em 1990, tendo de acordo com o responsável inquirido, uma posição cimentada no concelho. Encontra-se localizado numa rua apenas ocupada por armazéns, muitos deles desocupados, pelo que existe espaço para cargas e descargas. Outro factor positivo é a proximidaderelativamente ao centro da cidade e da zona ribeirinha. Este estabelecimento ocupa um espaço previamente utilizado como armazenagem, devendo-se a sua localização junto ao rio pela utilização do transporte fluvial.